



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RAYSA DANTAS LOUREIRO

**SEMIPRESIDENCIALISMO E A LONGEVIDADE DOS
GOVERNOS DE COABITAÇÃO: UM ESTUDO DE CASOS
DIVERSOS SOBRE BULGÁRIA, ROMÊNIA, FRANÇA E
PORTUGAL**

Vitória
2020

Raysa Dantas Loureiro

Semipresidencialismo e a longevidade dos governos de coabitação: um estudo de casos diversos sobre Bulgária, Romênia, França e Portugal

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Marcelo Martins Vieira

Vitória
2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

L892s Loureiro, Raysa Dantas, 1983-
Semipresidencialismo e a longevidade dos governos de
coabitação : um estudo de casos diversos sobre Bulgária,
Romênia, França e Portugal / Raysa Dantas Loureiro. - 2020.
115 f. : il.

Orientador: Marcelo Martins Vieira.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Ciência política. 2. Sistemas de governo. 3. Romênia -
Política e governo. 4. Bulgária - Política e governo. 5. França -
Política e governo. 6. Portugal - Política e governo. I. Vieira,
Marcelo Martins. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

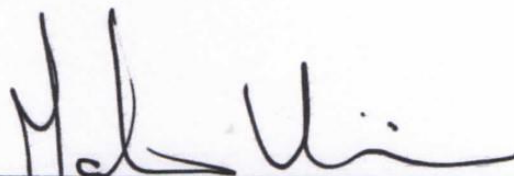
Raysa Dantas Loureiro

**“SEMIPRESIDENCIALISMO E A LONGEVIDADE DOS GOVERNOS
DE COABITAÇÃO: UM ESTUDO DE CASOS DIVERSOS SOBRE
BULGÁRIA, ROMÊNIA, FRANÇA E PORTUGAL”**

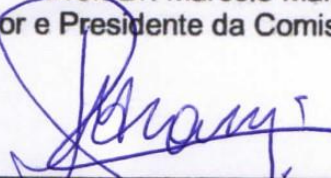
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 18 de maio de 2020.

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Marcelo Martins Vieira (UFES)
Orientador e Presidente da Comissão Examinadora



Prof. Dr. Paulo Magalhães Araújo (UFES)
Examinador Titular Interno



Profa. Dra. Katia Alves Fukushima (DEP DE POLÍTICA SOCIAL/UFES)
Examinadora Titular Externa

Para vó Simi e vô João, amores da minha
vida

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar às duas pessoas mais importantes da minha vida: minha vó Simi e meu vô João. Obrigada por todo amor e incentivo, obrigada por estimularem em mim a paixão pelos livros, pela música e pelo cinema. Obrigada Maria Rita, minha mãe do coração, por todo amor em forma de oração.

Este trabalho não teria este objeto, se eu não tivesse cruzado com a pessoa que me apresentou o semipresidencialismo: meu orientador Marcelo Martins Vieira. Marcelo, sou eternamente grata a você, por toda paciência, disponibilidade e ensinamentos. Ser sua orientanda na graduação e no mestrado foram uma grande honra para mim.

Agradeço à UFES, instituição que me acolheu desde 2002, quando cursei Comunicação Social. Reconheço meus privilégios de poder concluir duas graduações e o mestrado nesta instituição, portanto mais do que nunca levanto aqui a bandeira de uma educação pública, de qualidade e inclusiva.

À CAPES que me concedeu uma bolsa de estudos, o que me permitiu me dedicar integralmente a esta pesquisa. Incentivar a ciência é investimento para o futuro, não é um gasto desnecessário.

Agradeço a minha turma de mestrado 2018, por todas as discussões e também momentos de lazer, em especial à Isadora e Marcela. Meninas, esta jornada não teria sido a mesma sem vocês. Obrigada pelos momentos de respiro, em meio à pressão do mestrado.

A Guilherme, meu revisor, tradutor, ouvinte, parceiro de longas conversas ao telefone, e *doctor* meu muito obrigada. À Elaine, por toda a força, companhia e amor destinados a mim nesta jornada. A Thadeu, que alegrou meus dias com cafés vespertinos, afinal de contas eu *“não faço nada só estudo, rs.”*. À Andressa, por ter sido minha companhia durante toda a graduação em Ciências Sociais, pelos almoços e pelos momentos de “exposição da figura” em Guarapari. Agradeço a George, porque saúde mental é luxo em dias tão sombrios.

Meus agradecimentos também aos membros do CPC, Andréa, Gabriel, Lorena, Maria Letícia, Mauro, Mavi, Nelson, Vicente e Wanderléa, obrigada pela troca.

Um agradecimento especial à banca examinadora. Kátia Fukushima e Paulo Magalhães, vocês foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada pela gentileza de sempre!

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha tradicional família brasileira: Alexandre, meu parceiro da vida, que esteve ao meu lado neste processo louco que se chama mestrado, que é meu ponto de equilíbrio e me faz enxergar a vida de maneira mais leve, te amo, chuchu! Obrigada pela paciência. Não posso esquecer das minhas filhas de quatro patas, Sookie e Lua, que alegram os meus dias e me ensinam cada dia mais sobre o amor.

Muito obrigada!

RESUMO

O que caracteriza períodos de coabitação em sistemas semipresidencialistas? Este é o principal objetivo desta pesquisa. A literatura corrente em ciência política, por muito tempo considerou a coabitação uma ameaça à estabilidade dos governos, porém podemos encontrar governos de coabitação que duraram quase uma década. Esta pesquisa busca encontrar elementos que estão presentes e/ou ausentes em governos de coabitação com durações distintas. Para isto, foi realizado um estudo de caso descritivo diverso, no qual a população de casos de governos de coabitação foi distribuída em quatro conjuntos (ou subtipos) de acordo com seus valores padronizados (*z-score*). São eles: Romênia (dez/2014 a nov/2015); Bulgária (jan/2002 a ago/2005); França (jun/1997 a mai/2002) e Portugal (mar/1986 a out/1995). Foi feita uma descrição qualitativa dos fatores presentes em cada um dos casos. Ao final, os quatro casos foram comparados, para observar se os casos partilhavam de características semelhantes. Encontrei países onde a adoção do semipresidencialismo ocorreu de maneira violenta, como é o caso da Romênia, países onde escândalos de corrupção abalaram a popularidade dos atores, mas não levou ao fim da coabitação, como é o caso da França. Este trabalho se torna relevante por contribuir com a literatura sobre semipresidencialismo e coabitação em língua portuguesa, pois os maiores estudos sobre o tema ainda estão em inglês ou francês. Poderão se beneficiar desta pesquisa, estudantes de ciência política como também o público em geral para quem este tema ainda é quase, se não totalmente, desconhecido.

Palavras chave: semipresidencialismo; coabitação; estudo de caso.

ABSTRACT

What does characterize cohabitation periods in semi-presidential systems? This is the main purpose of this research. Current political science literature has considered cohabitation a threat to government stability, but we can find cohabitation governments that lasted for almost a decade. This research seeks to find elements that are present and/or absent in cohabitation governments with different durations. For this, a diverse descriptive case study was carried out, in which the population of cases of cohabitation governments was distributed into four sets (or subtypes) according to their standardized values (z-score). They are: Romania (Dec / 2014 to Nov / 2015); Bulgaria (Jan / 2002 to Aug / 2005); France (Jun / 1997 to May / 2002) and Portugal (Mar / 1986 to Oct / 1995). A qualitative description of the factors present in each case was made. In the end, the four cases were compared to see if the cases shared similar characteristics. I found countries where the adoption of semi-presidentialism took place in a violent manner, as is the case in Romania; countries where corruption scandals shook the popularity of the actors but did not lead to the end of cohabitation, as is the case in France. This work is relevant for contributing to the literature on semi-presidentialism and cohabitation in Portuguese, as the largest studies on the subject are still in English or French. Political science students and the general public for whom this topic is still almost, if not totally, unknown, may benefit from this research.

Keywords: semi-presidentialism; cohabitation; case study.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1: Países semipresidencialistas atuais e ano de adoção do Sistema de Governo	23
Gráfico 1: Distribuição de adoção do semipresidencialismo por onda de democratização	24
Gráfico 2: Distribuição de países por característica da democracia (2019)	25
Gráfico 3: Distribuição de países semipresidencialistas por continente	26
Quadro 2: Casos de coabitação por país (1917-jan/2018)	27
Gráfico 4: Distribuição de países por subtipos de semipresidencialismo com períodos de coabitação	30
Quadro 3: Contextos de coabitação ao longo da história	36
Gráfico 5: Z-score	40
Quadro 4: Fontes para coleta dos dados e das dimensões analisadas.....	42
Quadro 5: Elementos presentes e ausentes nos contextos de coabitação	107

LISTA DE SIGLAS

PM – Primeiro-Ministro

PNL - Partido Nacional Liberal

PSD - Partido Nacional Democrata

FNU – Frente de Salvação Nacional

PSDR – Partido Social Democrata Romeno

USL – União Social Liberal

UNPR – União Nacional para o Progresso da Romênia

PD – Partido Democrático

PD-L – Partido Democrata Liberal

PLR – Partido Reformista Liberal

PC - Partido Conservador

DNA – Diretório Nacional Anti-Corrupção

SDS – União Das Forças Democráticas

BSP – Partido Socialista da Bulgária

DPS – Movimento pelos Direitos e Liberdades

NDSV – Movimento Nacional por Estabilidade e Progresso

GERB – Brasão de Armas

PS - Partido Socialista

RPR - Partido para o Reagrupamento da República

UDF – União para a Democracia Francesa

UDR – União dos Democratas pela República

FN – Frente Nacional

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

CDS – Partido do Centro-Democrático-Social/Partido Popular

PCP – Partido Comunista Português

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. SISTEMAS DE GOVERNO.....	16
1.1 Presidencialismo.....	16
1.2 Parlamentarismo.....	18
1.3 Semipresidencialismo.....	20
2. COABITAÇÃO.....	27
2.1 Características da coabitação: o que diz a literatura?	29
3. MÉTODOS.....	35
3.1 Organizando os casos em um desenho em painel.....	35
3.2 Estudos de caso.....	37
3.3 Estudo de caso descritivo diverso.....	38
3.4 Selecionando os casos.....	39
3.5 Fontes para coleta dos dados e as dimensões analisadas.....	41
4. CASO ROMÊNIA (dez/2014 – nov/2015)	43
4.1 A escolha do semipresidencialismo.....	43
4.2 Instituições Políticas.....	44
4.3 Histórico de coabitação na Romênia.....	50
4.4 A terceira coabitação romena.....	52
5. CASO BULGÁRIA (jan/2002 – ago/2005)	58
5.1 A escolha do semipresidencialismo.....	58
5.2 Instituições Políticas.....	59
5.3 Histórico de coabitação na Bulgária.....	63
5.4 A terceira coabitação búlgara.....	64
6. CASO FRANÇA (jun/1997 – mai/2002)	68
6.1 A escolha do semipresidencialismo.....	68
6.2 Instituições Políticas.....	70
6.3 Histórico de coabitação na França.....	79
6.4 A terceira coabitação francesa.....	83
7. CASO PORTUGAL (mar/1986 – out/1995)	91
7.1 A escolha do semipresidencialismo.....	91
7.2 Instituições Políticas.....	93
7.3 A primeira coabitação portuguesa.....	99

8. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

O que caracteriza a duração de governos de coabitação? Este trabalho se propôs a analisar, em profundidade, o que caracteriza a duração dos governos de coabitação a partir de quatro casos diversos que apresentam resultados diversos. A coabitação é um fenômeno exclusivo do semipresidencialismo, um sistema de governo que possui tanto características presidencialistas, neste caso um presidente popularmente eleito e com mandato fixo, quanto características parlamentaristas, representadas por um Primeiro-Ministro saído de dentro do Parlamento e sujeito à confiança deste (ELGIE, 2010). Ainda de acordo com o autor, a coabitação ocorre quando presidente e primeiro-ministro são de partidos opostos e o partido do presidente não está representado dentro do gabinete.

Existe uma corrente dentro da literatura em ciência política, conduzida por Linz e Stepan (1996) que considera a coabitação um fator gerador de instabilidade governamental, podendo provocar quedas de governo, culminando em algumas situações extremas, como o colapso do regime democrático. Elgie (2010), Mcmenamin e Elgie (2001) e Fernandes e Magalhães (2016) intensificaram os debates sobre a atribuição de instabilidade democrática à governos de coabitação. Os resultados de suas pesquisas apresentam resultados discordantes das afirmações propostas por Linz e Stepan (1996). Entretanto, na literatura ainda existem poucos trabalhos sobre coabitação, sobretudo a respeito de sua duração, a qual representa o objeto desta pesquisa.

Como os trabalhos que levam em consideração a duração das coabitações são escassos, pretendo, a partir deste trabalho descobrir o que estava presente ou ausente em casos diversos em relação à duração das coabitações. Para isto foram escolhidos os seguintes casos: Romênia (dezembro de 2014 a novembro de 2015); Bulgária (janeiro de 2002 a novembro de 2005), França (junho de 1997 a maio de 2002) e por último Portugal (março de 1986 a outubro de 1995).

A coabitação se torna um objeto de pesquisa digno de ser verificado, pois as dinâmicas internas variam de país para país, mesmo que estes adotem o mesmo sistema de governo. Cada constituição semipresidencialista define o alcance e limites dos poderes presidenciais. Os cenários políticos variam de múltiplas maneiras, de

acordo com a quantidade de poderes tanto formais quanto informais, que um presidente possui frente ao Primeiro-Ministro. Em casos onde os dois são integrantes do mesmo partido, as decisões políticas, pela lógica, tendem a ser alinhadas. Já em casos de coabitação, a possibilidade de haver conflitos é maior, pois pode haver uma tendência do parlamento tentar neutralizar o alcance dos poderes presidenciais.

Este trabalho se trata de uma pesquisa indutiva, portanto, não existe um compromisso em buscar hipótese ou explicações para a duração das coabitações, e sim a busca por descrever em profundidade os diferentes elementos presentes dentro de governos de coabitação com duração variada.

Governos de coabitação ainda constituem um território pouco explorado na literatura em ciência política comparada, e dada a complexidade e peculiaridade de seus arranjos institucionais, se faz necessário que entendamos seus mecanismos e dinâmicas. Estudos sobre o semipresidencialismo são importantes por fornecerem subsídios ao debate sobre possíveis reformas de governo. Em 1993, como mostrou Amorim Neto (2006), houve um plebiscito no Brasil que tinha como objetivo questionar a população qual o sistema de governo deveria ser adotado no país. De acordo com o autor, as poucas e relevantes propostas de adoção do parlamentarismo, eram na verdade, propostas de adoção do semipresidencialismo. Este equívoco poderia ter sido evitado, caso houvesse um maior conhecimento do assunto.

Ainda no Brasil, em dezembro de 2017, um ministro do Supremo Tribunal Federal, protocolou uma proposta de mudança do presidencialismo para o semipresidencialismo¹. Para o Ministro Gilmar Mendes, como também para o último presidente da República, Michel Temer, o semipresidencialismo seria a melhor solução para uma reforma política brasileira².

Em um momento em que se atribui ao próprio desenho macroinstitucional a responsabilidade sobre a crise política pela qual o Brasil passa, este estudo se faz ainda mais significativo: uma maior compreensão da estrutura de sistemas

1 <https://oglobo.globo.com/brasil/semipresidencialismo-pode-ser-locomotiva-de-mudanca-politica-diz-gilmar-mendes-22178450>

2 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,semipresidencialismo-seria-extremamente-util-para-o-brasil-diz-temer,70001944715>

semipresidencialistas, a questão da coabitação podem contribuir bastante na discussão de uma reforma política.

Este trabalho está dividido em 8 capítulos. O primeiro capítulo e o seguinte apresentam uma discussão envolvendo os principais trabalhos sobre o semipresidencialismo e a coabitação na política comparada. No terceiro capítulo apresento o desenho de pesquisa, a metodologia utilizada, como também os porquês da escolha dos casos utilizado. Nos quatro capítulos seguintes estão os estudos de caso escolhidos a partir do tempo de cada contexto de coabitação: Romênia, Bulgária, França e Portugal respectivamente. Por fim, apresento as considerações e reflexões finais sobre este trabalho.

1. SISTEMAS DE GOVERNO

Sistema de governo, em uma breve definição, se caracteriza pelo conjunto de regras que determinam como o Poder Executivo será selecionado e como ele irá interagir com o Poder Legislativo na administração pública. São eles: presidencialismo, parlamentarismo e semipresidencialismo

Não existe a possibilidade de falar em coabitação sem antes conhecermos o único sistema de governo onde este fenômeno pode acontecer: o semipresidencialismo.

Antes disso, é preciso que se tenha noção da diferença entre o semipresidencialismo, o presidencialismo e o parlamentarismo. Este capítulo contém uma breve discussão dos conceitos dos sistemas de governo mais utilizados na literatura.

1.1 Presidencialismo

Nesta seção apresento alguns dos vários conceitos de presidencialismo encontrados na ciência política. A maior característica de sistemas presidencialistas consiste na eleição por sufrágio popular do presidente, com mandato fixo e independente da confiança parlamentar. Este seria o essencial dentro da definição de presidencialismo, porém alguns autores acrescentam alguns elementos à definição deste sistema.

Para Linz (1990), além das características acima, no presidencialismo, o presidente reivindica para si um poder maior que o do legislativo. Lijphart (1992), por sua vez, adiciona a afirmação de que em sistemas presidenciais, o poder é investido na pessoa do Presidente da República, o que pode gerar conflitos entre os outros poderes.

Em Shugart e Carey (1992), acrescenta-se também o fato de que no presidencialismo, o presidente possui poderes legislativos atestados pela constituição. Giovanni Sartori (1994) define o presidencialismo como um sistema de governo onde o poder é verticalizado e concentrado no presidente, que dirige o executivo e tem total controle sobre a nomeação e ações de seu gabinete e ministros.

Na década de 80, muitos pesquisadores iniciaram um debate envolvendo os “perigos do presidencialismo”. Linz (1990) e Lijphart (1992) apontam que apesar do presidencialismo possuir características positivas como a estabilidade resultante da

rigidez do mandato, a independência entre os poderes e a possibilidade de o chefe de governo ser eleito popularmente, favorecendo a democracia, neste sistema podem emergir embates entre o executivo e o legislativo, resultando em um engessamento no processo político e em problemas de governabilidade e manutenção da democracia.

Este caráter bidimensional, onde todo o poder se concentra na figura do presidente ocupando ao mesmo tempo os cargos de chefe de governo e de Estado traz certas implicações. Linz (1990) e Lijphart (1992) alertam que a identificação do povo com o presidente eleito – o que por muitas vezes pode ser um fator positivo – pode gerar uma tendência ao populismo e conseqüentemente torna-se uma fonte de poder ilimitado para este. A ausência de um poder moderador nos regimes presidencialistas para restringir o tamanho do poder atribuído ao chefe do executivo também se inclui nos “perigos do presidencialismo”.

Para Robert Elgie (2011), o presidencialismo se configura como um sistema de governo onde o presidente, que ocupa a posição simultânea de chefe de governo e de Estado é eleito diretamente ou por meio de um colégio eleitoral. Os mandatos do presidente e dos membros do parlamento possuem um período determinado.

Os Estados Unidos são o que Sartori (1994) coloca como “O Protótipo” de sistemas presidencialistas. O modelo Washington, possui divisão entre executivo e legislativo, como também é caracterizado por um sistema de *checks and balances*, onde a própria divisão do poder se faz responsável por seu controle e equilíbrio. Além das duas características citadas acima, o que Sartori considera como a maior singularidade do modelo presidencialista é “um poder executivo que subsiste na separação – por si só como um corpo autônomo”³ (p.87, tradução minha).

Influenciados pelo modelo presidencialista dos Estados Unidos, muitos países da América Latina adotaram o presidencialismo. Em seus processos de independência, os países se tornaram repúblicas (com exceção de Brasil e México), e por consequência necessitariam de um líder eleito. Na Europa, por exemplo, quando os

³“*an executive power that subsists in separeteness – on its own right as an autonomous body*” (SARTORI, 1994, p.87)

Estados Modernos surgiram já havia um monarca (chefe de Estado), ou seja não havia lugar para um presidente eleito. O caminho para o parlamentarismo se instituiu como um processo gradual. (SARTORI, 1994).

A afirmação que os regimes presidencialistas, com exceção do modelo dos Estados Unidos, carregam consigo o fardo da instabilidade, pelo excesso de poder nas mãos do presidente é quase considerada uma unanimidade entre os pesquisadores sobre sistemas de governo. De acordo com Sartori (1994), o ideal seria criar formas de limitar os poderes do presidente, para evitar a possibilidade de surgimento de governos autoritários. Linz (1994) defende que o parlamentarismo possui maiores chances de manutenção e estabilidade da democracia. Lijphart (1992) e Sartori (1994) consideram o semipresidencialismo como uma possível solução para os problemas do presidencialismo: tal transição resolveria o problema de “flexibilidade” dos governos presidencialistas.

1.2 Parlamentarismo

O parlamentarismo é considerado por muitos o “tipo ideal” de sistema de governo, aquele que detém maior estabilidade e portanto, maiores chances de manutenção do regime democrático. O parlamentarismo se caracteriza como um sistema de governo cujo Parlamento é a instituição soberana.

Lijphart (1992) cita três características que definem o parlamentarismo e o distingue do presidencialismo. A primeira delas consiste no fato de que o Primeiro-Ministro não possui um mandato fixo, podendo ser retirado de seu posto por voto de desconfiança ou censura. Em outras palavras, o Chefe do Executivo parlamentarista é sujeito à confiança parlamentar. Outro ponto importante para a definição do parlamentarismo, se encontra na forma em como o Primeiro-Ministro é eleito. De acordo com o autor, o termo “selecionado” pode soar mais adequado que eleito, visto que o processo de nomeação de um Primeiro-Ministro muitas vezes ocorre através de uma negociação/barganha entre os partidos que compõem a legislatura. A terceira característica fundamental do parlamentarismo reside na fusão de poder no gabinete. Sistemas de governo parlamentaristas possuem um executivo coletivo, onde as decisões são tomadas de maneira colegiada. A escala de poderes intra-gabinete se dá de forma horizontalizada.

Linz (1994) afirma que o parlamentarismo é o sistema de governo em que a única instituição democraticamente legítima é o Parlamento, do qual o governo deriva sua autoridade. Em regimes parlamentaristas, a permanência do governo não depende do povo (exceto quando há novas eleições), mas sim da confiança do Parlamento.

Alguns autores optam por uma definição mais minimalista para o sistema de governo parlamentarista. Müller, Wolfgang e Bergman (2006b) definem o parlamentarismo como um sistema de governo onde o Primeiro-Ministro e seu gabinete são responsáveis perante qualquer maioria parlamentar, podendo ser retirados dos cargos por esta mesma maioria através do voto construtivo de desconfiança.

Elgie (2011) define parlamentarismo como o sistema de governo onde o chefe de Estado não é eleito por sufrágio popular (podendo ser um monarca, ou presidente eleito de forma indireta), o primeiro-ministro que exerce a função de chefe de governo, juntamente com seu gabinete são responsáveis coletivamente à legislatura.

A Grã – Bretanha é o berço do Parlamentarismo, sendo considerada até os dias de hoje a democracia com maior tempo de duração. Seu sistema de governo foi adotado em larga escala entre países que foram ex-colônias britânicas após seus respectivos processos de independência. Na Europa, países que, em seu processo de democratização experimentaram o declínio do poder monárquico possuíam duas escolhas: ou optavam por um “monarca eleito” (presidente), ou restringiam os poderes reais, transferindo-os para um gabinete saído do Parlamento e responsivo a este (LIJPHART, 1992).

Para Linz (1990, 1994) e Lijphart (1992) seria mais difícil uma ruptura no regime democrático quando se trata do parlamentarismo, dada sua maior estabilidade, não abrindo espaço para o surgimento de ditadores e eventuais quebras de regime. Linz também afirma que apesar de o parlamentarismo promover uma maior flexibilidade e favorecer a consolidação democrática, isso não significa que todos os parlamentarismos serão desta maneira. Para pensarmos no melhor modelo de sistema de governo, devem ser levadas em conta algumas características que envolvem um gabinete que combina poderes e responsabilidades, o que requer força e disciplina partidárias.

1.3 Semipresidencialismo

Não se pode falar de coabitação sem antes tomar conhecimento do único sistema de governo onde este fenômeno ocorre. Esta seção traz os conceitos de semipresidencialismo mais utilizados, apontando suas diferenças e semelhanças. Fazem parte deste capítulo também, dados sobre como o semipresidencialismo tem se apresentado ao redor do mundo, levando em consideração alguns elementos como distribuição por continente, por subtipo, por características da democracia entre outros.

O semipresidencialismo, assim como os outros sistemas de governo citados anteriormente, possui algumas diferenças de definição entre os autores. Para este trabalho, por questão de uniformidade e precisão nas definições usarei as definições de Elgie (2011) para presidencialismo, parlamentarismo e também para semipresidencialismo. De acordo com o autor, o semipresidencialismo se configura como um sistema de governo que possui tanto características presidencialistas, neste caso um presidente popularmente eleito e com mandato fixo, quanto características parlamentaristas, representadas por um Primeiro-Ministro saído de dentro do Parlamento e sujeito à confiança deste. O presidente, via de regra, deve exercer papel de chefe de Estado – função mais cerimonial; enquanto o Primeiro-Ministro é o chefe de governo⁴.

Como dito anteriormente, alguns países possuem presidentes mais atuantes que o Primeiro-Ministro em questões relacionadas ao governo. Em outros países, o Primeiro-Ministro saído do Parlamento exerce de fato o papel de Chefe de Governo, enquanto ao presidente fica destinada a função de Chefe de Estado. Shugart e Carey (1992) nomearam estes sistemas de presidencial-parlamentaristas e premier-presidencialistas respectivamente.

⁴ De acordo com Prindle (1991) o chefe de Estado simboliza a nação, atua como representante nas relações internacionais, personificando os ideais de todos os cidadãos. O chefe de governo, por sua vez, representa as vontades do Estado, sendo responsável por tratar das políticas domésticas e execução das leis asseguradas pela constituição. E outras palavras, enquanto o chefe de Estado personifica a unidade da nação, o chefe de governo gerencia os conflitos internos.

De acordo com Elgie (2004, 2007a, 2009) existem várias definições de semipresidencialismo. O conceito de semipresidencialismo evoluiu muito desde que foi utilizado pela primeira vez por Maurice Duverger em meados de década de 70, com o objetivo de explicar o novo modelo de sistema que surgiu na V República Francesa. A experiência semipresidencialista antecede este momento, sendo utilizada em Weimar e na Finlândia sendo estes os primeiros casos de semipresidencialismo. Em Weimar, foi adotado um sistema onde um presidente forte dividiria o poder com o Parlamento. A maior preocupação dos juristas que implementaram tal modelo era de que ocorresse o que aconteceu na França, onde uma assembleia muito fragmentada gerou colapso no governo. Para os responsáveis em confeccionar um novo modelo de governo, um presidente forte poderia “colocar ordem na casa”, fazer o papel de unificador da república, pois sendo eleito diretamente pelo povo, este se sentiria representado.

Segundo David Arter (1985), a Finlândia, assim como a República de Weimar, foi um dos primeiros países a adotar um executivo dual. O sistema de governo finlandês é caracterizado por uma bifurcação do executivo, onde existe uma divisão de poderes entre o governo (primeiro-ministro e gabinete) e o presidente. Até a Revolução Russa em 1917, o poder era dividido entre o governo e o czar russo⁵.

Ao longo dos anos, o conceito do semipresidencialismo para Duverger foi sofrendo algumas alterações. Sua primeira definição caracterizava o semipresidencialismo como um sistema de governo onde o chefe de Estado é eleito por sufrágio universal e possui um pouco mais de poderes que um chefe de Estado em um regime parlamentarista. O chefe de governo é um Primeiro-Ministro saído de dentro do parlamento sujeito a confiança parlamentar.

Em 1974, Duverger incorporou outra característica ao semipresidencialismo: o poder do presidente de dissolver o Parlamento. Na década de 80, Duverger chegou a sua definição final sobre semipresidencialismo, definindo-o como um sistema de governo que possui um chefe de estado popularmente eleito, que detém poderes substantivos⁶

⁵ A Finlândia foi incorporada à Rússia em 1809, como um Grão-Ducado autônomo e assim permaneceu até 1917. Fonte: <https://finland.fi/pt/vida-amp-sociedade/resumo-dos-principais-fatos-historicos-da-finlandia/>

⁶ Para Duverger esses poderes incluíam demissão do Primeiro Ministro e do gabinete.

em face a um primeiro-ministro, que ocupa a função de chefe de governo, porém sujeito à confiança do Parlamento (DUVERGER, 1980).

A contribuição de Duverger tem grande valor para os estudos sobre semipresidencialismo, pois foi a partir de seus estudos que o assunto se tornou pauta para outros pesquisadores. Apesar do pioneirismo, suas definições sofreram críticas ao longo do tempo, e outros autores apresentaram novas formas de definir o semipresidencialismo.

Segundo O'Neil (1993) para um país ser considerado semipresidencialista são necessárias duas características: uma divisão do poder executivo entre Primeiro-Ministro e presidente, sendo que este possui poderes executivos substanciais. Estas duas definições, tanto a de Duverger quanto a de O'Neill possuem a figura de um presidente forte, fazendo frente aos poderes do primeiro-ministro.

Sartori (1994), por sua vez, identifica o semipresidencialismo como um sistema de governo com a seguinte característica: o poder é compartilhado entre um presidente eleito (direta ou indiretamente) pelo povo, que cumprirá um mandato fixo e um primeiro-ministro e gabinete dependentes da confiança parlamentar. O presidente é independente do parlamento, porém não tem autoridade de governar sozinho, sua vontade deve ser intermediada pelo governo constituído pelo Primeiro Ministro e seu gabinete. Estes são independentes do presidente, porém, como observado anteriormente, dependem do Parlamento e sujeitos a confiança deste. Para Sartori (1994), esta estrutura dual permite que diferentes dinâmicas ocorram dentro do executivo e o poder se equilibra de diferentes formas, ora pendendo mais para um lado, ora para outro. Isto não representa um problema desde que o "potencial de autonomia" das duas partes que compõem o executivo seja preservado. Há de se reparar que na concepção de Sartori, os poderes substantivos do presidente, que vimos em Duverger (1980) e O'Neill (1993) não são considerados uma condição necessária para que um país seja classificado como semipresidencialista.

Sartori (1994) defende que o semipresidencialismo, por lidar melhor com maiorias divididas, ainda é uma alternativa melhor se comparada ao presidencialismo. Países que desejam deixar de ser presidencialistas, devem optar pelo semipresidencialismo em vez de seguirem o caminho do parlamentarismo puro, pois ao adotarem o

semipresidencialismo, já possuiriam certa “*expertise*” e não mergulhariam em um terreno desconhecido.

1.3.1 Semipresidencialismo em números

É controverso estabelecer um número exato de países semipresidencialistas, pois como dito anteriormente, existem divergências acerca da definição e classificação dos países dentro deste sistema. Seguindo a definição de Elgie (2011) e, de acordo com informações disponibilizadas pelo mesmo em seu site The Semi-Presidential One, existem atualmente 53 países semipresidencialistas⁷, como podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1: Países semipresidencialistas atuais e ano de adoção do Sistema de Governo		
Argélia (1983)	Haiti (1990)	República Centro-Africana (2016)
Áustria (1945)	Irlanda (1937)	República Democrática do Congo (2015)
Azerbaijão (1995)	Islândia (1944)	República Tcheca (2012)
Bielorrússia (1996)	Lituânia (1992)	Romênia (1990)
Bulgária (1991)	Macedônia (1991)	Rússia (1993)
Burkina Faso (1991)	Madagascar (2010)	Ruanda (2003)
Camarões (1996)	Mali (2012)	São Tomé e Príncipe (1990)
Cabo Verde (1990)	Mauritânia (2009)	Senegal (1991)
Chade (1996)	Moldova (2016)	Servia (2006)
Congo (República do) (2006)	Mongólia (1992)	Sri Lanka (1978)
Croácia (1990)	Montenegro (2006)	Síria (2012)
Egito (2014)	Moçambique (1990)	Taiwan (1997)
Eslováquia (1999)	Namíbia (1990)	Tanzânia (1995)
Eslovênia (1991)	Níger (2010)	Timor-Leste (2012)
Finlândia (1919)	Peru (1993)	Togo (1992)
França (1962)	Polônia (1990)	Tunísia (2014)
Gabão (1991)	Portugal (1976)	Ucrânia (1996)
Geórgia (2004)	Quirguistão (1993)	

Fonte: CPC/UFES. Dados extraídos do site The Semi-presidential One

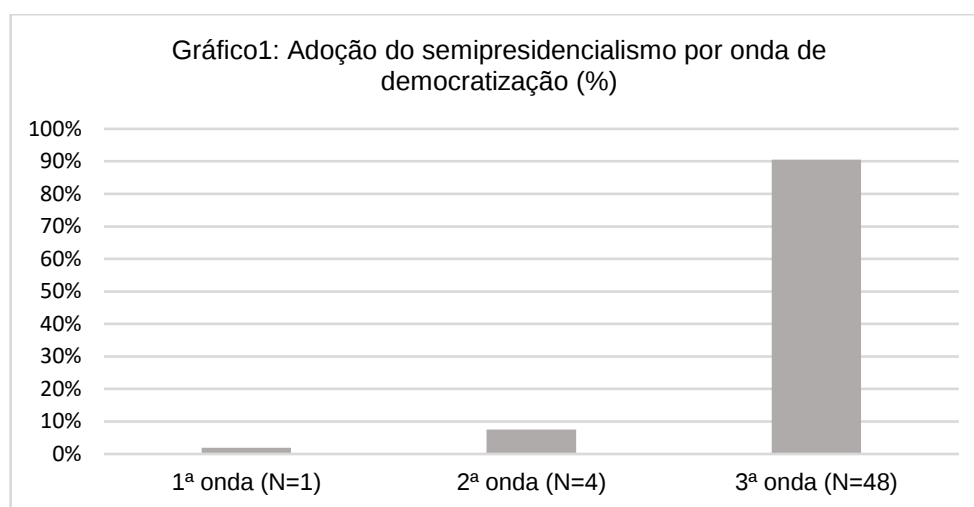
Samuel Huntington (1991) observou que ao longo da história ocorreram períodos onde os países tenderam a se tornarem democráticos. Ele nomeia tais períodos de ondas de democratização. A primeira onda de democratização durou quase 100 anos e compreendeu o período entre 1828 e 1926. Dentre os atuais países semipresidencialistas, a Finlândia adotou o sistema em 1919. A segunda onda de

⁷ Dados coletados do site The semi-presidential One em janeiro de 2018

democratização aconteceu entre 1943 a 1962, coincidindo com o final da Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. A França adotou o semipresidencialismo em 1962. Em

1974, especificamente após a Revolução dos Cravos em Portugal, tem-se o início da Terceira Onda de Democratização, que, até o momento, não possui data de término.

Entre os anos 70 e 90 aproximadamente 30 países se tornaram democráticos. Muitos países do Bloco Soviético e da antiga Iugoslávia adotaram o semipresidencialismo como sistema de governo (ELGIE, 2007a). Vários países africanos também adotaram o semipresidencialismo durante a “Terceira Onda”, e alguns autores consideram que a colonização pode ser um fator que colabora para adoção de sistemas semelhantes. Um exemplo a ser citado é Portugal, país semipresidencialista desde 1976. Sete de oito países colonizados por Portugal adotaram o semipresidencialismo como sistema de governo (AMORIM NETO; LOBO, 2009). Como podemos observar no Gráfico 1, quase 90% dos países adotaram o semipresidencialismo durante a “Terceira Onda de Democratização”.



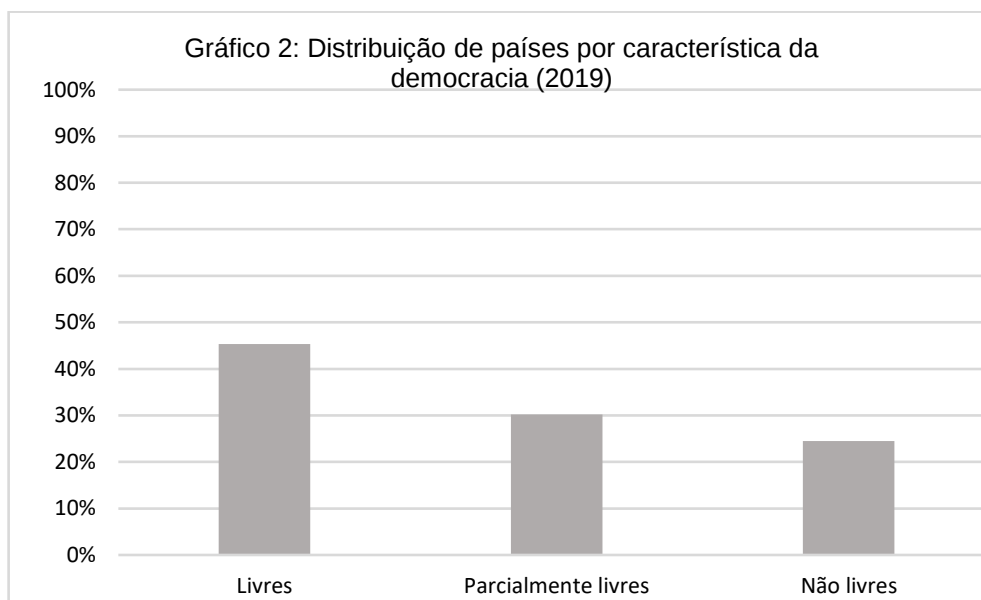
Fonte: CPC/UFES

A França é considerada como arquétipo do modelo semipresidencialista, por ser uma das democracias que adotou esse sistema que mais perdurou, sem sofrer crises de estabilidade democrática. Outro ponto importante para a França ser sempre o país mais lembrado quando falamos em semipresidencialismo se dá ao fato de que Maurice Duverger criou o termo semipresidencialismo para explicar o modelo de sistema de governo francês. Elgie (2009), porém refuta o título de “modelo de

semipresidencialismo” para a França pois para ele, o semipresidencialismo não pode ser considerado a causa da estabilidade política e econômica francesa.

Muitos países que optaram pelo semipresidencialismo na terceira onda de democratização não possuíam estabilidade social, econômica, política, institucional, para manterem a estabilidade da democracia. Neste ponto, o semipresidencialismo também não pode ser considerado a causa do colapso destas democracias. Por mais tentador que seja para os “engenheiros institucionais”, não se pode querer importar um sistema de governo que obteve êxito em um país para o outro, pois existe uma sorte de elementos que colaboram para o sucesso ou não de um sistema de governo.

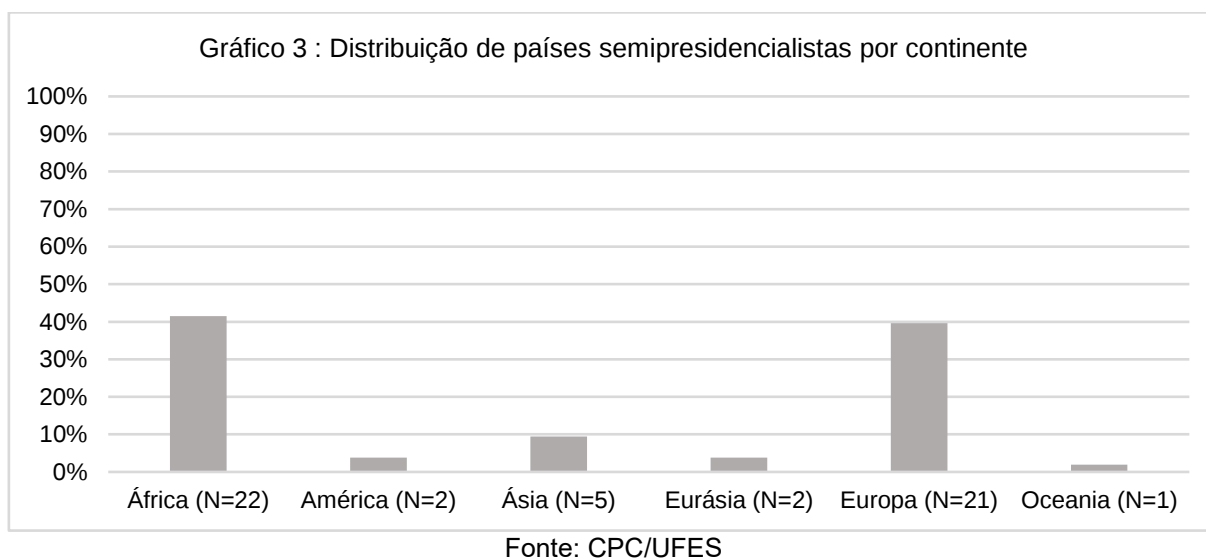
No que concerne à consolidação democrática dos países que adotaram o semipresidencialismo pode-se afirmar que muitos dos países que se tornaram semipresidencialistas durante a Terceira de Onda de democratização não concretizaram o processo e se tornaram democracias plenas⁸. No Gráfico 2, pode-se verificar que 45,3% dos países semipresidencialistas são considerados livres. Do total de 53 países semipresidencialistas atuais 16 deles (30,2%) são considerados parcialmente livres seguidos por 13 países (24,5%) considerados não livres.



Fonte: CPC/UFES

⁸ Para este trabalho, foi adotada a métrica da Freedom House (<https://freedomhouse.org/>) para mensurar a democracia. Temos então, países livres, parcialmente livres e não livres.

Verificamos no Gráfico 3 que a maior parte dos países semipresidencialistas atuais se encontra no continente africano, contabilizando 41,5% do total, com 22 países semipresidencialistas. A Europa, berço do sistema semipresidencialista, possui atualmente 21 países. O continente americano, possui dois países que adotaram o semipresidencialismo, Peru e Haiti.



Este capítulo apresentou as discussões acerca do semipresidencialismo, o sistema de governo onde a coabitação pode ocorrer e também das suas diferenças entre presidencialismo e parlamentarismo. O capítulo seguinte tratará da coabitação e da discussão da literatura sobre este fenômeno.

2. COABITAÇÃO

Exclusivamente no semipresidencialismo, encontramos o fenômeno da coabitação. Como um sistema de governo com duas pessoas/forças políticas compartilhando o poder pode se manter estável? E como se dá esta estabilidade governamental e democrática com duas cabeças provenientes de partidos diferentes, sem pertencer a uma mesma coalizão?

Este capítulo apresenta o que a literatura traz de mais relevante sobre o assunto. Assim como no capítulo anterior, são apresentados dados em forma de gráficos que nos ajudam a visualizar como a coabitação tem se manifestado nos países.

Quando presidente e primeiro-ministro são de partidos opostos – não apenas diferentes (SHUGART; SAMUELS, 2010) – e não existe nenhum membro do partido do presidente no gabinete, encontramos o fenômeno da coabitação. (ELGIE; MCMENAMIN, 2001; SARTORI, 1994; SHUGART; CAREY, 1992)

A coabitação, embora seja um fenômeno específico do semipresidencialismo, não ocorre com grande frequência, mas também não é um evento raro. Ainda de acordo com os dados coletados do site The Semi-Presidential One, ocorreram do ano de 1917 até janeiro de 2018⁹, 85 casos de coabitação em 23 diferentes países.

Quadro 2. Casos de coabitação por país (1917-jan/2018)

País	n	País	n
Alemanha (Weimar)	2	Lituânia	2
Austria	3	Macedônia	2
Bulgária	4	Mongólia	5
Cabo Verde	2	Níger	1
Croácia	2	Polônia	8
Eslováquia	1	Portugal	6
Eslovênia	2	República Tcheca	2
Finlândia	11	Romênia	4
França	3	São Tomé e Príncipe	8
Geórgia	1	Sérvia	1
Irlanda	10	Sri Lanka	2
Islândia	3		

Fonte: CPC/UFES extraído do site The Semi-presidential One

⁹ Em janeiro de 2018 encerrei a coleta de dados.

Esta disputa/compartilhamento de poder é considerada muitas vezes o “calcanhar de Aquiles” do semipresidencialismo, pois o embate entre o presidente e o primeiro-ministro pode gerar tensões, devido ao fato de que encontrar o equilíbrio entre duas forças políticas nem sempre é tarefa fácil. Em democracias consolidadas, estas tensões podem se transformar em uma disputa de forças políticas, podendo levar a uma paralisação na execução de políticas públicas como também entraves ao votar o orçamento anual. Já em democracias pouco consolidadas, essa dupla legitimidade do poder, associada a um presidente forte, de acordo com Cavatorta e Elgie (2010), faz com que seja “(...) provável que (...) conduza a um colapso no estado de direito, conforme o presidente decida por decreto ou a para romper o impasse.”

No semipresidencialismo, o presidente muitas vezes é reconhecido como o “verdadeiro” representante do povo, pois carrega consigo o fato de ter sido eleito por meio de eleição popular. De acordo com Kim (2014), a literatura adverte acerca das tensões que podem surgir entre o presidente e o primeiro ministro. Tais tensões podem levar a conflitos crônicos dentro do executivo, tendo como resultado grande rotatividade de primeiros-ministros. Além da instabilidade nos governos, a democracia pode ser fortemente ameaçada neste contexto de conflito, caso um terceiro elemento – neste caso, os militares – intervenha, com o objetivo de sanar a disputa entre as duas forças que compartilham o poder.

A preocupação que alguns pesquisadores como Pierce (1991) e Linz e Stepan (1996) com os efeitos nocivos da coabitação para as democracias gerou uma série de trabalhos com a finalidade de analisar se estes efeitos de fato aconteciam. Os resultados encontrados nos levam a perceber que “a visão negativa sobre o semipresidencialismo é exagerada” (KIM,2014)

Além da pesquisa apresentada por Kim (2014), existem outros trabalhos (ELGIE, 2008, 2010; ELGIE; MCMENAMIN, 2001) que também apresentam resultados que não associam a coabitação com baixo desempenho dos governos, quebras de governo e colapso da democracia.

Elgie (2010) salienta que desde 1990, a democracia ruiu apenas em um país passando por um governo de coabitação. A democracia do Níger entrou em colapso,

porém não se pode atribuir com precisão que a causa da queda da democracia se deu exclusivamente ao fato de o país estar vivendo um período de coabitação.

O debate em torno da coabitação é recente, assim como os debates sobre o semipresidencialismo. Dentro das discussões sobre as principais causas e consequências da coabitação podemos encontrar alguns fatores que se repetem em vários estudos. Nesta seção, meu objetivo é encontrar dentro da literatura especializada as principais teorias acerca da ocorrência de governos de coabitação. É de fundamental importância que se saiba em quais cenários existe a maior possibilidade de haver coabitação, que fatores específicos ou em conjunto favorecem a ocorrência deste fenômeno. É importante saber também, o que, dentro da literatura, se fala sobre os possíveis efeitos e consequências de um governo de coabitação, sendo importante para ajudar a compreender quais são os elementos que levam governos de coabitação a terem durações distintas.

2.1. Características da coabitação: o que diz a literatura?

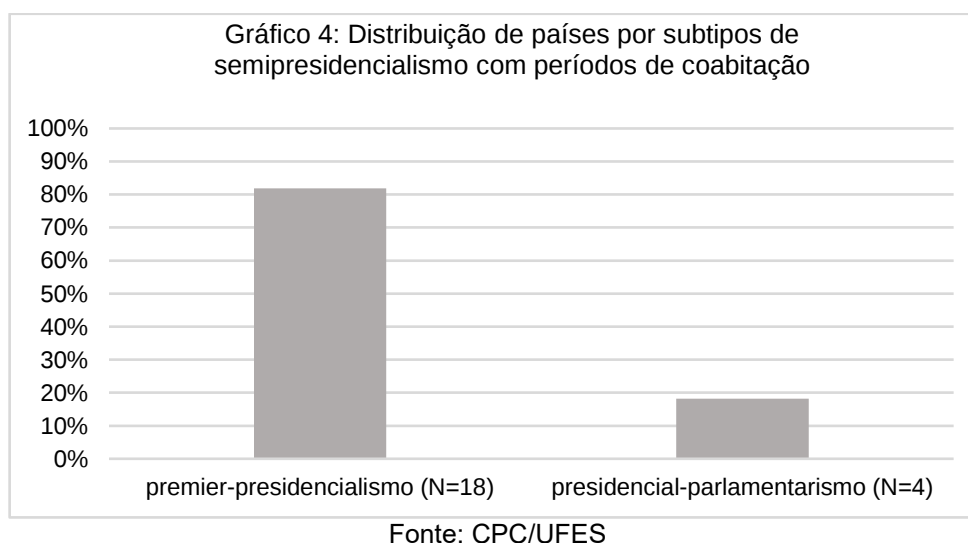
Como dito anteriormente, Shugart e Carey (1992) categorizaram os sistemas semipresidencialistas em premier-presidencialistas ou presidencial-parlamentaristas, de acordo com os poderes presidenciais frente ao primeiro-ministro.

Em países premier-presidencialistas, a coabitação é mais frequente. De acordo com os estudos de Shugart e Samuels (2010) a porcentagem de coabitação em países premier-presidencialistas é muito superior a ocorrência em países presidencial-parlamentaristas. Ainda de acordo com os autores, as possibilidades de coabitação em países presidencial-parlamentaristas são pequenas já que o presidente detém o poder de dispensar o gabinete possuindo grande influência sobre os partidos que compõem o Parlamento. Em casos do premier-presidencialismo, quando o partido do presidente não consegue apoio da maioria dos parlamentares.

O achado representado no Gráfico 4 reforça esta hipótese. De acordo com Loureiro (2018) dos 22 países que passaram por governos de coabitação (entre 1920 e maio de 2019), apenas 4 (18%), são presidencial-parlamentaristas.

Fernandes e Magalhães (2016), apontam evidências de outros estudos que buscaram compreender o presidencial-parlamentarismo como causa de instabilidade democrática e término de governo, porém estes estudos não conseguiram efetuar tal relação. Os autores citam estudos de Sedelius e Ekman (2010), cujos resultados não encontraram relação entre coabitação e término de governo; de Strøm e Swindle (STRØM; SWINDLE, 2002), que apesar de seus resultados relacionarem a coabitação com eleições antecipadas, não foram encontrados resultados suficientes para afirmar que a coabitação é a causa da instabilidade democrática; e de Schleiter e Morgan-Jones (2009), cujos resultados apontam que não há evidências de que a coabitação causa dissolução do parlamento ou substituição do governo.

De acordo com Elgie e Mcmenamin (2001) quando a coabitação ocorre após uma eleição presidencial, isto é sinal de que o presidente possui quase ou nenhum poder frente ao primeiro-ministro, reforçando a teoria que a coabitação ocorre com maior frequência em países premier-presidencialistas.



As cadeias de delegação e a *accountability*¹⁰ segundo Strøm (2006) funcionam de uma maneira mais eficiente dentro de sistemas parlamentaristas, se comparados a sistemas presidencialistas. De acordo com o autor, tanto a delegação quanto a *accountability* podem sofrer de certos problemas dentro do semipresidencialismo. Um desses problemas se refere a uma menor transparência, pois sistemas híbridos, que

¹⁰ *Accountability* é um termo utilizado pela administração pública podendo ser traduzida como prestação de contas com responsabilidade e transparência.

possuem duas cabeças no topo da cadeia de delegação, possuem mecanismos um pouco diferentes nesta cadeia, principalmente em períodos de coabitação (STRØM; MÜLLER, WOLFGANG C. BERGMAN, 2006a). A coabitação afeta a dinâmica política de várias formas, tanto em questões de política interna como no que tange políticas externas também.

Segundo Elgie (2008),

Na coabitação, tanto o presidente quanto o primeiro-ministro podem legitimamente alegar que possuem a autoridade de falar em nome do povo. Portanto nenhum ator pode ganhar a autoridade do outro. Neste contexto, o fato de o primeiro-ministro ser responsável pela legislatura significa que o presidente tem que aceitar a vontade da legislatura e coexistir com um oponente político, ou se a constituição permitir, desafiar o legislativo e demitir o chefe de governo, sabendo que o legislativo pode simplesmente nomear outro primeiro ministro igualmente oposto ao presidente. (ELGIE, 2008, tradução minha)¹¹

Para Elgie e Mcmenamin (2001) a coabitação tende a ocorrer no contexto das eleições, sejam eleições sincronizadas ou não. Os autores afirmam que a coabitação tem maior probabilidade de ocorrer após as eleições.

De acordo com os autores, quando as eleições para o Executivo e Legislativo são sincronizadas, estas podem gerar “maiorias opostas”, tornando a coabitação possível. Em outras palavras, uma eleição para o Legislativo com mais dois partidos, pode não resultar em uma maioria absoluta, gerando assim, dois partidos (ou até mais) com aproximadamente o mesmo número de cadeiras no parlamento. Nem presidente, nem primeiro-ministro controlam a maioria das cadeiras no Parlamento. De acordo com Kim (2014), esta situação pode gerar instabilidade dentro do Executivo, porém

está positivamente associado a níveis mais altos de democracia nesses países. Dado que o governo de minoria dividida ocorre com bastante frequência em sistemas de executivo duplo, essa descoberta parece particularmente encorajadora para países que contemplam uma mudança para o semi-presidencialismo. Os conhecidos perigos da coabitação não são fundamentados em relação à instabilidade executiva e à qualidade da democracia. Além disso, nenhuma das advertências sobre os sistemas

¹¹ *Under cohabitation, both the president and the prime minister can legitimately claim that they have the authority to speak on behalf of the people. Therefore, neither actor can trump the authority of the other. In this context, the fact that the prime minister is responsible to the legislature means that the president has either to accept the will of the legislature and coexist with political opponent or, if the constitution allows, to defy the legislature and dismiss the head of government in the knowledge the legislature may simply appoint as prime minister someone who is equally opposed to the president.*

semipresidencialistas as torna mais vulneráveis ao colapso democrático. (p.673, tradução minha)¹²

Outra situação onde a possibilidade de coabitação acontecer ser grande se dá após uma eleição presidencial, cujo presidente eleito é de partido oposto ao da maioria dos membros do Parlamento. A terceira situação favorável à coabitação ocorre quando a eleição para o Legislativo elege uma maioria oposta ao partido do presidente em exercício.

A ocorrência de coabitação fora do ciclo eleitoral é muito mais rara. Elgie e McMenamin (2001) exemplificam duas situações onde este fenômeno pode ocorrer. A primeira situação envolve uma saída de todos os membros do partido do presidente do governo. Isto é improvável de acontecer, visto que não é objetivo do partido deixar o presidente sozinho dentro do executivo. A outra situação fora do contexto eleitoral, onde poderia haver coabitação, aconteceria caso um novo governo fosse formado e a legislatura excluísse o partido do presidente. Porém, neste caso, a depender dos poderes presidenciais assegurados pela constituição de cada país, há a possibilidade de o presidente evitar a coabitação, pois “em virtude de sua legitimidade popular, o presidente poderia estar em posição de insistir na inclusão de seu partido no governo ou de exigir a formação de um gabinete com membros técnicos não vinculados a partidos¹³.” (ELGIE; MCMENAMIN, 2001, p.9, tradução minha).

Outra alternativa do presidente para evitar coabitação seria a dissolução do parlamento e convocação de novas eleições na esperança de formar uma maioria no Parlamento e evitar perda de sua influência. Contudo, esta opção pode ser um tanto quanto arriscada, e um gabinete de coabitação se formar ainda assim.

Desde que o fenômeno da coabitação passou a ocorrer e por consequência chamar a atenção dos pesquisadores, muito foi dito sobre seus perigos e danos à estabilidade da democracia. O potencial “destrutivo” da coabitação, contudo, não foi encontrado, como vimos algumas páginas acima. Pesquisas que levaram em consideração

¹² “Most importantly, divided minority government is positively associated with higher levels of democracy in these countries. Given that divided minority government occurs quite often in dual-executive systems, this finding seems particularly encouraging for countries that contemplate a switch to semi-presidentialism. The well-known perils of cohabitation are not substantiated with regard to executive instability and quality of democracy. In addition, none of the caveats about semi-presidential systems makes them more vulnerable to democratic breakdown.”

¹³ “By virtue of his or her popular legitimacy, the president may be in a position to insist on his or her party being included in the new government, or to require a non-party technical government.”

diferentes contextos de coabitação em diferentes países não encontraram evidências empíricas que corroborassem para a ideia de que a coabitação se constitui realmente como uma ameaça à democracia.

Muitos pesquisadores consideram que a adoção do semipresidencialismo pode ser tão nociva para democracias recentes quanto a adoção do presidencialismo. De acordo com Linz (1994) a escolha de um sistema semipresidencialista não é preferível em relação a um sistema parlamentar, visto que possui em sua maior parte os mesmos problemas de estabilidade que um sistema presidencial puro. O semipresidencialismo para dar certo, demandaria uma série de circunstâncias especiais (as quais o autor não elenca).

A coabitação portanto, seria o ponto fraco do sistema presidencial. É óbvio que nenhuma das duas cabeças do executivo em um sistema semipresidencialista deseja uma situação de coabitação, porém existe mais preocupação que fatos que comprovem que a coabitação é realmente problemática.

Para Elgie (2008), governos de minorias divididas são mais nocivos à democracia do que a coabitação em si. Em seus achados de pesquisa, Elgie não encontrou nenhuma democracia plena que sofreu colapso em períodos de coabitação. O regime democrático ruiu em apenas um país, e este não era considerado uma democracia plena, e sim, um país parcialmente livre.

Niger, o país em questão se redemocratizou em 1990 e em 1993 Mahame Ousmane foi o primeiro presidente eleito do país. Em 1995 ele dissolve o parlamento prematuramente convocando novas eleições legislativas. O resultado das eleições, porém não foi o esperado por ele. Seu partido perdeu a maioria dos assentos no Parlamento, e sua indicação para o cargo de Primeiro Ministro foi rejeitada pela nova legislatura, que elegeu Hama Amadou, seu oponente para o cargo. Deu-se o início de um período de coabitação, onde nenhuma das duas partes se entendia, gerando assim, um impasse.

Sophia Moestrup (2007, p.113) descreve o período como um doloroso período de coabitação entre duas cabeças com orientações políticas completamente diferentes. O presidente exigiu que membros de seu partido compusessem o gabinete, porém

este pedido foi negado pelo Primeiro Ministro, e o gabinete foi composto exclusivamente por membros da nova maioria parlamentar recentemente eleita. O gridlock resultante das tensões políticas do período de coabitação serviu como desculpa para uma intervenção militar em 27 de janeiro de 1996¹⁴. A junta militar liderada pelo General Ibrahim Mainassara Baré convoca eleições nas quais nenhum órgão nacional ou internacional teve acesso a contagem dos votos. Sem surpresas, o General Baré é eleito o novo presidente do Níger. Moestrup (2007) afirma que após a “eleição” de Baré, os scores do Níger na Freedom House¹⁵ despencaram. Em 1999, Baré foi assassinado, dando início a um novo processo de redemocratização do Níger.

A experiência catastrófica de um governo de coabitação no Níger se tornou a fonte do medo e desconfiança dos especialistas a respeito do semipresidencialismo, da coabitação e suas consequências negativas. O que se pode observar é que apenas esta experiência teve como resultado o colapso de uma democracia, portanto não se deve considerar que a coabitação produza efeitos negativos dentro de um regime democrático.

O que sabemos até aqui? Já sabemos do que se trata a coabitação, como se comportou e o que a literatura diz. O próximo passo consiste em apresentar os métodos utilizados para esta pesquisa.

¹⁴<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1996-01-28-mn-29617-story.html>

¹⁵Freedom House é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo desenvolver pesquisas relacionadas a direitos humanos, democracia, liberdade de imprensa. A organização desenvolveu uma métrica para classificar democracias.

3. MÉTODOS

Neste capítulo apresento os métodos utilizados para a realização desta pesquisa, cujo principal objetivo é responder à seguinte questão: o que caracteriza a longevidade dos governos de coabitação? Quais elementos estão presentes e/ou ausentes em contextos de coabitação com diferentes durações?

3.1 Organizando os casos em um desenho em painel

Tendo como unidade de análise os contextos de governos de coabitação, organizei os dados em um desenho em painel cujos contextos estão localizados no tempo (duração da coabitação) e no espaço (país em que ocorreu a coabitação). A população de casos de contextos de coabitação incluindo países semipresidencialistas atuais e históricos é de 85 casos (Ver Quadro 3). Nesta pesquisa adotei a medida dos contextos em meses.

Existem dois grandes caminhos possíveis quando fazemos pesquisa em política comparada: uma estratégia centrada em variáveis e outra centrada em casos. De uma forma breve, é possível dizer que ao utilizar a estratégia centrada em variáveis, que parte de uma lógica dedutiva e analisa o maior número de casos possíveis, se buscaria estabelecer os fatores explicativos da variedade de longevidade das coabitações como variável dependente. Isso se daria através de modelos estatísticos de regressão, em busca de uma teoria mais ampla e generalizante das durações de governos de coabitação. De um outro modo, mas ainda em busca da relação entre variáveis com um elevado número de casos, se intentaria indutivamente estabelecer padrões de associação entre fatores contextuais e diferentes tipos de coabitação. Na segunda estratégia, seja por meio da dedução ou da indução, mas com um reduzido número de casos e em busca de profundidade, o que se almejaria seria desenvolver uma relação entre um determinado fator ou conjunto de fatores e a duração das coabitações (dedução), ou caracterizar os contextos de governos de coabitação, seja por características típicas, seja por suas características diversas ou subtípicas (CARAMANI, 2011; GERRING, 2019; RAGIN; ZARET, 1983).

Para este trabalho, adotei a segunda estratégia, onde eu busco a análise em profundidade em um número reduzido de casos, dos contextos em que governos de

coabitação ocorreram. Mais do que isso, não interessa aqui desenvolver uma teoria ou relação de causalidade entre certos fatores e a duração das coabitações.

Quadro 3: Contextos de coabitação ao longo da história (continua)

Contexto de Coabitação (Até Jan/2018)	T	Contexto de Coabitação (Até Jan/2018)	T
Cabo Verde - fev/2001-Mar/2001	1	Lituânia - Nov/1996 – Fev/1998	15
Eslovênia - Dez/2012 – Mar/2013	3	Polonia - Jul/1992 – Out/1993	15
Irlanda - Jun/1997 – Set/1997	3	Finlândia - Out/1954 - Fev/1956	16
Polonia - Ago/2015 – Nov/2015	3	Islândia - Ago/1996 to 1998 *4	17
Sri-Lanka - Ago/1994 – Nov/1994	3	Polonia - Out/1993 – Mar/1995	17
Portugal - Nov/2015 – Mar/2016	4	Alemanha (Weimar) - Nov/1923 -Mai/1925	18
República Tcheca - Mar/ 2013 – Jul/2013	4	Macedônia - Nov/2002 – Mai/2004	18
Finlândia - Mai/1954 -Oct/1954	5	Finlândia - Jul/1948 - Mar/1950	20
Austria - Jul/1986 -Jan/1987	6	Irlanda- Mai/2016 – Jan/2018	20
Bulgária - Jul/2001 – Jan/2002	6	Romenia - Abr/2007- Dez/2008	20
Polonia - Dez/1991 – Jun/1992	6	Croácia - Fev/2010 – Dez/2011	22
S.T. Príncipe - Mar/2004 – Set/2004	6	Portugal - Mar/2016 – Jan/2018	22
Servia - Nov/2006 – Mai/2007	6	Bulgária - Jan/1995 - Fev/1997	25
Finlândia - Fev/1972- Set/1972	7	França - Mar/1986-Mai/1988	26
Mongolia - Dez/1998 – Jul/1999	7	França - Mar/1993 – Mai/1995	26
S.T. Príncipe - Jan/2010 – Ago/2010	7	S.T. Príncipe - Nov/1996 – Jan/1999	26
Finlândia - Dez/1928 - Ago/1929	8	Portugal - Abr/2002 – Jul/2004	27
Irlanda - Mar/2011 – Nov/2011	8	Finlândia - Mar/1946 - Jul/1948	28
Mongolia - Abr/1998 - Dez/1998	8	Sri-Lanka - Dez/2001 – Abr/2004	28
Portugal - Jul/2004 – Mar/2005	8	Polonia - Nov/2007 – Abr/2010	29
Alemanha (Weimar) - Nov/ 1922 -Ago/1923	9	Austria - Jul/2004 – Jan/2007	30
Irlanda - Jun/1981 - Mar/1982	9	Bulgária - Jul/2009 – Jan/2012	30
Polonia - Mar/1995 – Dez/1995	9	Romenia -Mai/2012-Dez/2014	31
S.T. Príncipe - Set/2004 – Jun 2005	9	Macedonia - Ago/2006 – Abr/2009	32
Mongolia - Jun/1997 - Abr/1998	10	S.T. Príncipe - Jan/1999 – Set/2001	32
Alemanha (Weimar) - Jun/1920 - Mai/1921	11	Irlanda - Jun/1954 - Mar/1957	33
Croácia - Fev/ 2015 – Jan/2016	11	Islândia - Set/1953 -Jul/1956	34
Irlanda - Fev/1992 – Jan/1993	11	Finlândia - Abr/1991 - Mar/1994	35
Niger - Fev/1995 – Jan/1996	11	Mongolia - Jun/1993 – Jul/1996	37
Romenia - Dez/2014 - Nov/2015	11	Irlanda - Fev/1948 - Jun/1951	40
S.T. Príncipe - Dez/1995 – Nov/1996	11	Bulgária - Jan/2002 – Ago/2005	43
Finlândia - Dez/1926 - Dez/1927	12	Finlândia - Mar/1950 - Nov/1953	44
Mongolia - Jul/1999 – Jul/2000	12	Austria - Abr/1966 -Abr/1970	48
Romenia - Jan/2017 - (Jan/2018)	12	Polonia - Out/1997 – Out/2001	48
Eslovênia - Dez/2004 – Jan/2006	13	República Tcheca - Jan/2014 – (Jan/2018)	48
Finlândia - Mar/1994 - Abr/1995	13	Finlândia - Abr/2007 – Jun/2011	50
Geórgia - Out/2012-Nov/2013	13	Irlanda - Dez/1982 - Mar/1987	51
Islândia - Ago/1952 - Set/1953	13	Irlanda - Mar/1973 - Jul/1977	52
Polonia - Jun/1992 – Jul/1992	13	Cabo Verde - Set/2011 - Abr/2016	55
S.T. Príncipe - Ago/2010 – Set/2011	13	França - Jun/1997- Mai/2002	59

Quadro 3: Contextos de coabitação ao longo da história (conclusão)			
Contexto de Coabitação (Até Jan/2018)	T	Contexto de Coabitação (Até Jan/2018)	T
Irlanda - Dez/1990- Fev/1992	14	Portugal - Mar/2006 – Jun/2011	63
Lituânia - Fev/2003 – Abr/2004	14	Portugal - Mar/1986 – Out/1995	115
S.T. Príncipe - Out/1994 – Dez/1995	14		

Fonte: The Semi-presidential One extraídas por CPC/UFES

3.2 Estudos de caso

De acordo com Gerring (2007), o estudo de caso consiste em um estudo intensivo de um ou um número pequeno de casos, com o objetivo de alcançar uma generalização que alcance um maior número de casos. Apesar de o estudo caso trabalhar a partir de um ou poucos casos, o objetivo maior é, que a partir da exploração deste (ou destes casos) de uma maneira mais profunda possa trazer elementos que gerem ou comprovem algum tipo de teoria.

O elemento principal de um estudo de caso, é obviamente, o próprio caso (ou casos). Para Gerring (2019) o caso é a representação de um fenômeno de relevância teórica, delimitado no tempo e no espaço. Ainda de acordo com o autor:

Casos podem ser compostos de estados ou entidades como forma de estados (e.g., impérios, estados-nação, regiões, municipalidades), organizações (e.g., firmas, organizações não governamentais, partidos políticos, escolas), grupos sociais (definidos por, e.g., etnicidade, raça, idade, classe, gênero ou sexualidade), eventos (e.g., crise política estrangeira, revolução, transição democrática, ponto de decisão [decision-point]), ou indivíduos (e.g., uma biografia, história de caso). (GERRING, 2019, p. 68)

Como dito acima, os casos se caracterizam por um recorte temporal e espacial. Em se tratando deste estudo de caso – um estudo de caso diverso – os recortes espaciais são mais fáceis de reconhecer, visto que os países já possuem limites estabelecidos. Em relação ao recorte temporal, este foi definido em meses.

O estudo de caso se caracteriza principalmente pelo fato de ser altamente focado, ou seja, o caso (ou casos) escolhidos são analisados em profundidade pelo pesquisador. Ainda de acordo com Gerring (2019, p.19), “quanto menos casos há, e quanto mais intensivamente são estudados, mais um trabalho merece a denominação estudo de caso”. Por muitas vezes, o estudo de caso é relacionado a pesquisa de apenas um ou dois casos, porém, estudos de caso podem ser feitos com uma amostra C (número

de casos) maior. Tudo isso vai depender do objetivo do pesquisador e da questão que este deseja responder.

O grande objetivo de um estudo de caso consiste na busca, a partir da investigação de um caso (ou mais casos), de explicações para um número maior de casos. Os resultados de um estudo de caso devem ser capazes de viajar, algum elemento do estudo deve ser passível de generalização. Somente assim, de acordo com Gerring (2019), uma pesquisa pode ser definida como um estudo de caso.

3.3 Estudo de caso descritivo diverso

Estudos de caso descritivos não possuem um compromisso inicial na formulação de hipóteses, mas sim, como o próprio nome diz, tem como seu maior objetivo descrever com profundidade as variáveis de interesse do caso. Como neste trabalho, estou interessada em buscar descrever em profundidade uma diversidade de casos, concluí que o tipo adequado de estudo para este trabalho é o estudo de caso descritivo diverso.

Como justificado anteriormente, o maior objetivo deste trabalho é compreender, em profundidade, as diversas durações de governos de coabitação em um número reduzido de casos. Para Gerring (2008), podemos justificar a escolha dos casos a serem estudados de diversas formas: seja pela facilidade de obtenção dos dados, pela familiaridade do pesquisador com o caso a ser estudado ou pela importância de um ou mais casos específicos dentro da literatura. Porém, nenhuma destas opções são justificativas metodológicas para a escolha de um ou mais casos. Ainda de acordo com o autor, existem 18 estratégias para seleção de casos, que vão variar de acordo com o tipo de caso, o tipo de pesquisa e relação entre X e Y encontradas. Se o caso é orientado por causas, por resultados, se possui o intuito de gerar hipóteses, ou se possui, como esta pesquisa, o objetivo descritivo.

Para selecionar os casos desta pesquisa, segui o que está presente em Gerring (2019) e adotei um algoritmo que me permitiu categorizar, ordinalmente, as longevidades das mais baixas até as mais altas, com a intenção de captar a diversidade dos casos com durações distintas.

O algoritmo escolhido foi o Z-score – uma estatística de padronização que estabelece, em desvios-padrão, a distância dos valores de cada caso (durações em meses dos governos de coabitação) em relação à média – cuja fórmula é: $[z = (x - \mu) / \sigma]$; onde x representa um valor dos dados, μ representa a média e σ o desvio-padrão.

O algoritmo irá subtrair o valor médio das durações em geral do valor de cada duração em particular e, após isso, dividir esse resultado pelo desvio padrão de toda a população de casos. Com isso, é possível visualizar a distribuição dos casos ao redor da média (de valor 0), onde os valores positivos são aqueles acima da média, e os negativos abaixo dela. (Ver Gráfico 5).

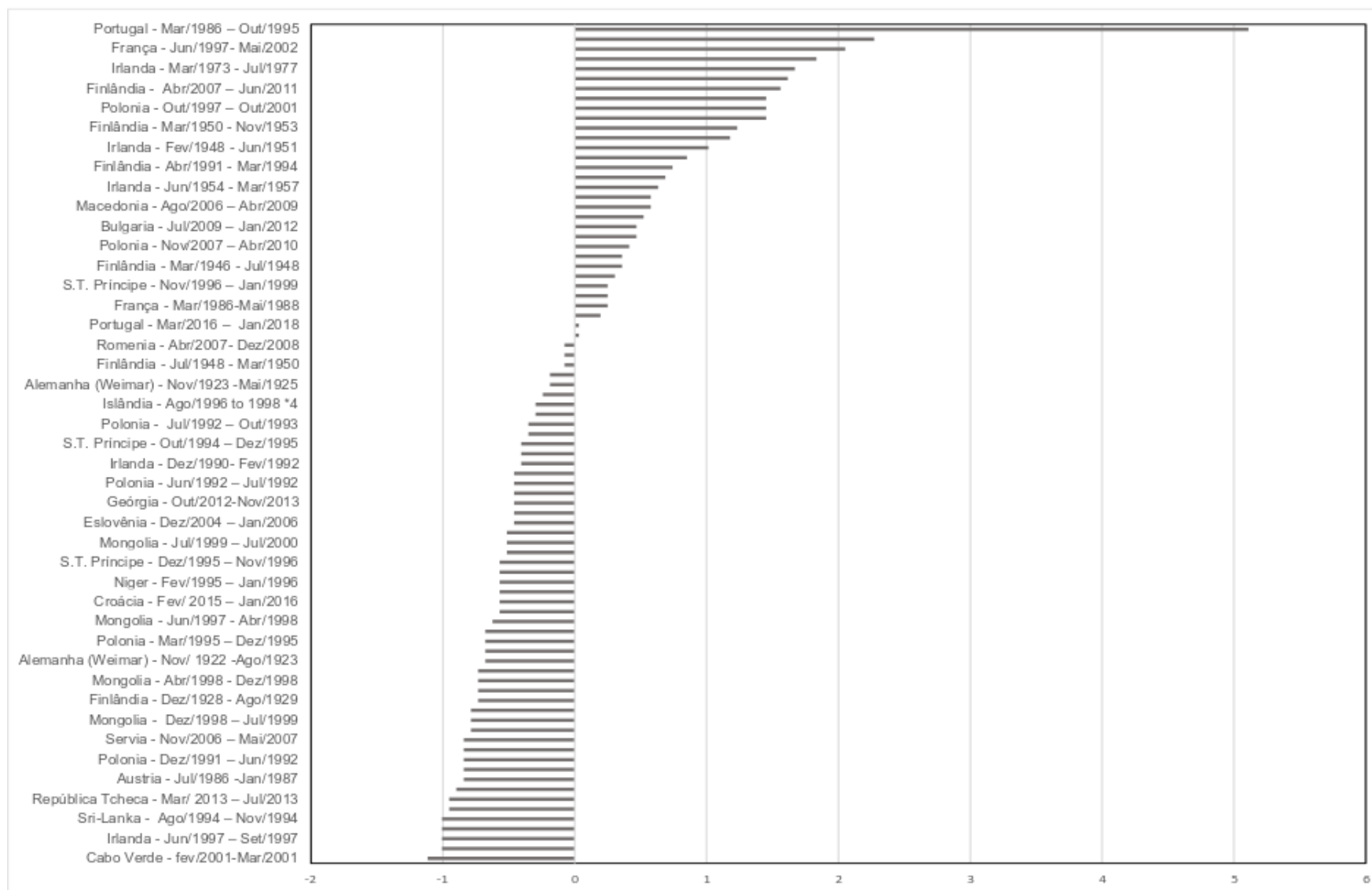
3.4 Selecionando os casos

Para chegar a um reduzido número de casos que captassem subtipos típicos da diversidade de casos de longevidade de coabitações, dividi o intervalo total dos valores em 4 intervalos de 1,56 desvios-padrão, resultando em 4 subconjuntos representativos de durações extremamente baixas (valores entre -1,11552 a 0,45448), moderadamente baixas (valores entre 0,45448 a 2,01448), moderadamente altas (entre 2,01448 a 3,57448) e extremamente altas (de 3,57448 a 5,13448).

No primeiro conjunto ou subtipos, estão 63 casos, que incluem os casos de Cabo Verde (fev/2001 a mar/2001), Finlândia (mar/1994 a abr/1995), Sri-Lanka (dez/2001 a abr/2004), entre outros. No segundo conjunto de subtipo moderadamente baixo, encontrei 19 casos, que incluem Áustria (jul/2004 a jan/2007), São Tomé e Príncipe (jan/1999 a set/2001), Mongólia (jun/1993 a jul/1996). O terceiro conjunto de subtipo moderadamente alto, é representado apenas por dois casos: França (jun/1997 a maio de 2002) e Portugal (mar/2006 a jun/2011). Por fim o conjunto referente ao subtipo extremamente alto contém apenas um caso Portugal (mar/1986 a out/1995).

De acordo com Gerring (2019), os casos são representativos de cada um dos 4 subtipos. A fim de não inviabilizar a busca pela profundidade dos casos, serão escolhidos apenas um caso típico de cada subtipo. Seria possível adotar o caso com valor médio ou mediano de cada subtipo, porém isso foi descartado por ter limitações de disponibilidade dos dados Os casos foram selecionados também seguindo o

Gráfico 5 - Z-score



Média: 21,42

Fonte: CPC/UFES

Desvio Padrão: 18,30

recorte temporal: todos os casos ocorreram pós Terceira Onda de Democratização (HUNTINGTON, 1991).

Sendo assim, foram buscados os casos com maior disponibilidade de dados e informações e que, ao mesmo tempo, estivessem mais próximos da média ou mediana do subtipo. Os casos escolhidos, portanto, foram: a terceira coabitação romena, ocorrida entre dezembro de 2014 e novembro de 2015; a terceira coabitação da Bulgária com início em janeiro de 2002 e término em agosto de 2005; a terceira coabitação francesa que compreendeu o período entre junho de 1997 a maio de 2002 e por fim a primeira coabitação portuguesa, com início em março de 1986 e término em outubro de 1995.

De acordo com Gerring (2019), os casos são representativos de cada um dos 4 subtipos. A fim de não inviabilizar a busca pela profundidade dos casos, serão escolhidos apenas um caso típico de cada subtipo. Seria possível adotar o caso com valor médio ou mediano de cada subtipo, porém isso foi descartado por ter limitações de disponibilidade dos dados. Os casos foram selecionados também seguindo o recorte temporal: todos os casos ocorreram pós Terceira Onda de Democratização (HUNTINGTON, 1991).

3.5 Fontes para coleta de dados e dimensões analisadas

Os dados para esta pesquisa foram obtidos a partir da coleta de fontes primárias e secundárias. Para a confecção dos capítulos teóricos foi realizada ampla pesquisa bibliográfica sobre sistemas de governo, semipresidencialismo e coabitação. As fontes primárias de extração de dados consistiram nas constituições originais dos países e sites de instituições oficiais. Como fonte secundária lancei mão de artigos científicos, artigos em jornais, livros, revistas eletrônicas e relatórios de organizações internacionais (como a Freedom House e Transparency.org).

Esta pesquisa segue o modelo indutivo e portanto, serão investigados os contextos das coabitações em busca de variáveis que estejam presentes nos quatro casos, o que permitirá uma discussão posterior sobre o que esteve presente ou ausente em cada caso representativo de distintas longevidades de coabitações. As variáveis serão buscadas a partir da análise de quatro dimensões: 1. A escolha constitucional (como

o país chegou ao sistema adotado, com ênfase em dados históricos), 2. As instituições políticas (sistema eleitoral, sistema partidário, partidos e poderes presidenciais), 3. Grau de democracia e 4. Processo da coabitação (histórico, atores e relações).

Os dados coletados para cada dimensão em cada caso podem ser visualizados no Quadro 4 abaixo. Estou em busca de potenciais variáveis que podem justificar a longevidade das coabitações.

Quadro 4: Fontes para coleta dos dados e as dimensões analisadas

Dimensão	Romênia	Bulgária	França	Portugal
Tempo de coabitação	The Semi-presidential One World Statesman	The Semi-presidential One World Statesman	The Semi-presidential One World Statesman	The Semi-presidential One World Statesman
Escolha Constitucional	Deutsch Welle Folha de São Paulo New York Times Portal G1			
Instituições	The Constitute Project The Semi-presidential One Site Câmara dos Deputados Site PSD Site PNL Site ALDE	The Constitute Project The Semi-presidential One Site Assembleia Nacional	The Constitute Project The Semi-presidential One Site Assembleia Nacional	The Constitute Project The Semi-presidential One Site Assembleia da República Site Web Archive Site PSD Diário da República
Processo de Coabitação	Jornal EVZ The Economist Perfil Facebook Klaus Iohannis CNBC	New York Times	France Politique The Economist Instituto IPSOS Folha de São Paulo The Independent	Central Nacional de Eleições Site RTP

Nos quatro capítulos seguintes serão apresentados os estudos de caso referentes a cada conjunto de casos com base nas durações das coabitações.

4. CASO ROMÊNIA (dez/2014 – nov/2015)

Neste capítulo trato do caso selecionado dentre os representantes do subtipo típico extremamente baixo no que se refere ao tempo de coabitação. São apresentados dados sobre o período de coabitação compreendido entre dezembro de 2014 a novembro de 2015 na Romênia.

A Romênia é um país situado na Europa, na península dos Bálcãs, fazendo divisa com Bulgária, Hungria, Moldávia, Sérvia e Ucrânia. Seu território compreende uma área de 238,397 km² e sua população estimada em 2018 era de aproximadamente 19,438,000 de habitantes¹⁶.

4.1 A escolha do semipresidencialismo

No final da década de 90, muitos países do leste europeu passaram por uma sequência de eventos e manifestações que levaram à queda do comunismo e do domínio soviético. As Revoluções de 1989, como ficaram conhecidas, se originaram na Polônia, se estendendo para Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Romênia e Tchecoslováquia. Exceto pela Romênia, todas as transições democráticas foram feitas de maneira pacífica.

Em 15 de dezembro de 1989, na cidade de Timisoara, a Revolução Romena eclodiu. O que havia começado como um pequeno protesto contra o despejo de László Tokés, um padre dissidente, reverberou em grande escala, dando início a uma série de manifestações – reprimidas de maneira violenta – por todo o país. Em poucos dias as manifestações chegaram em Bucareste, a capital do país, de onde o líder do Partido Comunista Romeno, o general Nicolae Ceausescu, tentou fugir, porém sem sucesso. Em 22 de dezembro de 1989, Ceausescu foi deposto e seu lugar ocupado pela Frente para Salvação Nacional (FSN), liderada por Ion Iliescu, antigo membro do Partido Comunista Romeno. Em um julgamento relâmpago, Nicolae Ceausescu é julgado no dia 25 de dezembro de 1989, sendo condenado a morte juntamente com sua esposa Elena.

¹⁶<https://www.britannica.com/place/Romania>

Neste cenário de violência, onde foram contabilizadas mais de 1.000 mortes, foi restaurada a democracia na Romênia.

Após os eventos de dezembro de 1989, uma Assembleia Constituinte foi convocada, e a nova constituição, formulada nos moldes da constituição da V República Francesa foi aprovada via referendo no dia 08 de dezembro de 1991.

A nova constituição adotou um novo sistema de governo: o semipresidencialismo. Muitos elementos históricos podem explicar tal escolha; um sistema de governo possuidor de mecanismos que limitem o poder do presidente, se apresenta bastante útil, visto que a possibilidade de um governante com poderes ilimitados, traria para o povo romeno as piores lembranças.

A FSN possuía uma divisão entre um grupo que apoiava um presidente forte, e uma parte que preferia um presidente com menores poderes em relação ao primeiro-ministro. Estes que não apoiavam a presidência forte, receberam também o suporte dos outros integrantes da Comissão que não eram membros da FSN. Outro fator importante para a escolha institucional e divisão entre os poderes do presidente e primeiro-ministro foi a forte influência francesa na redação da constituição da Romênia, dado o fato de que durante o processo de construção da nova constituição, os membros da Comissão Constitucional romena, receberam a visita de uma delegação composta por acadêmicos e juristas franceses para auxiliar os romenos no caminho de uma nova constituição. Até aquele momento, a França já havia passado por um período de coabitação, porém isto não foi problema para os membros da Comissão Constitucional que se utilizaram, em boa parte da constituição francesa, para criarem a nova constituição semipresidencialista francesa.

4.2 Instituições Políticas

4.2.1 Poderes Executivos

No sistema semipresidencialista romeno, o presidente – popularmente eleito e com mandato fixo – seria responsável por algumas funções enquanto o Primeiro-Ministro e seu gabinete seriam responsáveis pelo governo. Formalmente, a constituição romena apresenta um desenho premier-presidencialista. O Presidente nomeia o

Primeiro-Ministro após consultar o partido com maioria no Parlamento, e caso não haja um partido com maioria parlamentar, este faz uma consulta a todos os partidos que ocupam cadeiras no legislativo, que devem chegar a um acordo e apontar um nome. Após a indicação da Casa e mediante a um voto de confiança parlamentar, de acordo com o artigo 85 da constituição, o presidente nomeia o Primeiro-Ministro. Os ministros são propostos pelo Primeiro-Ministro e nomeados também pelo presidente. De acordo com o artigo 80 da Constituição romena, o Presidente representa o Estado Romeno e é aquele que garante a independência, unidade e integridade territorial do país. Ainda de acordo com o artigo 80, o Presidente atua como mediador entre os poderes do Estado e entre o Estado e a sociedade. Ao Presidente porém, foram dadas uma sorte de prerrogativas que podem ser usadas em caso de crises resultantes de um sistema partidário muito fragmentado ou de eventuais bloqueios entre os membros do parlamento, na aprovação e execução de políticas públicas. O Presidente porém, não possui autoridade de demitir o Primeiro-Ministro. Esta função cabe exclusivamente às duas casas do legislativo mediante moção de censura, como observado no artigo 113. É necessário o mínimo de um quarto dos deputados e senadores para a moção de censura ser iniciada. Após ser apresentada em uma sessão conjunta nas duas casas, a moção de censura é votada e caso seja aprovada, o gabinete é dissolvido. Gherghina e Miscoiu (2013), afirmam que apesar de haver um discurso defendendo a força do Parlamento em relação ao Presidente, a eleição de Ion Alexandru Iliescu, como veremos a seguir, prova o oposto. Para os autores sua eleição foi o reflexo dos interesses de uma elite re(emergente) e da maioria dos cidadãos que buscavam um presidente forte, “semi” autoritário. Ainda de acordo com os autores, apesar da implantação de grandes mudanças institucionais, o comportamento do eleitor ainda se encontrava preso a algumas lógicas do governo autoritário anterior à Revolução de 1989.

De acordo com Elgie (2018), a escolha do semipresidencialismo na Romênia passou por uma sequência de discussões acerca do alcance dos poderes do presidente. O primeiro rascunho da constituição estipulava grandes poderes ao presidente, cujos deveres e direitos estavam amplamente descritos. Em contrapartida, o papel do primeiro-ministro não ficava muito claro, o que contrariou alguns componentes do grupo que se reunia para forjar a nova constituição. Após discussões e concessões de todos os lados, ficou decidido que a constituição seria escrita nos moldes da

constituição francesa, na qual o presidente exerce o papel de árbitro (moderador), enquanto ao primeiro-ministro caberiam todas as decisões políticas do dia-a-dia. De acordo com Elgie (2018), os interesses de Iliescu se mantiveram, e a versão final da constituição atribuía à figura do presidente um papel importante nas áreas de política externa, defesa nacional e ordem pública. Com tais concessões, o grupo de Iliescu aprovou o texto. Elgie (2018, p. 227) também afirma que para Iliescu, a escolha de um modelo semipresidencialista semelhante ao francês, possibilitaria a ele controlar o jogo político, enquanto mantinha uma “fachada constitucionalista de freios e contrapesos”. No sistema semipresidencialista francês, que veremos a seguir, o presidente não possui muitas prerrogativas legais para exercer o poder, este vem de uma maioria parlamentar que o apoia. Nas eleições que se seguiram, Iliescu e seu partido conseguiram a maioria dos assentos do Parlamento, dando ao presidente, o controle de todo o governo.

Formalmente, o sistema de governo semipresidencialista romeno se encaixaria no modelo premier-presidencialista, pois o presidente não detém muitos poderes formais. Porém, de acordo com o artigo 89, está assegurado ao presidente dissolver o Parlamento nas seguintes condições: se nenhum voto de confiança for obtido para a formação do governo dentro de 60 dias após o primeiro pedido, mas somente após a rejeição de pelo menos dois pedidos de posse. O Parlamento também não pode ser dissolvido mais de uma vez ao ano, nos últimos seis meses de mandato presidencial, ou durante um estado de guerra, cerco ou emergência.

O primeiro-ministro romeno, segundo o artigo 107 da constituição, é o responsável por dirigir e coordenar as atividades do governo e de seus membros. O governo, assegura a implementação de políticas domésticas e externas do país e também é o responsável pela administração pública. O presidente romeno não possui poder para demitir o primeiro-ministro.

4.2.2 Sistema Eleitoral

O semipresidencialismo romeno possui um legislativo bicameral, composto por Câmara dos Deputados e Senado, cujos representantes possuem um mandato de quatro anos.

O sistema eleitoral pós redemocratização se caracterizou por eleições majoritárias para presidente, e eleições concomitantes o Parlamento (deputados e senadores) através de representação proporcional de lista fechada. Em 2004, o mandato presidencial aumentou para cinco anos, enquanto o mandato do legislativo permaneceu em quatro anos. Após esta modificação, as eleições deixaram de ser no mesmo período, e logo em seguida se deu o primeiro período de coabitação.

Em março de 2008, os legisladores romenos votaram a reforma eleitoral, que modificou a dinâmica das eleições, tanto presidenciais quanto legislativas. O sistema eleitoral romeno abandonou a representação proporcional em lista fechada para o legislativo, adotando um sistema misto que combina a votação nos distritos de membro único com proporcionalidade.

Gherghina e Jigla (2008), explicam o novo (e complexo) sistema eleitoral romeno da seguinte forma: a Câmara dos Deputados e o Senado são eleitos com base em um procedimento semelhante, porém a cota de representação na formação do colégio eleitoral difere (são 70.000 para deputado e 160.000 para senador). Os partidos apoiam apenas um candidato em cada distrito, que por sua vez é dividido em vários colégios. No primeiro turno, os eleitores escolhem entre os candidatos nos colégios (os vencedores de assentos diretos necessitam de 50%+1 dos votos). Os votos são inicialmente agregados nacionalmente, para que seja possível determinar quais partidos ultrapassaram o limite eleitoral de 5% (para partidos) e 8% a 10% (para coligações), para que seja possível a garantia de representação. Vale ressaltar que caso, um candidato vença com mais de 50% dos votos e seu partido não alcance o limite mínimo de 5% dos votos, esse não será eleito. Porém, um partido, caso ganhe ao menos distritos para o Senado e seis vice-distritos no primeiro turno, independentemente de atingir o limite mínimo, garante a entrada no parlamento. Já o processo de alocação de assentos envolve apenas aqueles partidos que ultrapassaram o limite dos 5%. O número de votos conquistados por cada partido é totalizado e dividido pelo número de assentos estabelecido para cada distrito, obtendo uma cota eleitoral. Em seguida, o número de votos conquistados por cada parte é dividido pela cota, estabelecendo o número de cadeiras relativos a cada partido (...) Os candidatos que alcançaram mais de 50% dos votos são automaticamente eleitos e seus distritos são excluídos do processo de alocação dos assentos, enquanto os

candidatos de distrito sem vencedor entram no processo de redistribuição. Em cada círculo eleitoral, os candidatos de cada partido são classificados na ordem do número de votos obtidos por cada um deles dentro do mesmo distrito em que concorreram. Com base na cota e levando em conta a ordem estabelecida, cada partido recebe um número de assentos correspondente à sua cota.

Já o presidente romeno pode se eleger no primeiro turno, caso alcance a maioria simples dos votos. Caso isto não ocorra, os dois candidatos mais votados se enfrentam em um segundo turno, vencendo aquele que alcançar a maioria dos votos. O mandato do presidente romeno tem a duração de cinco anos, podendo se estender por mais cinco em caso de reeleição.

4.2.3 Sistema Partidário e Partidos Políticos

O sistema partidário da Romênia se caracteriza por ser multipartidário. Esta situação dificulta a formação de uma maioria absoluta no Parlamento, levando os governos romenos serem quase em sua totalidade formados por coalizões entre dois ou mais partidos. Neste contexto de coabitação específico, entre dezembro de 2014 a novembro de 2015, podemos citar os cinco partidos que compuseram o executivo do país: PNL, PSD, PLR, PC e UNPR.

De acordo com informações coletadas no site¹⁷ do Partido Nacional Liberal (PNL), o partido surgiu em 1875, passando por momentos de inatividade, sendo o maior deles durante o período de governo totalitário do General Ceausescu, no qual o pluralismo político era violentamente reprimido. Após a queda do comunismo, o PNL ressurgiu, e em 1996 se insere novamente nos quadros do Parlamento, ocupando desde então um papel de destaque dentro da política romena. Assim como o próprio nome já diz, o PNL defende ideias liberais e reformas econômicas radicais. Em 2014, o partido elege Iohannis como presidente, em uma disputa acirrada com o primeiro-ministro Victor Ponta do Partido Social Democrata (PSD). A eleição presidencial, ocorreu entre a legislatura 2012-2016, na qual o PNL ocupava 150 cadeiras do Parlamento romeno.¹⁸

¹⁷ <http://pnl.ro/>

¹⁸ <http://www.cdep.ro/pls/parlam/structura2015.fp?idp=27&cam=2&leg=2012&prn=0>

O PSD é um partido de centro esquerda, fundado pela fusão do Partido da Social Democracia da Romênia e do Partido Social Democrata da Romênia (PSDR). De acordo com seu site¹⁹ institucional, é um partido de esquerda moderno e progressista, um partido com vocação europeia e continuador da tradição da socialdemocracia moderna.

De acordo com Lansford (2015), como parte da USL, nas eleições legislativas de 2012, o partido ocupou 51 cadeiras no Senado e 149 cadeiras na Câmara dos Deputados. O governo do primeiro-ministro Victor Ponta se formou com uma coalizão entre o seu partido, o PLR, o PC e a UNPR.

O Partido Reformista Liberal (PLR), foi um partido liberal de centro direita que compôs o gabinete de Victor Ponta e foi fundado pelo ex-primeiro ministro e ex-membro do PNL Calin Popescu-Tariceanu, Em julho de 2014, o partido se juntou ao EEP (Partido do Povo Europeu), um grupo político participante do Parlamento Europeu. Em 2015, o partido se fundiu com o Partido Conservador, se transformando na Aliança dos Liberais e Democratas (ALDE).

Fundado em 1991, o Partido Conservador (PC), tinha como nome original Partido Humanista da Romênia (PUR). Seu nome foi trocado em 2005, com base nos princípios que norteavam o partido: a defesa da tradição, da família do nacionalismo e da integração do país com o restante da Europa. Em 2015, o partido se junta ao PLR para formar a ALDE (ALDE). A ALDE possui orientação ideológica de centro-direita, com doutrina liberal, focada na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos e na promoção de uma filosofia liberal na economia²⁰.

A União Nacional para o Progresso da Romênia (UNPR) foi formada por membros do parlamento do PSD e PNL que se separaram para apoiar o Presidente Basescu, inicialmente como deputados independentes. Nas eleições locais de junho de 2012, se juntou ao PSD, participando do gabinete de Victor Ponta até sua derrota para Klaus Iohannis em 2014.

¹⁹ <https://www.psd.ro/>

²⁰ <https://alde.ro/site/>

4.3 Histórico de coabitação na Romênia.

Após a queda de Nicolae Ceausescu, um conselho comandado pela Frente da Salvação Nacional (FNU), assumiu o poder interinamente, sendo substituído rapidamente por Ion Alexandru Iliescu, o líder da FNU. Iliescu governou interinamente a Romênia até as Primeiras eleições gerais em 1990²¹, onde venceu, tornando-se o primeiro presidente eleito pós-redemocratização. A primeira eleição após a nova constituição ser adotada se realizou em 1992, tendo Iliescu agora líder da FDSN (Frente Democrática para a Salvação Nacional) como vencedor novamente, derrotando Emil Constantinescu do Partido Nacional Liberal. As eleições legislativas elegeram 341 deputados de oito partidos diferentes, sendo que o partido de Iliescu elegeu o maior número de representantes. O Primeiro-Ministro escolhido pelo Parlamento foi Nicolae Văcăroiu, até então sem partido, tendo sido indicado pelo PDSR (Partido Social Democrata Romeno). Văcăroiu permaneceu no cargo de Primeiro-Ministro até 1996. Emil Constantinescu PNT-CD se elege presidente nas eleições de 1996. O cargo de Primeiro-Ministro é ocupado por quatro diferentes políticos do mesmo partido até as eleições seguintes. Ion Iliescu se elege presidente pela segunda vez em 2000 e o governo tem como líder Adrian Marian Năstase integrante do mesmo partido do presidente eleito (PDSR).

Em 2004, a população elege Traian Basescu (PD/PD-L) para o Executivo. Até 2007 o governo é formado por uma coalizão do partido do presidente com outros partidos. Em abril de 2007, o então primeiro-ministro Calin Popescu-Tarceanu (PNL), antes aliado de Basescu, rompe com o presidente, formando um governo minoritário a partir de uma coalizão entre PNL e UDMR. Popescu-Tarceanu demite todos os aliados de Basescu de seu gabinete e a Romênia enfrenta pela primeira vez em sua história pós redemocratização um período de coabitação. A coabitação já se inicia em um contexto marcado por muitas tensões entre o parlamento e o presidente.

Desde que a nova constituição que adotou o semipresidencialismo entrou em vigor na Romênia até 2007, o país não havia passado por períodos de coabitação. Brett (2015), acredita que a revisão constitucional em 2003, que alterou o mandato presidencial de

²¹<https://www.dw.com/pt-br/1990-primeiras-elei%C3%A7%C3%B5es-livres-na-rom%C3%A2nia/a-324997>

quatro para cinco anos, e por consequência alterou também o calendário eleitoral, foi um fator que predispôs a situação de coabitação. Até então as eleições para Executivo e Legislativo eram concomitantes. De acordo com Elgie e McMennamin (2001) eleições não sincronizadas podem favorecer a ocorrência de coabitação.

O primeiro episódio de coabitação no país durou 20 meses, tendo início em abril de 2007 e terminando em dezembro de 2008. Na época o presidente em exercício era Traian Basescu do (PD/PD-L) e o Primeiro-Ministro era Calin Popescu-Tariceanu (PNL) coalizão PNL, UDMR

Em 29 de abril de 2007, apenas três semanas após o rompimento entre Basescu e Popescu-Tarceanu, o Parlamento romeno suspendeu o Presidente Traian Basescu, sob acusações de abuso de autoridade. A suspensão foi aprovada por 332 votos contra 108. A princípio, os poderes presidenciais ficariam suspensos por 30 dias, e neste período a esperança do Parlamento era de que o presidente renunciasse, sendo convocadas novas eleições²².

De acordo com o artigo 95 da constituição romena, a maioria em uma sessão conjunta entre a Câmara dos Deputados e Senado pode solicitar a suspensão do presidente sob acusação de crimes que violem a constituição. Este tem o direito de se defender das acusações. A partir do momento em que a suspensão é aprovada, um referendo popular de destituição do cargo é organizado em um prazo máximo de 30 dias.

Basescu, que em algumas entrevistas havia prometido renunciar caso fosse afastado, voltou atrás em seu discurso, alegando que um presidente afastado seria um golpe muito duro para a jovem democracia romena. Confiando em sua popularidade junto às camadas mais pobres da população, juntamente com o fato de que o comparecimento às urnas na Romênia é muito baixo, Basescu enfrentou o referendo, saindo vitorioso, retornando ao cargo de presidente em 20 de maio de 2007²³.

Apesar de todos as denúncias, Basescu se reelegeu presidente com uma vantagem bem pequena em relação ao seu oponente Mircea Geoana. Basescu conquistou, de acordo com as autoridades eleitorais 50,33% dos votos contra 49,66% de Geoana. O

²²<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u106935.shtml>

²³<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2105200711.htm>

partido derrotado levantou suspeita de fraude eleitoral, dando início a um processo de contestação das eleições.²⁴²⁵

A segunda coabitação na Romênia teve início em maio de 2012 e seu encerramento ocorreu em dezembro de 2014. O então primeiro-ministro, Emil Boc, atendendo a algumas exigências do Fundo Monetário Internacional, adotou uma série de medidas de austeridade na economia (rebaixou em 25% o salário dos funcionários, recortou boa parte das ajudas sociais e subiu o IVA de 19% para 24%²⁶) o que desagradou a população em geral. Se iniciaram uma sequência de protestos que culminaram na renúncia do primeiro-ministro em 06 de fevereiro de 2012.

A oposição, liderada por Victor Ponta solicitou eleições antecipadas, porém os partidos que compunham a coalizão junto a Boc, confiando em sua maioria no parlamento, optaram por nomear um primeiro-ministro interino, até definirem a data de novas eleições. O primeiro-ministro interino sofreu uma moção de desconfiança e foi destituído do cargo, sendo substituído por Victor Ponta. As eleições legislativas ocorreram em 09 de dezembro de 2012 e o partido de Ponta, a União Social Liberal obteve a maioria das cadeiras. Ponta permaneceu, portanto, no cargo de primeiro-ministro, em um governo de coabitação com Traian Basescu

4.4 A terceira coabitação romena

O terceiro período de coabitação romena, será o caso escolhido neste trabalho para representar o subtipo típico de tempo de coabitação extremamente baixo. O período a ser estudado compreende desde dezembro de 2014 a novembro de 2015. Como exposto anteriormente, a mudança de duração do mandato presidencial para cinco anos, levou o país a atravessar períodos eleitorais alternados, e por consequência, pelo menos no caso romeno, ao início de períodos de coabitação.

²⁴<https://www.nytimes.com/2009/12/08/world/europe/08romania.html>

²⁵<https://www.dw.com/en/romanian-presidents-re-election-sparks-allegations-of-fraud/a-4971148>

²⁶ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/01/protestos-contr-governo-romeno-completam-8o-dia.html>

A terceira coabitação na Romênia compreende um período de 11 meses. Dentro de todos os casos de coabitação analisados para a escolha dos casos para este trabalho, este período teve duração 50% menor que a média geral, que é de 21,4 meses.

O terceiro período de coabitação na Romênia teve como seus protagonistas o então primeiro-ministro Victor Ponta (PSD) e o presidente eleito Klaus Werner Iohannis (PNL).

Victor Ponta, que ocupava o cargo de primeiro-ministro, se licenciou do cargo para disputar as eleições presidenciais. No primeiro turno, Ponta venceu Iohannis, por uma pequena vantagem, levando a decisão para o segundo turno.

A acirrada disputa entre Ponta e Iohannis resultou na vitória de Iohannis sobre Ponta com mais de 55% dos votos.

Victor Ponta iniciou sua trajetória política dentro do PSD, sendo nomeado Secretário de Estado pelo então primeiro-ministro Adrian Năstase, em 2001. Năstase, futuramente seria condenado por corrupção. Em 2010, Ponta assume a liderança de seu partido. Juntamente com o PNL e o PC, formam a USL (União Social Liberal, uma coalizão de centro-esquerda). Em 2012 vence as eleições para o Parlamento e é nomeado primeiro-ministro, cargo que ocupou até 2015, quando renunciou após 11 meses de coabitação com Klaus Iohannis, sob acusações de corrupção, fraude e evasão fiscal²⁷. Victor Ponta se apresentava como fruto da nova geração de europeus pós-comunismo, que agradava os jovens como também os mais poderosos membros de seu partido, o PSD.

Iohannis por sua vez, é um político de ascendência alemã (minoridade na Romênia) e iniciou sua carreira política no Fórum Democrático dos Alemães na Romênia, sendo eleito prefeito da cidade de Sibiu por três vezes consecutivas. Em 2013, Iohannis abandona o FDRG e se junta ao PNL, se tornando vice-presidente do partido. Em 2014 anuncia sua candidatura à presidência da Romênia da qual sai vencedor. Sua vitória se deu sobre uma plataforma que defendia o discurso anticorrupção, e também o enxugamento das despesas com burocracia. Sua campanha foi fortemente apoiada e divulgada através das redes sociais. Enquanto candidato e mesmo depois de ser

²⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Victor_Ponta

eleito, Iohannis se manteve muito ativo nas suas redes sociais, nas quais utilizou para combater o primeiro-ministro Victor Ponta. De acordo com um estudo de Tanase (2015) Iohannis fortaleceu politicamente através de seu ativismo nas plataformas digitais, enquanto fazia de Ponta o alvo de severas críticas durante as eleições presidenciais. Grandes filas de espera e muitos entraves burocráticos impediram muitos eleitores residentes no exterior de votarem. Boa parte dos eleitores da chamada Diáspora Romena eram eleitores de Iohannis. De acordo com a métrica da Freedom House (ȘTEFAN; SORIN IONIȚĂ; PÂRVU, 2018), o score da Romênia marcava 3,46 no período da terceira coabitação Romena. De acordo com a organização, este valor se refere a um país parcialmente livre. Das variáveis analisadas pela organização, o processo eleitoral, a liberdade dos meios de comunicação e escândalos de corrupção elevam o score do país.

Antes mesmo da sua derrota nas eleições presidenciais, o primeiro-ministro já era acusado pela oposição de ser conivente com esquemas corruptos de outros membros de seu partido e de manter vivo os interesses das antigas forças políticas da época comunista. Em junho de 2015, a então promotora do Diretório Nacional Anti-Corrupção (DNA) da Romênia, Laura Codruta Kovesi, deu início a uma investigação cujo principal alvo era o então primeiro-ministro Victor Ponta. Assim que assumiu o cargo, processou vários políticos e pessoas ligadas direta ou indiretamente a partidos políticos e membros do governo. Desde que se encarregou da liderança da DNA, o órgão obteve recorde de processos, sendo que entre 2013 e 2014, foram mais de mil. Dentre estes processos, foram condenados vinte e quatro prefeitos, cinco parlamentares, dois ex-ministros, sete juízes, treze promotores e um ex primeiro-ministro. O auge dos processos se deu quando Kovesi deu início à investigação, que se transformou em processo contra o então primeiro-ministro Victor Ponta. A popularidade de Ponta já estava baixa, após o início do processo foi decrescendo até sua renúncia em novembro de 2015.

Kovesi investigava Ponta por diversos crimes, incluindo falsificação, lavagem de dinheiro, sonegação de impostos e conflito de interesses²⁸, enquanto este a acusava

²⁸ <https://www.economist.com/europe/2015/06/05/straight-to-the-top>

de perseguição política, pois durante suas campanhas fez severas críticas à postura da DNA, comparando a instituição com órgãos de repressão da ditadura.

Iohannis, abusando de sua aprovação e popularidade, principalmente nas redes sociais, amplificou seu discurso pedindo para que Ponta renunciasse ao cargo. Este recusou, se mantendo no cargo apesar da forte pressão política, pois até o momento ainda possuía a vantagem de contar com a maioria do parlamento.

Sua relação com Ponta no início de seu mandato era neutra. Em entrevista concedida a um jornal local²⁹, Iohannis declarou que não haveria coabitação entre ele e Ponta, e sim uma colaboração institucional. Iohannis também disse que evitava usar o termo coabitação pois apesar de significar que presidente e primeiro-ministro de diferentes origens doutrinárias coexistem, na Romênia, o termo soava pejorativo.

Ambos respeitavam a posição do outro, porém a rivalidade entre os dois era visível. A relação entre os dois foi se tornando mais tensa, a partir dos primeiros meses de 2015. Iohannis, que se tornou um político com grande visibilidade e apoio nas redes sociais, usava suas plataformas para fazer severas críticas ao governo Ponta. A seguir veremos algumas das postagens do presidente em suas redes sociais. Como já citado anteriormente, o carro-chefe da campanha de Iohannis foi a luta contra a corrupção. Em uma postagem de seu Facebook, em 2015, Iohannis parabeniza a DNA e Laura Kovezi. Até este momento, as investigações sobre Ponta não haviam vindo a público.

A médio e até longo prazo, a medida da eficiência da atividade de DNA deve ser dada não só pelo número de condenações, mas também pela redução efetiva dos atos de corrupção. Juntos podemos construir uma sociedade onde a tentação da corrupção diminui não só por medo da punição, mas também após a suposição de todos nós, e, principalmente, pela classe política, princípios e valores que são sobre justiça, integridade e responsabilidade. (IOHANNIS, 2015a ,tradução minha)

Após ser noticiada a investigação de Ponta por vários crimes, Iohannis prontamente clamou pela demissão do primeiro-ministro. O presidente também criticou duramente o Parlamento com maioria do PSD (partido de Ponta), por tentar proteger o primeiro-

²⁹ <https://evz.ro/iohannis-despre-eventuala-relatie-cu-ponta-premier-coabitare-nu-vom-avea-vom-avea-eventual-o-colaborare-institutionala-video.html>

ministro, não se utilizando de moção de desconfiança para remover o primeiro-ministro de seu cargo.

Mantenho a minha opinião de que o Parlamento não deve obstruir o ato de justiça. Lamento que hoje a coligação governamental tenha imposto uma decisão pelo contrário. Lamento também que o Parlamento se tenha transformado em um escudo protetor para a pessoa de Victor Ponta, suspeito de atos criminosos. É prova de máxima irresponsabilidade e desafio para os cidadãos que os legisladores que constituem a maioria impedem a justiça de cumprir o seu dever, estão dispostos a destruir a instituição do Parlamento, pois deve funcionar num Estado de Direito, e afetar a imagem da Romênia para salvar politicamente uma pessoa. A maioria parlamentar recusa-se a aceitar o sinal dado pelos cidadãos, que era muito claro: parar a corrupção, a política feita com integridade e responsabilidade. Continuo a acreditar que a solução para sair da situação atual é a demissão do Sr. Victor Ponta³⁰. (IOHANNIS, 2015b, tradução minha)

Ponta se manteve firme no posto de primeiro-ministro apesar das acusações, dos processos e dos bens bloqueados. Porém, um incêndio ocorrido em uma casa noturna que levou a morte de 48 pessoas³¹ se transformou no motivo para a renúncia de Ponta.

Após o incêndio na casa noturna, aproximadamente 25.000 romenos se reuniram em um protesto contra o governo, pois aparentemente o prédio não havia sido inspecionado nem possuía licença de funcionamento. Os manifestantes se reuniram, em uma das maiores manifestações populares desde a revolução de 1989. Com cartazes que diziam '*corruptia ucide*' (corrupção mata), os romenos exigiam entre muitas coisas, a renúncia de Victor Ponta.

Diante de tamanha manifestação popular, o primeiro-ministro renuncia, dando fim a terceira coabitação romena. Iohannis postou um vídeo em suas redes sociais, se referindo às manifestações que levaram a renúncia de Ponta. Até o fim, o presidente não poupou críticas ao primeiro-ministro do PSD

Levou as pessoas a morrer para o governo renunciar. Os romenos inicialmente resistiram, depois ficaram com raiva e, finalmente, se rebelaram. A tragédia do coletivo atingiu o nervo mais sensível do país. Dezenas de milhares de romenos protestaram em Bucareste e em outras cidades do país, exigindo bom senso: renúncia dos culpados, respostas e esclarecimentos. Estou disposto a tomar as medidas que levarão a uma política diferente na Romênia, uma política para os cidadãos, previsível e transparente. O próximo governo precisa urgentemente encontrar soluções para os problemas que

³⁰ <https://www.facebook.com/klausiohannis/posts/841690169251569>

³¹ <https://www.cnn.com/2015/10/31/27-dead-in-colectiv-club-bucharest-romania-nightclub-fire-blast-pyrotechnics.html>

colocam as pessoas na rua e não repetir os erros que cometeram até agora³²
(IOHANNIS, 2015c, tradução minha)

Neste estudo de caso sobre a terceira coabitação romena, podemos observar algumas possíveis variáveis que levaram a baixa duração do governo de coabitação no país. Primeiramente, a adoção do semipresidencialismo como sistema de governo ocorreu em um contexto violento, que culminou na execução do líder comunista Nicolae Ceausescu. De acordo com dados coletados no site da Freedom House, o país pode ser considerado parcialmente livre, e as denúncias sobre as eleições presidenciais de 2014, nas quais os romenos com residência no exterior (eleitores de Iohannis em sua maioria) enfrentaram muitas dificuldades para votar, destaca que esse território ainda precisa ser analisado com maior profundidade. Porém o que mais marcou a terceira coabitação romena foram os escândalos de corrupção envolvendo Ponta e seus aliados políticos. A popularidade do primeiro-ministro caía a medida que os escândalos de corrupção aumentavam, e grandes manifestações populares contra o governo se intensificaram, levando à sua renúncia.

No capítulo seguinte, entraremos no estudo de caso sobre a terceira coabitação búlgara.

³² <https://www.facebook.com/632184113535510/videos/916739028413349/>

5. CASO BULGÁRIA (jan/2002 – ago/2005)

O segundo caso que irei apresentar, neste trabalho e que se enquadra no subtipo típico moderadamente baixo é a Bulgária, cujo contexto de coabitação a ser analisado envolve o período compreendido entre janeiro de 2002 a agosto de 2005.

A República da Bulgária é um país situado na região sudeste da Europa, com território de aproximadamente 100 mil km², fazendo divisa com Romênia, Sérvia, Macedônia, Grécia, Turquia e também com o Mar Negro. Sua população estimada em 2018 era de 7 milhões de habitantes.

5.1 A escolha do semipresidencialismo

A Bulgária, assim como a Romênia, concluiu seu processo de redemocratização após as Revoluções de 1989. Diferentemente da Romênia, onde o líder comunista Nicolae Ceausescu foi executado, na Bulgária, o líder comunista Todor Hristov Jivkov, que governara o país desde 1954, foi deposto. Jivkov, havia ordenado a expulsão dos turcos (minorias étnicas na Bulgária) do país e isto gerou uma reação instantânea da comunidade internacional. O então ministro das Relações Exteriores Petar Mladenov, cujo principal trabalho neste período era responder aos questionamentos dos líderes de outros países a respeito da decisão arbitrária de Jivkov, que quebrava o acordo internacional de direitos humanos que o próprio Mladenov havia tratado e assinado.

A derrocada de Jivkov partiu de dentro de seu próprio gabinete. Insatisfeitos com as medidas tomadas por Jivkov, Mladenov junto com o primeiro-ministro, o ministro da defesa e o ministro das finanças, iniciam um processo para a derrubada do presidente. Mladenov renuncia ao cargo e temendo por sua vida, pede ajuda para o então líder russo Mikhail Gorbachev. Jivkov, é convencido por seus aliados a renunciar, visto que sua punição poderia ser a mesma do líder da Romênia.

Neste momento, Mladenov assume a liderança do país com propostas de abertura econômica e política, defendendo a ideia de transformar a Bulgária em um país democrático. Após um ano no governo, sendo vítima de severas críticas da população e de membros de seu partido, além de uma sequência de protestos realizados pela população que exigia mais direitos, Mladenov declarou que seriam feitas eleições populares para que o povo pudesse demonstrar sua vontade de fato. As primeiras

eleições na Bulgária ocorreram em junho de 1990. A esta altura Mladenov já havia mudado o nome do Partido Comunista da Bulgária para Partido Socialista da Bulgária.

No dia 10 de junho de 1990, o povo búlgaro elegeu 400 legisladores para a formação de uma Assembleia Constituinte, que dispunham de um prazo de 18 meses para preparar uma versão preliminar da nova constituição. A Assembleia Constituinte garantiu a Mladenov a manutenção do cargo de presidente até serem realizadas novas eleições.

Vários protestos se seguiram após as eleições com denúncias de fraude no processo eleitoral. Os protestos se seguiram por vários dias em várias universidades do país, pedindo investigações sobre as eleições e exigindo a renúncia de Mladenov, pela divulgação de uma fita de vídeo onde este declarava que desejava “convocar tanques de guerra para atropelar manifestantes” em um protesto (NATIONAL REPUBLICAN FOR INTERNATIONAL AFFAIRS; NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS, 1990). No dia 05 de julho, após quase um mês de protestos, Mladenov renuncia à posição de presidente da Bulgária.

A Grande Assembleia Nacional se reúne com a função de eleger um novo presidente para o país. Após três turnos de discussões e votações, em 1º de agosto, Zhelyu Mitev Zhelev, da União de Forças Democráticas (SDS), um partido de centro-direita foi aclamado presidente da Bulgária, com 270 votos a seu favor, 100 contra e 30 abstenções.

A primeira eleição presidencial com voto universal ocorreu em 1992, e Zhelev saiu vencedor, sendo assim o primeiro presidente popularmente eleito na Bulgária pós-redemocratização.

5.2 Instituições Políticas

A Grande Assembleia Nacional promulgou a nova constituição em 1991. No primeiro parágrafo da Constituição é declarado que a Bulgária é uma república com uma forma parlamentar de governo. O leitor deve se perguntar o porquê da inclusão de um país parlamentarista em uma pesquisa que busca compreender um fenômeno exclusivo de países com sistema semipresidencialista. Para explicar, devemos voltar ao capítulo

que trata sobre as definições de semipresidencialismo existentes, sobretudo à definição de semipresidencialismo utilizada por mim nesta pesquisa. As principais características de um país semipresidencialista são: um presidente popularmente eleito com mandato fixo compartilhando poder com um primeiro-ministro sujeito à confiança parlamentar. (ELGIE, 2007b, 2009, 2010).

Voltemos agora à constituição búlgara. O artigo 93 declara que o presidente deve ser eleito diretamente pela população, ocupando o cargo por cinco anos. O artigo 108, por sua vez assegura que o primeiro ministro chefiará, coordenará e assumirá a responsabilidade pela política geral do governo. Será sua função nomear e remover os ministros do gabinete.

Metcalf (2000) faz uma revisão dos dados de mensuração de poderes presidenciais apresentados por Shugart e Carey (1992). Segundo o autor, na categoria poderes legislativos, o presidente da Bulgária marca em uma escala de 0 a 4, o valor 2. No que tange os poderes não legislativos, o presidente marca 1 ponto quando se trata de dissolução do parlamento. Ainda que os resultados se mostrem diferentes em alguns aspectos, fica claro que o presidente búlgaro não se constituiu, pelo menos constitucionalmente um ator forte dentro do sistema semipresidencialista búlgaro.

5.2.1 Poderes executivos

De acordo com Lytvyn (2017), a posição do presidente perante o primeiro-ministro não fica muito clara, principalmente quando se diz respeito ao poder executivo. Por este motivo, o autor classifica o presidente da Bulgária como um presidente nominal, cuja atuação é fraca e sua função mais cerimonial. Mesmo ainda que o artigo 93 da constituição assegure ao presidente a função de chefe e representante do Estado nas relações internacionais, cabe ao primeiro-ministro e seu Conselho de Ministros (gabinete) as decisões relativas a implementação das políticas domésticas e internacionais. Ainda que os limites dessa autoridade não sejam bem descritos na constituição, em caso de coabitação este pode ser um ponto de conflito e tensão entre presidente e primeiro-ministro.

O presidente da Bulgária também possui o poder de dissolver a Assembleia Nacional em uma situação específica: caso a Assembleia Nacional não entre em acordo na

formação de um novo governo, o presidente pode dissolver a Assembleia, montar um gabinete provisório e convocar novas eleições legislativas, conforme o artigo 99.

Shugart e Carey (1992), em seu livro *Presidents and Assemblies* verificaram através de uma métrica própria o alcance dos poderes presidenciais em países que possuíam presidentes eleitos por voto direto. As categorias utilizadas pelos autores são divididas entre poderes legislativos e poderes não legislativos. Os poderes legislativos são: veto total, veto parcial, legislação a partir de decreto, iniciativa legislativa e participação no orçamento. Por fim, os poderes não legislativos são os seguintes: formação do gabinete, demissão do gabinete, moção de censura e dissolução do parlamento. De acordo com os autores, apesar do poder de dissolver a Assembleia Nacional, o presidente búlgaro é constitucionalmente fraco, não possuindo nenhum poder. Para Shugart e Carey, o presidente búlgaro não possui nenhum dos 10 poderes listados acima.

5.2.2 Sistema eleitoral

O sistema eleitoral búlgaro modificou-se após as primeiras eleições de 1990. Em 1990, as eleições gerais para a Assembleia Nacional distribuíram 400 cadeiras no Parlamento, sendo que 200 parlamentares foram eleitos em um sistema de membro único por distrito em dois turnos enquanto os outros 200 parlamentares foram eleitos por representação proporcional dentro dos 28 distritos. A Bulgária possui um legislativo unicameral.

A partir de 1991, o número de assentos para o legislativo foi reduzido para 240 membros. Destes 240 membros, 31 são eleitos nos sistema first-past-the-post (FPTP), os outros 209 são eleitos por representação proporcional, usando lista partidária fechada. Somente partidos e coalizões que obtiverem pelo menos 4% do voto popular em todo o país tem direito à representação no parlamento. O mandato para o legislativo tem duração de 4 anos.

As eleições presidenciais seguem o modelo majoritário em dois turnos. Caso um candidato não alcance 50% mais um voto no primeiro turno, os dois melhores colocados se enfrentam no segundo turno. O mandato presidencial na Bulgária é de

5 anos, podendo de acordo com artigo 95 da constituição se reeleger para mais um mandato de cinco anos.

5.2.3 Sistema Partidário e Partidos

O sistema partidário da Bulgária pós-redemocratização se caracteriza pelo multipartidarismo. Outro elemento de formação dos partidos que possui forte influência na decisão dos eleitores foi a clara divisão entre aqueles que eram ex-comunistas e aqueles que se consideravam anti-comunistas. A clivagem política marcou o início da formação dos partidos políticos no país. O antigo partido Comunista da Bulgária se transformou no Partido Socialista da Bulgária (BSP) em uma tentativa de se distanciar do período em que a Bulgária passou pelas mãos do Partido Comunista e seu líder Todor Hristov Jivkov. A ala anti-comunista foi puxada pela União de Forças Democráticas (SDS). Além destes dois partidos o Movimento por Direitos e Liberdades (DPS), também desempenhou papéis importantes dentro da política búlgara.

BSP e SDS dividiram o país. De acordo com Todorov (2018), estes dois principais partidos dos primórdios da redemocratização búlgara eram dois grandes blocos que concentravam uma variedade infinita de pessoas com interesses distintos. Para o autor, os dois partidos compartilhavam o espaço político, e pelo fato de não haver uma determinação ideológica dentro de ambos os partidos, isto levava a diminuição das diferenças ideológica entre os seus membros.

O Partido Socialista da Bulgária (BSP) se diz descendente direto do Partido Trabalhista Social Democrata, criado em 1891, que originou o Partido Comunista da Bulgária. Em 1990, na tentativa de um afastamento do Partido Comunista e também de Jivkov, Mladenov mudou o nome do partido para Partido Socialista da Bulgária. Como vimos anteriormente, o BSP formou o primeiro governo pós-redemocratização da Bulgária, vencendo as eleições parlamentares de 1990, ocupando 211 cadeiras na Assembleia Nacional. De acordo com Karasimeonov (2004), o BSP teve maioria absoluta e foi o partido governante entre 1994 a 1997. O declínio do partido teve início com a pressão dos eleitores, que se mostravam muito descontentes com a incompetência do partido.

A União de Forças Democráticas (SDS) surgiu como um principal opositor aos socialistas do BSP. Durante um bom tempo os dois partidos dividiram o protagonismo na política búlgara. O partido surgiu em 1989 e concentrava aqueles que se opunham ao regime comunista. Durante a primeira reunião da Assembleia Nacional, Zhelyu Zhelev, líder do SDS foi aclamado presidente da república, em votação indireta. Spirova (2005) apresenta o partido como uma coalizão formada por 11 partidos que faziam oposição ao BSP. Um fato curioso da União de Forças Democráticas reside no fato de que o partido se considerava uma formação política de centro-direita, porém reunia “partidos tão diversos quanto Partido Social Democrata Búlgaro e o Partido Democrata-Cristão Búlgaro” (SPIROVA, 2005, p.603, tradução minha).³³

O Movimento Nacional para Estabilidade e Progresso (NDSV) também conhecido como Movimento Nacional Simeon Segundo, foi fundado em torno da figura de Simeon Borisov Saksoburggotski, ou Simeão II, é outro partido importante no contexto da terceira coabitação búlgara. Seu surgimento encerrou a bipolaridade entre BSP (esquerda) e SDS (direita) que fazia parte desde os primórdios da redemocratização do país. O partido foi criado sobre “uma plataforma focada em questões econômicas e financeiras, enquanto seu líder defendia repetidamente o abandono do partidarismo e da unificação em torno de “ideias e valores históricos³⁴”. ” (SPIROVA, 2005,p.603, tradução minha).

O partido embarcou na notoriedade e aprovação de seu líder e dois meses depois de sua formação nas eleições parlamentares de 2001, alcançou 42,74% dos votos, enquanto o SDS, partido com segundo maior número de votos conseguiu 18,18% dos votos. Com esse resultado, Saksoburggotski se tornou primeiro-ministro da Bulgária.

5.3 Histórico de coabitação na Bulgária

A primeira vez em que a Bulgária passou por um contexto de coabitação foi em fevereiro de 1995, quando a coalizão BSPASEK³⁵ alcançou a maioria dos votos nas

³³ The SDS, established in 1989 as a coalition of 11 opposition parties, claimed to be a ‘centre-right’ political formation, but included parties as diverse as the Bulgarian Social Democratic Party and the Bulgarian Christian-Democratic Party.

³⁴ (...) created a platform focused on economic and financial issues, while its leader repeatedly advocated the abandonment of partisanship and unification around ‘historical ideas and values’

³⁵ BSPASEK – Coalizão entre Partido Socialista da Bulgária, União Nacional Agrária de Bulgária, e Clube Político Ecoglasnost

eleições parlamentares no final de 1997. A BSPASEK, conquistou 43,4% dos votos enquanto o partido presidente em exercício Zhelev obteve apenas 24,2% dos votos. A coabitação durou até as eleições presidenciais seguintes que ocorreram no final de 1996.

A segunda coabitação na Bulgária, ocorreu de julho de 2001 a janeiro de 2002, após as eleições parlamentares que retornaram uma maioria oposta ao presidente eleito nas eleições presidenciais de 1996, Petur Stoyanov (SDS). O Movimento Nacional por Estabilidade e Progresso (NDSV), obteve 42% dos votos para o Parlamento, enquanto o partido do presidente conquistou 18% dos votos. O governo, uma coalizão entre NDSV e DPS, tinha como líder e primeiro-ministro, Simeon Borisov Saksoburggotski. A segunda coabitação búlgara foi bem curta, pois em 2001 houve novas eleições presidenciais, cujo resultado levou Georgi Sedefchov Purvanov, do BSP ao cargo de presidente da Bulgária. Tão logo a segunda coabitação se encerrou, a terceira coabitação teve início, visto que a Assembleia Nacional estava sob controle de Saksoburggotski e seus aliados. A terceira coabitação búlgara, período entre janeiro de 2002 e agosto de 2005, que selecionei como o terceiro caso para esta pesquisa. Dentro da métrica definida para este trabalho, a terceira coabitação da Bulgária se enquadra no subtipo típico moderadamente baixo.

5.4 A terceira coabitação búlgara

O terceiro governo de coabitação na Bulgária teve como principais atores o presidente Georgi Purvanov e o primeiro-ministro Simeon Borisov Saksoburggotski.

Georgi Purvanov foi o primeiro ex-comunista a ocupar o cargo de presidente e o primeiro a ser reeleito também. Purvanov se filiou ao partido Comunista da Bulgária e quando o regime comunista chegou ao fim, tornando-se o atual Partido Socialista da Bulgária (BSP), Purvanov migrou para a nova sigla e nas eleições parlamentares de 1994, conseguiu uma vaga no parlamento.

Simeon Saksoburggotski, ou Simeon II, tem uma história curiosa: foi rei e primeiro-ministro da Bulgária em momentos distintos da história. Saksoburggotski foi o último czar da Bulgária até 1946, quando um referendo aboliu a monarquia. Neste momento a Bulgária já estava sob o domínio dos comunistas, e Saksoburggotski foi obrigado

a exilar-se na Espanha. Em 1996, quando a Bulgária já era considerada uma democracia, retornou ao seu país de origem, sendo recebido calorosamente pelo povo búlgaro, com cerca de meio milhão de pessoas nas ruas em sua cerimônia de boas-vindas³⁶. Apesar de sua popularidade, o povo búlgaro não apoiava a restauração da monarquia. Caso, Sakskoburgotski desejasse adentrar na política deveria fazê-lo através do sistema eleitoral. Em 2001, poucas semanas, antes das eleições parlamentares, Simeon II fundou o NDSV, e concorreu a uma vaga na Assembleia Nacional. Seu partido alcançou a maioria dos votos no Parlamento e seu líder, o ex-czar, se tornou primeiro-ministro da Bulgária.

O gabinete de Simeão II também, chamado de gabinete do czar foi formado em julho de 2001. O ex-rei que virou primeiro-ministro da Bulgária montou seu gabinete com uma aliança com o DPS.

A aliança de Simeon II garantiu 120 das 240 cadeiras do parlamento búlgaro, enquanto a coalizão de oposição liderada pelo BSP conquistou 48 assentos. O ex-czar montou um gabinete com membros de seu partido, o NDVS e também membros do DPS.

Simeon II já ocupava o cargo de primeiro-ministro quando foram realizadas eleições presidenciais que elegeram Georgi Purvanov (BSP) para a presidência.

Os primeiros esforços do governo eram concentrados em investir na política econômica da Bulgária para que esta voltasse a crescer, atraindo investimentos estrangeiros. Esta estratégia fazia parte do plano de Sakskoburgotski para fazer parte da União Europeia (UE). A Bulgária, assim como a Romênia e outros países originários do bloco comunista figuram entre os países mais pobres da Europa.

Para prosseguir com seu plano de aderir à UE e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Simeon II remodelou seu gabinete em 2003, convidando dois jovens economistas, Nikolai Vassilev e Milen Velchev para serem ministros da economia e das finanças respectivamente. O primeiro-ministro contava com o auxílio destes para planejar as reformas necessárias que possibilitaria a candidatura da Bulgária a uma

³⁶ <https://www.nytimes.com/1996/05/27/world/supporters-mob-the-bulgarian-king-on-his-return.html?auth=linked-google&searchResultPosition=1>

vaga na UE.

De acordo com Pond (2006, p.57), a economia búlgara se recuperou, alcançando níveis de crescimento superiores a 5%, e orçamento equilibrado com redução da dívida externa do país, taxa de desemprego reduzida a 11,5% (a menor desde a redemocratização). O país poderia atestar que possuía uma economia de mercado suficiente estável para ser incluída na UE. Outras das medidas tomadas pelo governo de Simeon II, seguiam as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), e consistiam na redução dos subsídios domésticos, restrição dos negócios internos na privatização com leilões mais transparentes e identificação dos setores mais importantes da economia representados pelo setor de energia, transportes, comunicação, agricultura e silvicultura, alta tecnologia e turismo.

No momento da coabitação búlgara, o país era considerado um país parcialmente livre pelo relatório da Freedom House (GANEV; DANIEL SMILOV; PRIMATAROVA, 2012). Em 2005, o país marcou o score de 3,5.

Apesar do crescimento econômico visível e ascensão do status do país em relação a seus vizinhos do Leste Europeu, o cidadão de classe média, se desapontaram com o fato de que a “prosperidade” prometida por todas as reformas implementadas pelo governo não chegaram a toda a população, principalmente aos mais pobres e aposentados. (LANSFORD, 2015)

Por consequência deste descontentamento da população, a popularidade de Simeon II começou a declinar. Em 2004, seu governo sofreu um duro golpe, quando um grupo de deputados do NDVS deixaram o partido para formar um novo partido chamado Novo Tempo (*Novoto Vreme*) (LANSFORD, 2015).

A partir deste momento, o governo do NDVS, que anteriormente gozava de maioria no parlamento, se tornou um governo minoritário, e aos poucos o governo de Simeon II se enfraqueceu. Antes das eleições legislativas, o partido do ex-czar caiu bastante nas pesquisas de opinião, fato este que se concretizou nas urnas. Seu partido alcançou 19,88% dos votos para o parlamento, enquanto a Coalizão pela Bulgária, liderada pelo BSP, obteve 30,95% dos votos para o legislativo. Em 17 de agosto de 2005, o Gabinete do Czar se encerra e simultaneamente, a terceira coabitação

búlgara. O primeiro-ministro governou com tranquilidade e não houve momentos de grandes tensões com o presidente do BSP.

O que observamos neste caso de coabitação na Bulgária foi a ausência de grandes conflitos entre presidente e primeiro-ministro. Na Bulgária, a divisão entre poderes do presidente e primeiro-ministro é muito clara, e ambos os atores neste período mantiveram os limites bem estabelecidos. A maior causa de impopularidade do primeiro-ministro foi relativa ao campo econômico, porém a população não se mobilizou no intuito de retirá-lo do cargo antes que seu mandato terminasse. A coabitação se encerrou nas eleições, quando o povo búlgaro optou por não renovar sua confiança no partido de Simeão II.

No próximo capítulo tratarei do caso mais conhecido entre as quatro coabitações selecionadas para este trabalho: a terceira coabitação francesa.

6. CASO FRANÇA (jun/1997 – mai/2002)

Este capítulo tem como objetivo descrever a terceira coabitação francesa, período que durou 59 meses, sendo uma das maiores coabitações da história. Na metodologia utilizada neste trabalho, o caso francês se enquadra no subtipo típico moderadamente alto. A França é um país europeu com área de 543.965 Km² e população de aproximadamente 67 milhões de habitantes. Para que possamos adentrar no caso em si, é necessário que se compreenda a história francesa pós revolução de 1789, a formação de seus partidos e grupos políticos e sua formação social. A partir deste ponto, o texto se aprofunda nos detalhes e principais aspectos da política francesa.

6.1 A escolha do semipresidencialismo

O caso estudado neste trabalho, governo de coabitação no período compreendido entre 1997 e 2002 está compreendido dentro do que chamamos de V República Francesa. Antes de entrarmos neste período específico, se faz necessário compreender todo o processo que resultou neste novo tipo de sistema de governo. A França é uma das nações mais antigas do mundo, e até 1789, era uma monarquia absolutista, mais conhecida como *l'Ancien Regime*³⁷, ou Antigo Regime. Com a Revolução Francesa, concretizada pela tomada da Bastilha em 1789, muitas mudanças foram iniciadas: a separação do Estado da Igreja, a proclamação do Estado secular, a participação popular pelo voto, os primórdios da emancipação feminina, a extensão da cidadania aos judeus, a condenação da escravidão e a propagação dos ideais de *liberté, égalité, fraternité*³⁸.

A partir da Revolução Francesa, a França passou por uma sucessão de governos, golpes, mudanças de regime e de constituições. Para este trabalho darei uma maior atenção às cinco repúblicas. A Primeira República Francesa foi o resultado de uma série de eventos da Revolução Francesa e foi proclamada em 1792, três anos após a tomada da Bastilha. Durou 12 anos e foi substituída pelo I Império Francês, uma monarquia absolutista liderada por Napoleão Bonaparte.

³⁷ Antigo Regime

³⁸ Liberdade, igualdade e fraternidade eram o lema da Revolução Francesa.

Em 1814, um novo governo se instala na França, o governo de Restauração, onde a burguesia e os nobres “ressuscitam” um monarca da dinastia Bourbon, Luís XVIII. Desta vez, é uma monarquia constitucional, não uma monarquia absoluta como a do Antigo Regime, o Rei não possui poderes absolutos, existe um certo controle por parte do Parlamento. Napoleão Bonaparte, tenta sem sucesso depor o Rei, em um período que se chamou governo dos cem dias. Com o exílio deste, Luís XVIII, que havia fugido retoma o posto de Rei da França. A monarquia francesa permanece minimamente estável até 1848, quando o então Rei Luís Felipe I abdica.

Em 1848, um novo levante popular, conhecido como Revolução Francesa de 1848, dá início a II República Francesa. Este movimento foi parte de uma sequência de eventos e manifestações ocorridas na Europa deste mesmo período chamada “Primavera dos Povos”. A Segunda República Francesa foi marcada pela eleição de Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, apoiado tanto pela burguesia como por camponeses. A burguesia, para manter o status quo, renuncia seu programa completo – controle do poder político, social e econômico – apoiando Luís Napoleão, abrindo mão do controle político.

A Segunda República Francesa dura apenas quatro anos, e Luís Napoleão apoiado pela burguesia, articula um golpe contra o Parlamento e proclama o II Império Francês, que durou até 1870.

Em 1870, se inicia a III República Francesa, que sobreviveu por 70 anos, sendo até hoje, o regime mais longo da história francesa pós 1789. No período da III república, a França atravessou duas Guerras mundiais e a polarização política entre esquerda e direita se acentuou. A III República Francesa tem seu fim, sob um contexto de Segunda Guerra Mundial, no qual o presidente Marechal Phillippe Pétain, aceita a ocupação da França por nazistas, instalando por conseguinte um governo ditatorial e simpático aos nazistas. Neste período o governo francês é chamado de França de Vichy.

O apoio aos nazistas por parte de Pétain, cria uma cisão entre os militares, e do lado oposto o General Charles de Gaulle assumia posição de líder da oposição. Com a vitória dos aliados sob o comando de De Gaulle, em 1944, um governo provisório tem seu início, sendo encerrado em 1946, com a promulgação da IV República Francesa.

De acordo com Wakeman (2011, p.73, tradução minha), a Quarta República é vista pelos estudiosos como um regime “disfuncional e incapaz de lidar efetivamente com os problemas extraordinários que a França enfrenta no pós-guerra. ”. Apesar das críticas feitas tanto por historiadores, economistas e cientistas políticos, muitas mudanças na sociedade e políticas francesas tiveram início durante a Quarta República. Para este trabalho o ponto mais importante a ser destacado neste período se deu pela instabilidade política e dificuldade de formação de um governo estável.

A V República Francesa despontou como uma solução diante do caos político estabelecido no regime anterior, tendo início em 1958, com a promulgação de uma nova constituição, vigente até os dias de hoje. Com o objetivo de evitar a instabilidade política enfrentada nas quatro repúblicas anteriores, a constituição de 1958 previa a eleição popular para o cargo de presidente. A legitimação do presidente como também sua popularidade trouxe para o cenário político um presidente forte frente a Assembleia Nacional, que poderia evitar os conflitos e impasses que geraram o colapso da IV República.

A Proclamação da V República impactou no sistema partidário, e com o avanço do tempo, alguns partidos se uniram para que pudessem disputar as eleições e conseguirem atingir representatividade na Assembleia Nacional. Durante muito tempo a disputa política se deu com duas frentes opostas a Frente de Direita.

As Repúblicas Francesas adotaram na maior parte do tempo o sistema parlamentarista, onde o governo fica sujeito à confiança da maioria do parlamento. Em países com sistemas multipartidários e com acentuadas clivagens sociais e econômicas pode ser difícil alcançar um consenso entre a maioria, o que leva a conflitos internos dentro do parlamento e quedas sucessivas de governos. A IV República teve a instabilidade política como sua maior característica, passando por 24 governos em 12 anos.

6.2 Instituições políticas

6.2.1 Poderes executivos

A V República Francesa foi inaugurada com um novo sistema de governo, uma nova constituição e portanto, uma nova dinâmica entre os atores que agora compartilhavam o poder. Presidente e primeiro-ministro a partir da constituição de 1958 tinham diferentes funções e poderes.

Não podemos deixar de observar que a influência de De Gaulle na confecção da constituição foi grande. O presidente, apesar de compartilhar o poder com o primeiro-ministro é um ator muito importante dentro das decisões políticas francesas. De acordo com a divisão entre subtipos de semipresidencialismo propostas por Shugart e Carey (1992), a França se enquadraria no subtipo premier-parlamentarista, visto que de acordo com o artigo 21 da constituição, cabe ao primeiro-ministro a responsabilidade pelo governo, ou seja, o poder de governar está nas mãos do primeiro-ministro.

A questão é que se pararmos para observar a história da V República Francesa, analisar com detalhes a constituição, descobriremos que o presidente francês é um ator com mais influência do que poderíamos pensar.

Usando um recurso simples de computador, descobri que na constituição francesa o termo primeiro-ministro aparece 23 vezes, enquanto a palavra presidente aparece 87 vezes. O papel do primeiro-ministro fica bem definido e restrito às decisões governamentais relativas a política doméstica, à medida que os deveres e atribuições do presidente são amplamente apresentados no texto. De acordo com Leuffen (2009), a constituição francesa é um pouco ambígua em relação as distribuições de tarefas entre presidente e primeiro-ministro, principalmente em relação às questões de relações internacionais.

Até a primeira coabitação em 1986, ou seja por 28 anos, os cargos de presidente e de primeiro-ministro foram ocupados por membros de um mesmo partido. Ainda que de maneira informal, o presidente passava a ter total controle sobre as ações do governo, políticas domésticas e políticas internacionais. Leuffen (2009) cita a obra de Duverger, *La Monarchie Republicaine*, de 1974, na qual o autor define que durante governos unificados, ou seja, presidente e primeiro-ministro do mesmo partido, o ator principal é o presidente. Apesar de o primeiro-ministro ser o responsável pelas decisões do governo, é aceito que a última palavra seja do presidente. Em outras

palavras, quando temos um governo unificado, o semipresidencialismo francês se assemelha ao subtipo presidencial-parlamentarista, mesmo que de forma informal, visto que na constituição os papéis dos dois atores são diferentes.

Na França, quando existem períodos de coabitação e Primeiro Ministro e Presidente são de campos políticos opostos, prevalece o controle do Primeiro Ministro. O presidente mantém sua função de supervisão em relação a política externa e de defesa, bem como em outras áreas. Em períodos de não coabitação, o presidente francês é o principal protagonista no que diz respeito à seleção, formação e dissolução de gabinetes. Essa liberdade, porém é limitada em períodos de coabitação. (THIÉBAULT, 2006).

6.2.2 O Sistema eleitoral

A IV República atravessou momentos de muita instabilidade política e a maior parte dos autores atribui esta instabilidade principalmente ao modelo parlamentarista de representação proporcional, adotado. Com o objetivo de evitar os conflitos que dividiram o parlamento e por consequência, levaram ao fim da IV República, foi adotado um novo sistema de governo, com novas regras eleitorais.

Em 1958, o sistema político francês entrou em colapso, e para evitar um governo militar sobre um corte marcial, o General Charles de Gaulle foi chamado para compor um novo governo. Este aceitou, porém com uma condição: escrever uma nova constituição. Em outubro de 1958 foi promulgada a constituição da Quinta República francesa. Esta constituição é utilizada até os dias atuais. Em dezembro do mesmo ano, De Gaulle foi eleito o primeiro presidente da Quinta República francesa e um mês depois nomeou seu aliado político Michel Debré para o cargo de primeiro Ministro. O artigo 8 da constituição francesa prevê que fica a cargo do presidente da república nomear o primeiro Ministro.

A Constituição de 1958 instituiu um novo sistema de governo, o semipresidencialismo. Devido ao caos gerado na Quarta República francesa, a maior parte dos partidos optou por um sistema majoritário, sendo que o Partido Comunista foi o único que apresentou resistência para esta mudança no sistema político francês. Para o partido Comunista, a melhor forma de representação seria a Representação

Proporcional, mas esta ideia foi descartada, pois os franceses atribuíam o colapso da quarta república à representação proporcional em conjunto com o sistema parlamentarista.

O sistema eleitoral sempre foi um ponto crítico dentro do sistema político francês. Mas afinal de contas, como funciona o sistema eleitoral francês?

Já possuímos uma informação importante: a França é um país semipresidencialista, ou seja, possui um executivo de duas cabeças representado por um presidente eleito popularmente e um primeiro ministro saído de dentro do parlamento.

A eleição para presidente se dá em um ou dois turnos. Se um dos candidatos atingir a maioria dos votos (50%+1), será eleito em primeiro turno. Caso isto não aconteça, os dois primeiros colocados disputarão em 14 dias o segundo turno das eleições. O candidato que alcançar o maior número de votos será eleito.

Eleições majoritárias usualmente são aplicadas para o cargo de presidente, porém alguns países possuem um sistema majoritário também para eleição do parlamento. Em toda a história da V República Francesa nenhum presidente foi eleito em primeiro turno.

As eleições não são sincronizadas na França. A eleição presidencial antecede a eleição legislativa, sendo que o presidente da República possui uma prerrogativa constitucional, apresentada no artigo 12, que permite a dissolução do parlamento e convocação de novas eleições. A França possui 577 distritos eleitorais, sendo que 555 deles se encontram na região continental. Os outros distritos são de territórios franceses espalhados pelo mundo. No dia da eleição, que também sempre ocorrerá aos domingos, o eleitor receberá pedaços de papéis e em cada um constará um nome de um candidato. Após fazer sua escolha, o eleitor deposita o papel com o nome do seu candidato na urna. Se ao final do primeiro turno, algum candidato conseguir alcançar a maioria dos votos 50%+1, temos o vencedor. Este cenário é algo muito raro para eleições parlamentares francesas. Caso não haja candidato que atinja mais de 50% dos votos, as eleições serão disputadas em um segundo turno. Disputam o segundo turno todos aqueles que atingiram o mínimo de 12,5% dos votos. No segundo

turno, vence o candidato que alcançar a maioria dos votos. Cada distrito elege apenas um representante. (ELGIE, 2005; NICOLAU, 2004)

6.2.3 Sistema partidário e partidos políticos

A Quarta República Francesa foi considerada um fracasso por muitos motivos: um deles por conta o sistema de representação proporcional, onde muitos partidos com diferentes interesses se reuniam e não conseguiam chegar em um acordo, um consenso. Este foi um dos principais motivos para o colapso da quarta república francesa. Por este e outros motivos, os formuladores da nova constituição imbuíram ao presidente mais poder e protagonismo frente ao parlamento para que fossem evitados os impasses vividos durante a quarta república.

De acordo com Elgie (2005), o sistema de político adotado na Quinta República e por consequência suas novas regras eleitorais, favoreceu a competição multipartidária. É sabido que existem partidos com maior poder e alcance de representação, porém o sistema de dois turnos leva os partidos considerados pequenos e sem expressão política “tentarem a sorte” pois em um primeiro turno não tem nada a perder. Por algum acaso, sorte ou fortuna, como diria Maquiavel, os candidatos destes partidos podem alcançar os 12,5% necessários para poder concorrer no segundo turno. Caso isto não ocorra, podem se aliar com outros partidos, fazendo alianças que os beneficiem no futuro.

A disputa entre partidos para o cargo de presidente também é encorajada pelo sistema de dois turnos. Na história francesa todas as eleições presidenciais tiveram um número mínimo de seis candidatos no primeiro turno. Mais uma vez, vale a regra do “não terem nada a perder”; e também a possibilidade de serem feitas alianças para a disputa do segundo turno. O tipo de sistema eleitoral francês, em conjunto com outros fatores incentiva as alianças políticas e partidárias.

O multipartidarismo sempre foi uma característica presente no sistema político francês. Desde o surgimento do semipresidencialismo, a porcentagem de votos para que os candidatos passassem para o primeiro turno subiu de 5% em 1958 para 12,5% em 1976. Este valor continua até os dias de hoje.

Elgie (2005), afirma também que a formação de alianças se tornou em um elemento importante no jogo político francês. Durante a Quarta República, o partido Comunista não atuava como um importante ator, se isolava dos demais e não fazia alianças com outros partidos de esquerda. Enquanto durou a Quarta República, os partidos não tinham interesse em formar aliança com a esquerda considerada mais “radical”, pois pela própria configuração do sistema de representação proporcional, frequentemente eram necessárias alianças para formar os governos. Com a nova constituição de 1958 e suas novas regras eleitorais, o partido comunista se tornou um ator importante.

A partir da década de 70 os partidos de esquerda buscavam alianças entre si para poderem competir com chances de vitória. Esta aliança entre os diferentes partidos de esquerda fez com que a esquerda crescesse em representatividade, conseguindo assim ampliar seu número de cadeiras na Assembleia Nacional.

Mas isso não era o suficiente: era preciso ocupar o cargo mais importante dentro do sistema político francês: o cargo de presidente. Para que isso se concretizasse, a esquerda optou por um pacto “implícito” de não competirem entre si para combater a direita que permanecia sólida no poder. Tal estratégia rendeu avanços para a esquerda na representação na Assembleia Nacional. Alguns partidos como a Frente Nacional (FN) que optou não se aliar a nenhum outro partido, ficaram muito tempo fora das disputas políticas mais importantes, sem resultados relevantes.

O Sistema partidário da V República é marcado pelo multipartidarismo e também por uma clara divisão entre esquerda e direita, uma herança da Revolução Francesa. A esquerda francesa desempenhou por muitos anos um papel importante na política da V República, apesar de não ter ocupado – até 1981, com a eleição do socialista François Mitterrand – o cargo de presidente ou primeiro-ministro.

O sistema eleitoral – eleições alternadas, dois turnos, maioria plural – em conjunto com a possibilidade de antecipação das eleições legislativas assegurada constitucionalmente ao presidente por meio de dissolução da Assembleia Nacional, reforçaram as divisões entre os partidos. Com o objetivo de conseguirem representatividade dentro da Assembleia e também disputar eleições presidenciais com uma maior chance de serem eleitos, os partidos da V República francesa

adotaram o costume de se aliarem em blocos formando frentes de direita e de esquerda.

Pode-se atribuir ao sistema partidário francês outra característica importante: a desorganização. Por muito tempo, a organização se deu mais no nível municipal, onde o partido se organiza para eleger representantes locais e funcionários da burocracia. Um ponto interessante a ser levado em consideração quando se observa a desorganização partidária é o fato de que o povo francês olha com desconfiança as instituições, logo, um partido fortemente engajado e organizado não é visto com confiança pela maioria do eleitorado. Por conta desta “desconfiança nas instituições políticas”, muitas vezes chamado de o pessimismo francês, os partidos franceses possuem uma baixa taxa de filiação. Esta característica do eleitor francês se reflete nas urnas e também nas ruas. O eleitor é mais comprometido com causas específicas do que com um partido/ ideologia em si.

A clara separação entre direita e esquerda na França aliada a um centro fraco, levou a Terceira e Quarta Repúblicas a sucessivas tentativas sem êxito de formar um governo estável. De acordo com Schain (2014, p. 215, tradução minha)

Nos sistemas de dois ou três partidos, os principais partidos normalmente se movem em direção ao centro político para obter estabilidade e coesão. Mas onde a extrema pluralidade partidária prevalece, o centro é enfraquecido pela multidão de escolhas políticas. A falta de uma esquerda ou direita coerente durante a Terceira e a Quarta República prejudicou a capacidade dos partidos de formar governos estáveis³⁹.

O site France Politique⁴⁰ lista 46 partidos como sendo os principais partidos políticos franceses na atualidade.

Uma particularidade do sistema partidário francês reside na formação de grupos políticos. De acordo com o site da Assembleia Nacional, os grupos políticos são associações entre 15 ou mais deputados de acordo com suas afinidades políticas. A atual legislatura (com início em 2017) possui 8 grupos políticos e um grupo com parlamentares não associados. É fato que os grupos têm como característica um certo

³⁹ In two- or three-party systems, major parties normally move toward the political center in order to gain stability and cohesion. But where extreme party plurality prevails, the center is weakened by the multitude of political choices. The lack of either a coherent left or right during the Third and Fourth Republics undermined the ability of parties to form stable governments.

⁴⁰ <https://www.france-politique.fr/partis-politiques.htm>

perfil ideológico. Porém não é raro encontrar membros do mesmo partido opostos ocupando o mesmo grupo político.

O artigo 4 da Constituição Francesa escrita em 1985 e revisada em 2008, prevê que os partidos e grupos políticos devem contribuir para o exercício do sufrágio, devendo exercer suas atividades de forma livre, respeitando os princípios da soberania e da democracia. A seguir irei pontuar brevemente, os principais partidos políticos da França.

O Partido Socialista francês surgiu por volta de 1905 porém sem muita adesão e/ou expressão política. Após a instituição da V República, o partido passou por muitas dificuldades e, em 1969 o “antigo” Partido Socialista se dissolveu dando lugar a um “novo” Partido Socialista, sob o comando de François Mitterrand, que como vimos se consolidava como ferrenho crítico às políticas de De Gaulle e seus herdeiros políticos. O PS ganhou espaço e adesão entre os trabalhadores vindos do Partido Comunista, este em declínio; entre os líderes dos novos movimentos sociais que começavam a crescer na França (ambientalistas, regionalistas, feministas) e também agregou membros de outros partidos de esquerda que viram no PS a esperança de representatividade de seus interesses.

A crescente do PS teve seu pico máximo nas eleições de 1981 quando François Mitterrand foi eleito presidente da república e o Partido Socialista, juntamente com aliança com partido comunista conseguiu uma maioria na Assembleia Nacional.

Era a primeira vez que o partido socialista alcançava tamanha notoriedade e poder, o que de acordo com Schain (2014) foi considerado algo que trouxe resultados positivos e negativos, pois a partir deste momento, o PS e as ações de seus membros, sobretudo do presidente ficaram sob os holofotes. Schain ainda observa que, desde a ocupação da presidência por Mitterrand, o partido precisou fazer algumas concessões, fato este que causava insatisfação em algumas alas do partido pois “sob pressão de Mitterrand e uma sucessão de governos socialistas, a ideologia socialista clássica da nacionalização foi parcialmente desmantelada, mas a orientação do partido era um assunto contínuo de conflito e debate”. (SCHAIN, 2014, p.221)

Ao longo da década de 80, o PS continuou sendo um partido de grande relevância dentro da política francesa, com Mitterrand sendo reeleito em 1988. As eleições de 1986 trouxeram o RPR (em coalizão com a UDF) novamente ao governo, dando início ao primeiro período de coabitação. Todas as coabitações francesas ocorreram nessa configuração de partidos: PS e RPR.

Os Republicanos, é um partido que descende do Partido Gaullista, e antes de ser este nome, já foi UMP e também RPR. Sua história se inicia após o retorno de Charles de Gaulle ao poder com a proclamação da V República Francesa, após uma reorganização do partido gaullista, tendo em sua composição uma formação de coalizão entre grupos de interesse e classes sociais distintas, incluindo uma parte de trabalhadores.

Uma característica que distinguiu o UMP de outros partidos, de acordo com Schain (2014), era a rigorosa disciplina partidária de seus representantes na Assembleia Nacional, fato incomum dentro dos partidos franceses. A UMP dominou durante dezesseis anos (1954-1974) o cargo de presidente e a maioria das cadeiras do legislativo. Após a morte de De Gaulle e seu braço direito Georges Pompidou, os franceses elegem Valéry Giscard d'Estaing, um político de direita não gaullista (UDF). A partir de 1974, se inicia a decadência do UMP. Jacques Chirac, então com 42 anos reestrutura o partido, e este passa a se chamar RPR. Apesar de ter o partido gaullista como seu precursor, o RPR possuía diferenças consideráveis em relação ao gaullismo inicial. O populismo que marcara os discursos e governos de De Gaulle e Pompidou foram substituídos por discursos que agradavam e representavam a classe média conservadora. O RPR conseguiu nas eleições legislativas de 1986 uma maioria parlamentar e Chirac foi nomeado primeiro-ministro com apoio da UDF, formando um governo de coalizão entre os dois partidos e dando início ao primeiro período de coabitação francês.

Em 2002, o partido se reorganiza novamente e volta a se chamar UMP, porém desta vez, a sigla significa União para uma Maioria Presidencial. Nicolas Sarkozy, então líder do partido se elege presidente em 2007. Após a derrota de tentativa de reeleição de Sarkozy em 2012, o partido mais uma vez troca de nome, passando a chamar-se Les Republicanains (Os Republicanos)

A União para a Democracia Francesa (UDF) surgiu a partir da união de vários grupos de interesse e personalidades de influência, com inclinação ideológica à direita, sob o comando de Valéry Giscard d'Estaing, com o objetivo de enfrentar os gaullistas nas eleições. Como dito anteriormente, d'Estaing venceu as eleições presidenciais de 1974, e alcançou em seguida a maioria parlamentar (junto com a UDR) e por consequência a indicação e nomeação do primeiro-ministro.

A coalizão UDF/UDR se manteve ao longo dos anos. Como falado na seção sobre o sistema eleitoral francês, devido ao sistema de dois turnos e voto majoritário, é muito comum dois ou mais partidos lançarem candidatos em comum para que estes possam bater os partidos de orientações ideológicas diferentes. Nas eleições legislativas de 1984, a aliança UDF/UDR leva Jacques Chirac a se tornar primeiro-ministro, dando início à Primeira coabitação Francesa.

Nas eleições presidenciais de 1995, onde Chirac saiu vencedor, o apoio da UDF foi recompensado, cabendo ao partido várias posições dentro do gabinete do Primeiro Ministro Alain Juppé. Com a derrota da direita nas eleições legislativas de 1997 (vale ressaltar que estas eleições foram antecipadas por Chirac), a UDF sofreu uma série de cisões e desfiliações. Alguns de seus ex-membros formaram novos partidos políticos.

A UDF foi perdendo protagonismo dentro do cenário político francês. Ainda de acordo com Schain, (2004, p.218) “Com a integração da maioria dos deputados da UDF na UMP, a UDF como partido perdeu grande parte de sua influência independente”.

Em um processo de reconstrução do partido, este se transforma em Movimento Democrático, porém não consegue alcançar os resultados do passado, possuindo na atualidade pouca expressão e representatividade na política francesa.

6.3 Histórico das coabitações na França

A França adotou o modelo semipresidencialista em 1958, porém somente em 1986, ocorreu a primeira coabitação. A França experimentou pela primeira vez um governo dividido entre dois partidos.

Mas antes de chegarmos ao ponto onde se iniciou a coabitação é necessário que voltemos alguns anos para conhecer dois atores importantes para todos os períodos de coabitação francesa até o momento: François Mitterrand e Jacques Chirac.

François Maurice Adrien Marie Mitterrand foi o primeiro candidato de esquerda a se eleger presidente da França. Sua carreira política se iniciou ainda jovem, e aos 27 anos já se posicionava crítico ao governo De Gaulle e a seu partido. Chegou a concorrer às eleições contra De Gaulle em 1965, porém perdeu no segundo turno. Tentou novamente ser presidente da França em 1975 perdendo para Valéry Giscard d'Estaing em uma disputa acirrada. Mitterrand se consolidou como a figura mais importante dentro da esquerda francesa, fazendo oposição aos republicanos (gaullistas).

Em 1981, François Mitterrand (PS) vence as eleições presidenciais e em seguida dissolve a Assembleia Nacional, convocando novas eleições legislativas. Seu partido sai vencedor e por cinco anos (mandato legislativo), presidente e primeiro ministro são do mesmo partido. Em 1986, novas eleições legislativas trazem uma maioria contrária a Mitterrand, e Jacques Chirac (PRP) ascende como primeiro ministro, dando início à primeira coabitação francesa.

Jacques René Chirac, desde jovem nutria uma admiração pelo General De Gaulle. Em 1959, foi convidado a trabalhar como chefe da equipe pessoal do primeiro-ministro Jacques Pompidou, do mesmo partido de De Gaulle. Em 1967, convencido por Pompidou concorre a uma vaga para a Assembleia Nacional. Nesta mesma eleição, o irmão de François Mitterrand concorria no mesmo distrito, porém o vencedor foi Chirac. Este manteve sua cadeira no parlamento francês até o ano de 1995 quando se tornou presidente da V República Francesa.

Voltemos à 1986. Mitterrand, que já havia se utilizado de sua prerrogativa presidencial de dissolver o parlamento, optou por não fazê-lo novamente, e o governo de coabitação durou até o fim de seu mandato. Vale ressaltar que na época, o mandato presidencial na França durava sete anos.

A primeira coabitação francesa surgiu para trazer para a França uma situação nunca vista anteriormente: um primeiro-ministro que não visse a sombra do presidente. Até

então com ambas cabeças do executivo do mesmo partido, o protagonismo e força do presidente era evidente. Mitterrand e Chirac deveriam buscar uma forma de governar em harmonia apesar das suas divergências políticas, que não eram poucas.

Poulard (1990) afirma que Chirac e Mitterrand se saíram melhor que o esperado para uma situação de evidente tensão política. A coabitação, para todos os estudiosos sobre semipresidencialismo era (e ainda é) considerada um problema para a manutenção da estabilidade política. A escolha do povo francês trouxe uma maioria oposta a Mitterrand para a Assembleia Nacional, porém a população não fez isso como forma de destituir poderes de Mitterrand, dado ao fato de que não houve nenhum tipo de pressão popular incitando a renúncia do presidente.

A coabitação entre Mitterrand e Chirac possuiu alguns pontos de tensão que foram resolvidos sem maiores danos para a democracia e o sistema político em geral. O presidente, por sua vez deixou claro que não assinaria decretos, pois tem poder de veto, que tratavam de políticas sociais que não apresentassem progresso em relação as que já estavam em vigor. De acordo com o artigo 13 da constituição francesa, o Conselho de Ministro pode legislar por “ordinances”, sem passar pelo Parlamento, porém para que isso seja aprovado é necessária a assinatura do presidente. Isso, de acordo com Poulard (1990) forçava o PM a levar a discussão para votação do Parlamento, o que resultava em um atraso na promulgação de políticas públicas. As políticas domésticas eram a maior fonte de tensão entre PM e presidente. Chirac desejava (re) privatizar os bancos, que haviam sido estatizados durante o governo anterior (1981-1986). A proposta foi votada no Parlamento e Chirac venceu sua primeira batalha contra Mitterrand.

Presidente e PM se enfrentaram na questão referente ao retorno da lei eleitoral distrital de dois turnos, com um único membro. A lei foi aprovada pela Assembleia Nacional, porém Mitterrand se recusou a assinar o decreto que redistribuição dos 577 distritos eleitorais. Ao fazer isto, o presidente levou a questão novamente ao parlamento, que com a maioria de Chirac votou alinhada aos desejos do primeiro-ministro. Foi a segunda “derrota” de Mitterrand.

Na política externa, o presidente possui de acordo com artigo 14, a responsabilidade por tratar de assuntos relacionados a relações internacionais e nomeações de

embaixadores. As relações entre presidente e primeiro-ministro se mantiveram equilibradas, e a coabitação não pareceu trazer problemas em relação à diplomacia francesa.

Na França, conforme o artigo 6 da constituição o presidente pode ocupar dois mandatos seguidos em caso de reeleição, e Mitterrand se reelegeu para um novo mandato de sete anos. Dado o fato de que a assembleia nacional possuía uma maioria oposta a seu partido, o presidente se valeu mais uma vez do poder de dissolver a Assembleia e convocou novas eleições dando fim a primeira coabitação em 1988. O término de seu mandato se daria em 1995, porém uma nova eleição legislativa ocorreu em 1993. Mais uma vez, o Partido Socialista não conseguiu ocupar a maioria de assentos no parlamento dando início à segunda coabitação francesa. François Mitterrand dividiu o poder com o primeiro ministro Edouard Balladour (RPR). Se inicia a segunda coabitação francesa.

O segundo período de coabitação francesa se iniciou após o grande fracasso do PS e seus aliados nas eleições legislativas de 1993. Foi a primeira vez na história da V República que o PS recebeu tão poucos votos.

A França estava atravessando uma crise na economia, com séria recessão econômica, índice de desemprego crescente e escândalos de corrupção que envolviam membros de ambos os partidos. Mitterrand por sua vez, perdera seu prestígio e protagonismo dentro do próprio partido. Naquele momento, o presidente não era mais considerado unanimidade dentro do PS.

Edouard Balladour era um político experiente, havia participado do governo de Chirac e anteriormente de Pompidou de 1969 a 1974. Com o enfraquecimento de Mitterrand – político e também físico – o segundo período de coabitação francesa foi dominado pelo protagonismo do primeiro-ministro e seu partido.

A segunda coabitação francesa não sofreu com grandes disputas políticas, sendo chamada por muitos de “*cohabitation en velours*”⁴¹; nem presenciou a tradicional “queda de braço” entre socialistas e republicanos, muito em parte pela ausência de rivalidade entre Mitterrand e Balladour, justamente o oposto da relação entre o

⁴¹ Coabitação de veludo

primeiro e Chirac, que além de divergências políticas possuíam rivalidade pessoal. (MADEJ, 2008)

Em 1995, o povo francês vai as urnas e Jacques Chirac, vence, se tornando o novo presidente da França, dando fim ao segundo período de coabitação. Seu partido elege Alain Marie Juppé como primeiro-ministro. Em 1997, após crises políticas intra-partido, decidiu dissolver a assembleia e convocar novas eleições. Sua tentativa de renovar o parlamento com membros de seu partido pode ser caracterizada como “um tiro no pé”, pois o Partido Socialista alcançou a maioria dos assentos e um governo de coalizão liderado por Lionel Jospin se iniciou. Este é o caso que iremos explorar neste capítulo: a terceira coabitação francesa.

6.4 A terceira coabitação francesa

Antes de iniciarmos a discussão sobre a terceira coabitação francesa é necessário falarmos dos dois principais personagens deste período marcado como um dos maiores períodos de coabitação na história dos países semipresidencialistas, com duração de 59 meses.

Jacques Chirac de quem já falamos brevemente na sessão se consolidou dentro da política francesa como o “sucessor” de De Gaulle. Em 1968, foi nomeado vice-ministro da economia no governo de Pompidou, trabalhando para o então ministro da economia e finanças Valéry Giscard D’Estaing que também despontava como líder gaullista. Em 1974, quando D’Estaing (UDF) se torna presidente, este nomeia Chirac como primeiro-ministro. Por divergências políticas com D’Estaing, Chirac deixa o governo, abandona o partido e funda o RPR, que considera como o verdadeiro herdeiro do legítimo gaullismo. Em 1977, surfando uma onda de grande popularidade, Chirac se candidata a prefeito de Paris, vencendo as eleições e permanecendo no cargo por 18 anos.

Durante o período em que foi prefeito de Paris, Chirac disputou as eleições presidenciais de 1981, cujo resultado deu a François Mitterrand a vitória. Mitterrand, de acordo com Allport (2007), o presidente eleito deixou claro que não possuía nenhuma estima para com seu oponente, chegando a declarar que Chirac não possuía convicções pessoais e que seria um perigo colocar a França em suas mãos.

Ironicamente, Mitterrand foi obrigado a fazê-lo em 1986, quando o Parlamento indica Chirac para o cargo de primeiro-ministro.

Em 1988 se demite do cargo de primeiro-ministro para concorrer nas eleições presidenciais novamente, e mais uma vez é derrotado por Mitterrand. Amargando sua derrota, Chirac volta a se dedicar à prefeitura de Paris, voltando à cena política nacional nas eleições presidenciais de 1995.

O cenário político das eleições presidenciais de 1995 se diferia muito dos anteriores os quais havia disputado. O Partido Socialista não poderia contar com a figura de Mitterrand, que neste momento se dedicava a tratar de um câncer, que em 1996 o levaria a morte. Seu “sucessor” Lionel Jospin disputa com Chirac as eleições, saindo perdedor em uma eleição disputadíssima que contabilizou 52,6% dos votos para Chirac contra 47,4% dos votos válidos para Jospin.

Lionel Jospin assumiu o cargo de primeiro-ministro francês em 1997. Não existem muitas informações sobre sua vida pessoal, e sua figura nunca fora objeto de curiosidade da mídia francesa. Iniciou sua carreira política como secretário no ministério de relações exteriores e em 1971 entrou no partido Socialista, dando início a sua relação com François Mitterrand. Quando este foi eleito em 1981, Jospin se tornou seu primeiro secretário, porém nunca fora indicado para o cargo de primeiro-ministro. Na reeleição de Mitterrand em 1988, Jospin assumiu o cargo de ministro da educação, iniciando muitas reformas nesta área. Apesar de dizer que iria se aposentar após o fiasco das eleições legislativas de 1993, nas quais o Partido Socialista saiu derrotado, Jospin decidiu disputar as eleições presidenciais de 1995 contra Chirac, com argumento de tentar manter viva a herança de Mitterrand. Como já vimos anteriormente, o candidato vencedor foi Jacques Chirac, porém dois anos depois, Jospin assumiria o cargo de primeiro-ministro da V República Francesa, cargo que ocupou por quase cinco anos.

A terceira coabitação francesa ocorreu de maneira bem diferente das duas coabitações anteriores. Se em 1986 e 1993, a coabitação seguiu as eleições legislativas, em 1997 ela se deu após a dissolução da Assembleia Nacional por iniciativa do então presidente Jacques Chirac. Para Elgie (2002), a escolha do presidente francês em dissolver o parlamento foi um “tiro no pé”. Chirac, apesar dos

conflitos internos com seu partido e seus aliados, detinha a maioria do parlamento. Caso novas eleições legislativas retornassem uma nova maioria legislativa de direita, este poderia então retomar o controle sobre o governo. Elgie 2002 afirma que a escolha de Chirac foi uma manobra de interesse político-partidário, e que em nenhum momento os possíveis desdobramentos de um governo de coabitação foram cogitados. Chirac tentou a sorte e perdeu. Os socialistas que foram pegos de surpresa pela dissolução do parlamento e eleições antecipadas venceram as eleições e Lionel Jospin escolhido para a função de primeiro-ministro. A vitória dos socialistas surpreendeu o próprio partido e a esquerda como um todo, visto que nas eleições anteriores, a performance da esquerda foi pífia.

A terceira coabitação francesa difere das outras duas coabitações anteriores em vários aspectos. Primeiro pelo fato de ter iniciado após a dissolução do parlamento, enquanto as duas anteriores tiveram seu início após as eleições legislativas. Em segundo lugar, nas duas coabitações anteriores, o primeiro-ministro assumiu quando o mandato presidencial já completava 5 anos, durando apenas dois anos – até a próxima eleição presidencial, que poderia retornar um presidente do partido do primeiro ministro, ou como aconteceu em 1981 e 1988, o presidente do partido oposto dissolver a assembleia e a nova eleição retornar uma maioria de seu partido. Quando Chirac dissolveu o parlamento, certamente não esperava o revés da esquerda, principalmente devido ao resultado das eleições de 1995.

Em terceiro lugar, o fato dos socialistas possuírem no mínimo cinco anos para implementarem suas políticas públicas também se diferenciou dos períodos anteriores.

Jospin, ao final das eleições estava com a popularidade alta, ao contrário de Chirac, que despencava nas pesquisas de opinião. Assim que assumiu o cargo de primeiro-ministro, a maior parte dos eleitores franceses acreditavam que Jospin faria um bom governo. A França atravessava índices de desemprego altíssimos e a confiança no RPR, partido de Chirac e do primeiro-ministro anterior estava em queda.

Jospin iniciou seu governo com a proposta da mudança da jornada de emprego de 35 horas. Elgie (2002, p.305, tradução minha) descreve esta iniciativa como o “carro-chefe” do governo Jospin:

O governo propôs um conjunto de políticas (principalmente a carga horária de trabalho de 35h por semana e o programa emprego para jovens, que eram diferentes daqueles apresentados pelos governos anteriores de direita (Balladour e Juppé). Além disso, essas políticas e outras parecem estar funcionando no sentido de serem consideradas responsáveis por ajudar a reduzir o nível de desemprego, que há muito tempo era prioridade do país. Seja qual for o motivo, o primeiro-ministro foi o maior beneficiário da situação política durante o período inicial da coabitação.

O fenômeno da coabitação se caracteriza como um período de tensão. Mesmo quando ocorre de maneira pacífica, e quando os papéis do presidente e primeiro-ministro são claramente definidos, ainda existe um conflito de interesses políticos e também pessoais que refletem dentro da arena política. Chirac e Jospin se enfrentaram por diversas ocasiões e ambos se utilizaram em todas as situações possíveis dos dispositivos legais que lhes eram assegurados.

De acordo com Elgie (2002) durante as sessões parlamentares que ocorreram entre 1999 e 2000, Jospin convocou comitês conjuntos mistos em 23 ocasiões, sendo que em apenas 7 vezes, o grupo entrou em acordo do texto proposto. O autor afirma que Jospin se utilizou desta ferramenta constitucional para que a Assembleia Nacional, com maioria da esquerda tivesse a palavra final sobre as outras 16 propostas legislativas. Jospin também se valeu de um recurso que fora utilizado por Chirac durante a primeira coabitação, quando este era primeiro-ministro: o Conselho de Gabinete. Este conselho se diferencia do Conselho de Ministros, pois são realizadas na ausência do presidente. Chirac por sua vez, usou seus poderes para vetar tentativas do governo de fazer uma reforma no sistema judiciário. Ele, que até meados de 1998, demonstrava pouca projeção, voltou a se mostrar como importante ator no governo de coabitação.

A terceira coabitação francesa foi dentre as quatro coabitações selecionadas para este trabalho, aquela com um maior número de estudos e pesquisas relacionados. Em sua pesquisa sobre a terceira coabitação francesa, Elgie (2002) elenca uma série de eventos onde o conflito Jospin x Chirac ficou evidente. Alguns destes eventos, que datam de 1999 até 2001 serão apresentados a seguir.

Em julho de 1997, Chirac ainda no período eleitoral faz duras críticas as propostas de Jospin e, alertando os franceses sobre as políticas para a redução do desemprego, chamando-as de experimentações perigosas. Vale lembrar que a política de redução

da jornada de trabalho para 35h semanais foi o carro chefe. Jospin, por sua vez, chamou a dissolução da assembleia de “experimentação perigosa”.

De acordo com os relatórios da Freedom House (“Freedom in the World: 2001-2002”, 2002) e da Transparência Internacional⁴², a França é um país com suas instituições democráticas bem consolidadas, porém os escândalos de corrupção envolvendo Chirac e Jospin, fizeram com que o país ocupasse a 23ª posição no ranking de corrupção, posição bem abaixo de outros países europeus, porém muito acima dos dois casos anteriormente citados neste trabalho. A então ministra da Justiça, em maio de 1998, afirmou que o presidente não estaria acima da lei e se caso, cometesse crimes seria levado aos tribunais. A Direita, liderada por Chirac, levantou a questão sobre Jospin ser culpado de possuir um emprego fictício no porto Quais d’Orsay (um porto muito importante na França).

Outra situação de conflito entre primeiro-ministro e presidente aconteceu em maio de 1999, quando terroristas explodiram bombas que atingiram a região da Corsega. A oposição liderada por Chirac pedia a renúncia de Jospin, pois os ataques se constituíam como uma retaliação ao incêndio criminoso a um restaurante ilegal, que o então representante do governo central na Corsega, Bernard Bonnet havia ordenado. Bonnet foi detido e substituído, e Jospin alegou que Chirac havia aprovado a indicação de Bonnet para o cargo um ano antes.

Os ataques de Chirac a Jospin foram se intensificando na mesma proporção que sua popularidade frente ao eleitorado aumentava. No pronunciamento mais importante do ano, que acontece no dia 14 de Julho, o Dia da Bastilha, Chirac afirmou que havia muito dinheiro sendo arrecadado pelo governo, porém o governo não deixava claro pra onde esse dinheiro estava sendo investido. Este evento desencadeou o chamado “affaire de la cagnotte⁴³”, e muitas críticas sobre a transparência das finanças públicas.

A ala da direita na Assembleia Nacional faz acusações de corrupção envolvendo vários políticos da esquerda, culminando no pedido de demissão do Ministro das Finanças Dominique Strauss-Kahn, acusado de receber cem mil dólares para intermediar a entrada de uma empresa que administraria as agências de seguro-

⁴² <https://www.transparency.org/>

⁴³ <https://www.ipsos.com/fr-fr/jospin-paie-pour-la-cagnotte>

saúde estudantil no país⁴⁴. A denúncia de um político do círculo de Jospin, faz com que sua popularidade caia ainda mais. Jospin tenta refutar as acusações jogando os holofotes para Chirac, citando inúmeras investigações em andamento a respeito de escândalos políticos por parte do presidente.

Strauss-Kahn ainda seria personagem de outra acusação de corrupção na qual Chirac foi novamente implicado, afirmando que possuía uma fita com o depoimento de um empresário que financiou de maneira oculta o RPR. A fita revelava que o esquema de financiamento dos partidos políticos, em especial o RPR, se deu a partir de comissões ilegais obtidas na concessão de grandes obras públicas⁴⁵. Jospin preferiu não se envolver nesta questão, deixando Strauss-Kahn responsável por contar sua versão dos fatos sozinho.

O primeiro-ministro era reconhecido como uma pessoa de personalidade sisuda, fechada, enquanto Chirac dispunha de um traquejo maior com o público. A capacidade diplomática de Jospin e sua interferência em assuntos de Relações Internacionais (um papel que cabe ao presidente), levou Chirac muitas vezes a repreender o primeiro – ministro publicamente. Em 2001, após o ataque as Torres Gêmeas, Chirac e Jospin “divergiram” no tipo de apoio dado aos EUA. De acordo com Utley (2016), enquanto Chirac ofereceu total apoio ao discurso de George W. Bush, que caracterizava os atos terroristas como atos de guerra, Jospin os considerou como um crime e não um conflito entre civilizações.

Anteriormente ao atentado de 11 de setembro, em março de 2001, Chirac foi intimado a depor sobre a fita cassete apresentada por Straus-Kahn. Chirac se recusou a se apresentar ao juiz alegando que a investigação seria incompatível com o seu cargo de presidente. Ainda assim, o juiz manteve sua intimação e a notícia de que o presidente iria se apresentar perante o juiz vazou, levando o presidente a pressionar Jospin para que este investigasse e punisse aqueles que violaram o segredo de justiça. Em janeiro de 2002, o juiz responsável em julgar o processo contra Chirac, deixa o caso alegando ter sido assediado e coagido a abandonar as investigações. O juiz Eric Halphen comparou a política francesa à máfia, tamanho nível de corrupção.

⁴⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0311199908.htm>

⁴⁵ <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2609200010.htm>

Halphen afirmou que por muito menos, o presidente Nixon havia renunciado nos Estados Unidos. Ainda de acordo com entrevista ao jornal Independent, do Reino Unido Halphen fez a seguinte declaração: “Aqui temos um presidente suspeito de enriquecer seu partido com o dinheiro dos contribuintes há anos e nos dizem que não podemos investigá-lo. Nesse caso, como podemos continuar investigando os outros?”⁴⁶

A troca de acusações entre Chirac e Jospin se intensifica, levando a acusações mútuas nas entrevistas do Dia da Bastilha de 2001. Jospin acusa Chirac de se utilizar dos fundos especiais⁴⁷, enquanto este acusa aquele da mesma ação.

A relação entre Jospin e Chirac foi marcada por muitos conflitos, principalmente em relação à política econômica e política externa, sendo palco também de muitos embates e acusações de corrupção de ambos os lados. Porém, mesmo sendo um período muito conturbado, a terceira coabitação francesa se desenvolveu sem grande ônus para a população e para a estabilidade da democracia.

A popularidade do primeiro ministro e seu governo começou a cair enquanto Chirac volta a subir nos índices de confiança do eleitorado. Em pesquisas de opinião no ano 2000, sobre as eleições presidenciais que ocorreriam em 2002, Chirac já aparecia como favorito, vencendo Jospin. Boa parte da queda da popularidade de Jospin se deu ao fator econômico com índices de desemprego que antes caíam e começaram a subir novamente e também crescimento econômico com desempenho abaixo do esperado.

A terceira coabitação francesa teve seu fim após as eleições legislativas de 2002, quando o RPR, partido de Chirac assumiu o controle da Assembleia Nacional.

No entanto, o declínio do PS e dos partidos de esquerda teve início dois meses antes nas eleições presidenciais. O então primeiro-ministro Lionel Jospin concorreu às

⁴⁶ "Here we have a President who is suspected of having enriched his party with the taxpayers' money for years and we are told we cannot investigate him. In that case, how can we continue to investigate all the others?"<https://www.independent.co.uk/news/world/europe/chirac-judge-resigns-claiming-mafia-like-corruption-in-france-9237180.html>

⁴⁷ Os fundos especiais, ou fundos secretos são referentes ao financiamento de várias ações secretas ligadas à segurança externa e interna do Estado Francês.

eleições presidenciais enfrentando Chirac. A popularidade e confiança em Jospin e suas políticas governamentais declinaram de maneira considerável.

A disputa no primeiro turno envolveu 16 candidatos, Chirac, em primeiro lugar, obteve 37,9% dos votos, garantindo seu lugar no segundo turno. A maior surpresa das eleições, que não foi prevista por nenhuma pesquisa, como explicaram Durand, Blais e Larochelle (2004) foi o fato de Jospin ter ficado na terceira colocação, com 16,2% dos votos, para Jean-Marie Le Pen (FN), candidato da extrema direita, que alcançou 16,9% dos votos. No segundo turno, a população votou em massa em Chirac que venceu as eleições com 82,2% dos votos, um reflexo do medo dos franceses de serem governados por Le Pen⁴⁸.

A derrocada do PS não terminou nas eleições presidenciais. As eleições legislativas se seguiram e o partido do presidente reeleito alcançou a maioria das cadeiras da Assembleia Nacional, encerrando o capítulo da Terceira, e por enquanto, mais longa coabitação francesa.

Dentro do contexto da terceira coabitação francesa, podemos observar que os dois principais atores são herdeiros dos dois maiores políticos franceses do século XX: De Gaulle e Mitterand. Apesar da grande rivalidade e personalismo de ambos, a coabitação francesa não apresentou grandes pontos de conflito, principalmente em seu início. Chirac vinha de uma derrota nas eleições legislativas e se manteve mais discreto em seus posicionamentos a respeito do primeiro-ministro. Porém quando sua popularidade começou a aumentar diante da população, as tensões entre os dois começaram a aparecer. A terceira coabitação francesa atravessou escândalos de corrupção que atingiram os dois lados, conflitos também nas Relações Exteriores, porém nenhum destes elementos foi suficiente para a queda do governo Jospin.

No próximo capítulo tratarei da primeira coabitação portuguesa, o caso mais longo de coabitação da história do semipresidencialismo.

⁴⁸ <https://www.economist.com/europe/2002/05/09/jacques-chirac-wins-by-default>

7. CASO PORTUGAL (mar/1986-out/1995)

Portugal é um país europeu situado na Península Ibérica, fazendo divisa com Espanha e com o Oceano Atlântico. Seu território é 92.256 Km² e sua população em 2019 é de 10, 28 milhões de habitantes.

Dentro de todos os casos de coabitação na história do semipresidencialismo, a primeira coabitação portuguesa foi, de longe, a mais duradoura de todas. Neste estudo de caso, o caso português se encaixa na categoria de subtipo típico extremamente alto, com 115 meses de duração.

7.1 A escolha do semipresidencialismo

De acordo com Samuel Huntington, o período conhecido como terceira onda de democratização teve seu início em Portugal com a Revolução dos Cravos, evento que trouxe consigo a volta da democracia em Portugal e depois em vários países da Europa e também da África.

A Revolução dos Cravos ocorreu em 25 de abril de 1974 e se constituiu como um movimento cívico-militar com o objetivo de derrubar a ditadura Salazarista, iniciada em 1926. Portugal passava por vários problemas econômicos e sociais, com disputas em várias esferas da sociedade. Os monarquistas e republicanos disputavam poder, havia também levantes populares, principalmente de movimentos sindicais insatisfeitos com as condições de trabalho. Para solucionar a crise que se instaurava na I República Portuguesa, e temendo um golpe dos monarquistas, uma fração de militares alinhados a um discurso nacionalista e simpatizantes do fascismo italiano de Mussolini, se organizaram e em 28 de maio de 1926, tomaram o poder, dando início à Ditadura Nacional.

Neste momento surge a figura de Antônio de Oliveira Salazar, convidado a ocupar o cargo de ministro da Economia deste novo regime que se iniciava. Salazar, que também simpatizava com o fascismo italiano, propõe medidas de austeridade econômica, cortes nos gastos públicos, principalmente aqueles relacionados a direitos dos trabalhadores e benefícios sociais. Vale ressaltar que as medidas de Salazar beneficiavam a burguesia republicana portuguesa que apoiou o golpe militar.

Salazar passou para o cargo de Primeiro-Ministro do governo militar e se aproveitando de sua influência com a imprensa local e popularidade, superou o governo militar e iniciou um novo modelo de república em Portugal, que ele denominou de Estado Novo, em 1932.

O Estado Novo possuía fortes semelhanças ao fascismo italiano e ao nazismo alemão, se baseava em valores nacionalistas e conservadores, e controlava com mãos de ferro a população. O Estado Novo se caracterizou por um regime de um único partido, com forte repressão e censura a quaisquer tipos de associações políticas e/ou sociais que se opusessem ao governo.

A insatisfação da massa trabalhadora era crescente, e mesmo na clandestinidade, movimentos sindicais e partidos de oposição se organizavam com objetivo de lutar contra a política salazarista criada unicamente para beneficiar as corporações da indústria e os bancos, pois política do Estado Novo se concentrou em restringir cada vez mais os direitos dos trabalhadores, visando o lucro dos empregadores.

Portugal ainda se constituía como um país com baixo grau de desenvolvimento e grande parte de sua receita tinha como fonte a exploração de suas colônias africanas e também da exploração dos trabalhadores. Por mais que os partidos e associações estivessem proibidos, o Partido Comunista Português se articulava na clandestinidade, sob o comando de seu líder Álvaro Cunhal.

Salazar liderou o Estado Novo até 1968 quando foi afastado por questões de saúde. O Estado Novo já se enfraquecia desde o término da Segunda Guerra Mundial, com a extinção dos governos fascistas de Itália e Alemanha. Outro fator considerado ponto de conflito era a Guerra das Colônias, pois o Estado Novo mandava grande efetivo militar para as colônias na tentativa de manter o domínio sobre elas.

A rachadura dentro da corporação militar, o fortalecimento do movimento operário e do Partido Comunista Português, pegaram carona na onda de manifestações e batalhas que ocorriam em prol da democracia e da liberdade entre 1973 e 1974. A população portuguesa também apoiava uma mudança no status quo. Se construía um cenário favorável para uma revolução.

Em 25 de abril de 1974, os militares tomaram as ruas e os principais pontos das cidades mais importantes de Portugal e depuseram Marcelo Caetano, sucessor de Salazar. De acordo com Frain (1995), a revolução não foi organizada por nenhum partido político e sim, por militares de patente intermediária, como capitães e tenentes que planejaram e executaram o golpe sobre a ditadura salazarista.

As ruas foram tomadas pela população, que distribuíram cravos para os soldados rebeldes, e a revolução foi chamada de Revolução dos Cravos. A partir deste momento, foram iniciadas grandes mudanças na agenda política portuguesa. A censura foi abolida, órgão de repressão como a PIDE foram extintos, os presos políticos foram libertados.

Após a Revolução dos Cravos havia incerteza sobre o que aconteceria, e uma disputa pelos rumos do país se iniciou. Os militares que lideraram a Revolução dos Cravos se reuniram formando a Junta de Salvação Nacional, que seria responsável pela manutenção da ordem até que um governo civil se instaurasse. A Junta de Salvação Nacional, tão logo assumiu o comando, destituiu do cargo o presidente e o primeiro-ministro. A Junta de Salvação Nacional instituiu um governo baseado na preservação da democracia e liberdades e prometeu eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte em um prazo de 12 meses.

Após uma sequência de governos provisórios apontados pela Junta de Salvação Nacional, em 1975, uma Assembleia Nacional Constituinte foi eleita por sufrágio universal, com o objetivo de redigir a nova constituição da República Portuguesa. Após a redação da nova Constituição ter sido concluída e aprovada, a Assembleia Constituinte se dissolveu, e foram convocadas novas eleições em 1976.

7.2 Instituições Políticas

A nova constituição portuguesa, definiu um sistema semipresidencialista para o país. Apesar do termo semipresidencialismo não estar presente no texto, a constituição portuguesa definiu que o Presidente da República (eleito por sufrágio popular), a Assembleia da República, o Governo e o Judiciário exerceriam poder soberano e independentes entre si (artigos 110 e 111). Frain (1995), afirma que os partidos com maior número de cadeiras na Assembleia Constituinte (PS e PSD) não sugeriram a

adoção do semipresidencialismo como sistema de governo, que a escolha por este modelo foi a solução encontrada para a questão da acomodação dos militares no sistema político.

7.2.1 Poderes executivos

Em se tratando dos subtipos de semipresidencialismo que observamos na obra de Shugart e Carey (1992), o sistema português se enquadra no subtipo premier-presidencialista, pois o Presidente da República possui poderes reduzidos em relação aos poderes do Primeiro-Ministro.

A constituição portuguesa foi redigida em 1976, mas ao longo dos anos sofreu sete revisões⁴⁹, sendo que a primeira ocorreu em 1982. De acordo com Frain (1995), a revisão de 1982 dividiu especialistas quando questionados sobre a diminuição de poderes presidenciais. A autora ainda afirma que apesar “ da opinião sobre esta questão, pode-se argumentar que os poderes presidenciais de direção política foram reduzidos, enquanto os de moderação aumentaram. ” (FRAIN, 1995, p.653)

O Primeiro-Ministro português é o responsável pela formação e liderança do Governo, o órgão de condução da política geral do país, sendo este o órgão superior da administração pública (art. 185/1982)⁵⁰. Ao presidente é estabelecida a função de Chefe das Forças Armadas do país, porém caso este decida declarar situação de emergência, estado de sítio, se faz necessária a prévia aprovação do governo e da Assembleia da República.

O presidente português se torna um importante ator de moderação, sendo encarregando de manter o equilíbrio e funcionamento das instituições. Uma de suas maiores armas é o poder de dissolver a Assembleia, porém só pode fazê-lo quando necessário para assegurar o funcionamento das instituições democráticas. Ao presidente também cabe a função de demitir o Governo em caso de rejeição do programa do Governo, a não aprovação de uma moção de confiança ou após a aprovação de uma moção de censura por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções (art.198/1982). Shugart e Carey (1992), afirmam que não é

⁴⁹ <https://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx>

⁵⁰ <https://dre.pt/application/file/375320>

difícil o presidente se mostrar “criativo” em encontrar as ameaças às instituições democráticas quando este não se alinha às ideias do governo. Porém, quaisquer movimentos deliberados por parte do presidente sem uma razão óbvia, podem levar a revisões judiciais, o que lhe geraria um custo político desnecessário.

Para Shugart e Carey (1992), o presidente português possui mais poderes não legislativos do que poderes legislativos. Segundo os autores, o presidente possui apenas o score 1.5 em uma escala que vai até 4 na categoria veto total. Este seria o único poder legislativo atribuído ao presidente. Em se tratando de poderes não-legislativos, o presidente de Portugal tem scores máximos em relação a demissão de PM e gabinete e também dissolução da Assembleia, reforçando a ideia de que o presidente português não legisla, não tem controle da política interna, porém é um ator importante para que o governo se mantenha no poder. O mundo ideal para ambos os atores seria aquele onde os dois compartilham das mesmas ideias e inclinações ideológicas. Mas esse seria o mundo ideal de todos os governos semipresidencialistas, onde existe a possibilidade de um governo de coabitação.

7.2.2 Sistema eleitoral

Durante a ditadura Salazarista, o país passou por anos de “eleições” com partido único. Eram proibidas, quaisquer tipos de associações políticas, logo, os partidos trabalhavam e se articulavam na clandestinidade. A nova constituição trouxe consigo o multipartidarismo e a garantia de liberdade de associação e eleições livres. Os quase 50 anos de repressão política, não permitiu que os partidos se organizassem, se institucionalizassem, e isto se refletiu nas primeiras eleições democráticas no país

Após a redemocratização do país e adoção do texto constitucional de 1976, pouca coisa mudou em relação ao sistema eleitoral português. Os membros da Assembleia Nacional são eleitos por meio de Representação Proporcional de lista fechada, enquanto o presidente será eleito quando obtiver mais da metade dos votos válidos. Caso um candidato não alcance a maioria dos votos, os dois melhores colocados disputarão o segundo turno. O vencedor desta disputa será o novo presidente da República.

As eleições presidenciais ocorrem a cada cinco anos enquanto as eleições legislativas – caso não haja dissolução do parlamento ou antecipação – acontecem a cada quatro anos. Segundo Frain (2005, p.663), o calendário eleitoral tem importante papel na política portuguesa, pois o sucesso de um determinado partido e/ou candidato pode ser “... (pré)-determinado pela ordem pela qual se realizam as eleições: se vem em primeiro lugar as presidenciais ou as legislativas.”.

7.2.3 Partidos

Os partidos políticos tiveram grande participação no processo de redemocratização de Portugal. Mesmo sem uma articulação prévia, a partir de 1974, eles foram responsáveis por pouco a pouco estabelecer um ambiente democrático no país, tendo conseguido também excluir os militares de postos governamentais. Durante a história recente de Portugal alguns partidos ocuparam posições de destaque em relação a outros. Para o caso específico que iremos tratar neste capítulo, o período de coabitação iniciado em 1986 e encerrado em 1995, precisamos tomar ciência de quatro partidos: Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD), Partido do Centro Democrático-Social/Partido Popular (CDS) e o Partido Comunista Português (PCP).

O Partido Socialista português surgiu em 1973, na cidade alemã de Bad Munstereifel em 19 de abril após uma reunião do Congresso da Ação Socialista Portuguesa⁵¹. Como partidos políticos eram proibidos durante a ditadura salazarista e muitos dos opositores ao regime estavam foragidos ou exilados. Mario Soares, de quem iremos falar em breve foi um dos fundadores do partido, e assim que o regime salazarista foi extinto, retornou a Portugal a fim de participar do processo de redemocratização do país.

O PS participou da primeira eleição legislativa para a formação da Assembleia Constituinte, obtendo a maioria dos assentos do parlamento, 116 do total de 250 lugares. A influência do PS no texto da constituição é visível, tanto que nas revisões que se seguiram, principalmente na revisão de 1989, o objetivo era remover os “vestígios” socialistas do texto.

⁵¹ <https://web.archive.org/web/20150924082716/http://www.ps.pt/fundacao-do-partido-socialista-dp1.html#1>

O partido elegeu dois presidentes com dois mandatos cada um: Mario Soares (1986-1996) e Jorge Sampaio (1996-2006) e também liderou cinco gabinetes. O PS alternou a disputa e controle de poder com o Partido Social Democrata, sendo que o caso mais icônico desta disputa foi o período de coabitação entre Mario Soares e Cavaco Silva (PSD).

O PSD originalmente se chamava PPD (Partido Popular Democrático) foi fundado em 6 de maio de 1974 e foi legalizado em 25 de janeiro de 1975. Em 1976 passou a se chamar Partido Social Democrata (PSD).

De acordo com informações coletadas no site⁵² do partido, sua criação se baseou em três linhas de pensamento que se complementavam: uma linha católica-social, uma linha social-liberal e uma linha tecnocrática-social.

O PSD dividiu o protagonismo da política portuguesa pós redemocratização, principalmente após as eleições de 1981, quando formou seu primeiro governo tendo Francisco Balsemão como primeiro-ministro. Desde então o partido governou por quatro vezes, sendo que Cavaco Silva ocupou o cargo de primeiro ministro por quase 10 anos. Cavaco Silva também se elegeu presidente por dois mandatos consecutivos, em conjunto com Pedro Coelho que ocupa desde 2016 o cargo.

Em julho de 1974, o Partido do Centro Democrático-Social (CDS) foi fundado e e nas eleições de 1975 elegeu 16 deputados para a Assembleia Constituinte, que de acordo com o site do partido representavam os únicos deputados não socialistas que votaram contra o texto final da constituição de 1976. Para se tornar mais competitivo na arena política, o CDS se uniu com o PSD e PPM, e juntos formaram a Aliança Democrática (AD) – uma coligação de partidos de centro-direita – em 1979. AAD conseguiu vitórias nas eleições legislativas de 1979, conquistando 42,52% dos votos, o que garantiu ao líder do CDS, Francisco Sá Carneiro o cargo de primeiro-ministro. Desde então, o partido não ocupou nenhuma posição de maior destaque dentro da política portuguesa, porém nunca deixando de ser um ator importante quando governos minoritários buscam apoio parlamentar.

⁵² <https://www.psd.pt/historia-partido-ver-mais/>

Apesar do protagonismo na Revolução dos Cravos ter sido dos militares, não podemos deixar de citar a importância do PCP dentro da política portuguesa. O partido surgiu no país após o fim da Primeira Guerra Mundial que havia deixado o país arrasado, atravessando grave crise econômica. Em 6 de março de 1921, o partido é fundado. Durante os anos de ditadura salazarista o partido passou a agir na clandestinidade e mesmo sob forte repressão do governo, possuía grande grau de engajamento entre seus membros.

As primeiras eleições para o legislativo da Terceira República Portuguesa ocorreram em 25 de abril de 1976. Nestas eleições, o Partido Socialista (PS) conquistou 35% dos votos, ocupando assim, 106 cadeiras na Assembleia, garantindo Mario Soares no cargo de primeiro-ministro. O segundo colocado foi o PPD, com 24% dos votos, que lhe garantiu 71 assentos no parlamento. Dois meses depois, em 27 de junho de 1974, Antônio Ramalho Eanes (independente) foi eleito presidente, conquistando 61,59% dos votos.

Os primeiros anos da Terceira República Portuguesa não foram fáceis. Muita instabilidade política e conflitos entre partidos se desenvolveram desde a democracia foi reestabelecida. Entre 1976 e 1985, o país passou por oito governos diferentes, dissolução da Assembleia e eleições antecipadas.

Após as eleições legislativas de 1976, Soares assumiu o posto de primeiro-ministro, porém o governo do PSD era minoritário e enfrentava grande resistência da oposição. Em 1978, dois anos após a eleição, o governo de Soares teve uma moção de confiança rejeitada pela maioria do parlamento e seu governo caiu. A Assembleia Nacional indicou Alfredo Nobre da Costa para o cargo, porém seu programa de governo foi rejeitado, e o presidente Eanes não viu outra solução a não ser dissolver o parlamento e convocar novas eleições.

As eleições de 1979 possuíam como maior objetivo a conclusão da legislatura anterior, ou seja, em 1980 se realizariam eleições legislativas novamente. As eleições de 1979 foram vencidas pela Aliança Democrática (AD), uma coligação que envolvia PSD, CDS, e PPM. Quem assumiu o cargo de primeira-ministra foi Maria de Lourdes Pintassilgo (CDS), que até os dias de hoje foi a única mulher a ocupar o cargo.

Em 1980, as eleições legislativas trouxeram uma nova vitória para a Aliança Democrática, com Francisco Sá Carneiro (CDS) sendo nomeado primeiro-ministro, ficando no cargo até sua morte em um trágico acidente, em dezembro de 1980. Diogo Freitas do Amaral (CDS) assumiu o governo interinamente até que em janeiro de 1981, Francisco Pinto Balsemão (PSD) torna-se primeiro-ministro. Após a morte de Sá Carneiro, a AD começou a ruir, e o governo de Pinto Balsemão não era considerado uma unanimidade dentro do bloco político, e pouco a pouco foi perdendo aliados até o momento em que se viu isolado politicamente. O presidente Eanes, ao observar o impasse entre os membros do parlamento convoca eleições antecipadas.

As eleições de 1983 marcam a volta do PS a uma posição de destaque. O partido vence as eleições legislativas e Mario Soares assume o cargo de primeiro-ministro mais uma vez. Com objetivo de formar um governo majoritário, Soares se alia ao PSD, montando um governo de coalizão PS e PSD, chamada de Bloco Central.

Neste ponto da história, um ator muito importante para os próximos capítulos da política portuguesa entra em cena: Aníbal António Cavaco Silva. Cavaco Silva havia se tornado novo líder do PSD, e era um grande crítico da aliança de seu partido com o PS. Quando se tornou líder do partido, rompeu a coalizão com Soares, e este perdeu a maioria dentro do parlamento. Mário Soares se demite do cargo e as eleições legislativas são antecipadas novamente. Em 1985, o PSD, pela primeira vez em sua história, consegue, sem nenhuma aliança política, a maioria dos votos para a Assembleia Nacional. É este o ponto de partida para o maior período de coabitação da história. Apesar de ser uma democracia nova, de acordo com o relatório anual da Freedom House ("Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties", 1986), o país marcava um score 2, o que o caracterizava como um país democrático, no momento em que a coabitação se iniciou.

7.3 A primeira coabitação Portuguesa

Em 1986, quando Mario Soares foi eleito presidente da Terceira República Portuguesa, o país iniciou seu primeiro período de coabitação, período este, que se iniciou em 9 de março de 1986 e teve seu encerramento em 28 de outubro de 1995. O período que se estendeu por quase uma década passou por diversas fases que iremos ver a seguir.

A primeira coabitação no sistema semipresidencialista português foi protagonizada por dois dos principais políticos da história da Terceira República Portuguesa: Mario Alberto Nobre Lopes Soares e Aníbal António Cavaco Silva.

Soares foi uma figura importante na redemocratização de Portugal. Era um grande opositor a ditadura salazarista, tendo sido preso 13 vezes, deportado e exilado de seu país. Quando voltou para Portugal de seu exílio na França, após a Revolução dos Cravos, Soares tinha como objetivo principal trazer a democracia para o país e fazer deste um membro da Comunidade Econômica Europeia.

Em 23 de julho de 1976, Soares assumiu o cargo de chefe de governo português, após a vitória de seu partido (PS) nas eleições legislativas de 1976. Seu primeiro governo durou pouco mais de dois anos, tendo sido encerrado através da rejeição de uma moção de confiança que seu governo havia solicitado a Assembleia da República.

Em 9 de junho de 1983, Soares volta ao cargo de primeiro-ministro após uma nova vitória de seu partido nas eleições legislativas. Mais uma vez não completa o mandato, se demitindo do cargo após a saída do PSD do governo, partido com o qual o PS de Soares havia montado um governo de coalizão.

Soares volta à cena política nas eleições presidenciais de 1986, vencendo o candidato da oposição Freitas do Amaral (CDS) em uma disputa acirradíssima. Soares havia ficado em segundo lugar no primeiro turno, com 25,1% dos votos contra 45,8% de Freitas do Amaral. No segundo turno os eleitores de centro e centro-esquerda migraram seus votos para o candidato do PS, que venceu seu adversário com 50,18% dos votos contra 48,82% de Freitas do Amaral⁵³. Permaneceu no cargo por dois mandatos consecutivos.

Cavaco Silva ocupou o cargo de primeiro-ministro de Portugal entre 06 de novembro de 1985 a 28 de outubro de 1995, sendo considerado até os dias de hoje, o governo mais longo de Portugal. Cavaco Silva também ocupou o cargo de presidente da República, por dois mandatos consecutivos de 2006 a 2016.

⁵³ <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=16&mes=02&ano=1986&eleicao=pr>

Cavaco Silva iniciou sua carreira política no Partido Popular Democrático (PPD) que depois se tornaria o PSD. Quando a Aliança Democrática venceu as eleições legislativas de 1980, Cavaco Silva se tornou Ministro das Finanças do governo de Sá Carneiro. Em 1985, Cavaco Silva logo após assumir a presidência de seu partido, desfaz a aliança política com o PS do então primeiro-ministro Mario Soares, levando ao fim de seu governo. Nas eleições de 1985, seu partido alcança a maioria dos votos e em 06 de novembro assume o posto de chefe de governo português.

A primeira coabitação portuguesa teve duração de quase uma década, sendo que neste período ocorreram duas eleições legislativas, e uma eleição presidencial.

A coabitação entre Soares e Cavaco Silva teve um início pacífico. Logo após a vitória de Soares nas urnas, Cavaco Silva, que neste momento chefiava um governo minoritário, por consequência frágil, dado ao histórico político desde a sua redemocratização. Soares, diferentemente de Mitterrand na França, optou por apoiar o governo já existente.

Ambos os atores estavam dispostos a cooperar entre si, apesar de suas diferenças ideológicas e partidárias. De acordo com Frain (1995), Cavaco Silva entendia que uma boa relação com o presidente Soares, traria bons resultados nas urnas nas próximas eleições legislativas. Soares por sua vez, se preocupava em concluir seu mandato, respeitando os limites impostos a sua posição, deixando o primeiro-ministro com total liberdade para governar.

A principal preocupação de Cavaco Silva em seu início de governo era lidar com os problemas econômicos, alta taxa de desemprego principalmente entre os jovens adultos, e industrialização ainda pequena se comparada com outros países europeus.

A estratégia de Soares consistia em aprovar boa parte da agenda do primeiro-ministro, sem interferir severamente em sua agenda legislativa. Soares aprovou, grande parte das mudanças propostas por Cavaco Silva. Nos primeiros anos de coabitação, a dinâmica entre os dois principais atores pareceu funcionar bem.

Em 1987, o governo minoritário de Cavaco Silva passa a sofrer intensos ataques da oposição, sofrendo assim, uma moção de censura. O presidente Soares, estava no

Brasil no momento da crise na Assembleia da República, e assim que retornou a Portugal se reuniu com os líderes dos partidos na tentativa de encontrar a solução para a questão. Não tendo encontrado um consenso entre os partidos, Soares declarou que seriam realizadas eleições legislativas antecipadas.

A decisão do presidente desagradou a oposição, pois dada a popularidade de Cavaco Silva entre os eleitores portugueses, a probabilidade do PSD sair vencedor nas eleições era bem grande. O partido de Cavaco Silva concorreu as eleições mais uma vez sem ter feito nenhuma aliança, e conseguiu um resultado esmagador: dos 250 assentos da Assembleia da República, 148 – o equivalente à 50,22% dos votos – foram destinados ao PSD. Cavaco Silva se manteve no cargo de primeiro-ministro, só que desta vez, em um governo majoritário. Cavaco Silva possuía naquele momento, todas as ferramentas necessárias para realizar as mudanças estruturais que desejava, sem a interferência e o desgaste com a oposição.

O segundo governo de Cavaco Silva foi marcado por uma série de mudanças na economia portuguesa. Foram feitas grandes obras relativas a infra-estrutura do país, como a construção de estradas, melhorias no setor de transporte ferroviário e de saneamento básico, construção de novas escolas. Algumas de suas obras, chamadas de “faraônicas” por seus adversários políticos só ficaram prontas anos após sua saída do governo⁵⁴.

Em 1989, a constituição foi revisada novamente, e Cavaco Silva garantiu que o PSD alcançasse as mudanças que tanto desejara. A nova revisão da constituição tinha como objetivo maior a remoção de todos os “traços de socialismo” remanescentes da constituição de 1976. Com a maioria do parlamento ao seu lado, o primeiro-ministro iniciou uma sequência de privatizações em vários setores, com objetivo de diminuir o custo do Estado. Os bancos que foram nacionalizados após a Revolução dos Cravos foram privatizados e também as emissoras de rádio e televisão, que até então eram monopólio do Estado Português.

Nos primeiros anos do segundo governo Cavaco Silva, Soares e o PM mantiveram relações amistosas, nas quais o presidente não se opunha a maior parte das

⁵⁴ https://www.rtp.pt/noticias/politica/a-decada-de-betao-do-cavaquismo_es901116

iniciativas legislativas do gabinete. Frain (1995) afirma que durante o período entre 1985 e 1988 o presidente promulgou 1307 dos 1396 textos levados a ele pelo governo, fato este que reforça a ideia de que o desejo do presidente de manter uma relação sem atritos com o PM.

Enquanto Cavaco Silva se consolidava como o rosto do crescimento e desenvolvimento português, a relação – antes pacífica – entre primeiro-ministro e presidente começa a apresentar pontos de tensão. O excessivo protagonismo de Cavaco Silva e seu governo de maioria, levou a um isolamento cada vez maior do presidente Soares, que criticava a hegemonia de Cavaco Silva e de seu partido o PSD.

Soares passou a fazer críticas mais duras a respeito da desigualdade social ainda forte em Portugal, apesar da economia crescente. Seu discurso voltou a se aproximar do eleitorado da esquerda, pois as eleições presidenciais estavam próximas e Soares, desejava a reeleição. O partido de Cavaco Silva optou por não fazer uma oposição a Soares, deixando seu caminho livre para as eleições presidenciais. Em 25 de abril de 1991, Soares, é reeleito em primeiro turno com 70,35% dos votos.

O maior objetivo de Soares como presidente residia na expansão das relações de Portugal no exterior, principalmente na CEE. O primeiro-ministro, porém isolou o presidente destas funções não abrindo espaço para que Soares interferisse de maneira relevante nos assuntos relativos às relações internacionais. A constituição portuguesa no artigo 135 define as seguintes funções do Presidente da República quanto à competência de Relações Internacionais: nomear embaixadores, acreditar os diplomatas estrangeiros, ratificar tratados internacionais, declarar guerra e/ou paz. A única ressalva aqui é que, para todas estas funções se faz necessária a proposta e aprovação prévia do governo e da Assembleia da República. Cabe então ao primeiro-ministro a concessão ou não de um alcance maior dos poderes presidenciais nas questões de política externa.

As eleições parlamentares se seguiram e em 6 de outubro, Cavaco Silva consolidou seu poder, e seu partido, o PSD alcançou pela segunda vez na história mais da metade dos assentos no parlamento português. Com 50,60% dos votos, conquistou 135 vagas na Assembleia Legislativa, enquanto o partido do presidente Soares (PS),

em segundo lugar conquistou apenas 72 assentos, tendo recebido 29,13% dos votos⁵⁵.

Da mesma maneira que a votação esmagadora de Soares confirmava a força política de sua personalidade, as eleições parlamentares atestavam a confiança da população na figura de Cavaco Silva.

Após as eleições as relações entre os principais atores desta longa coabitação, que já andavam tensas, apenas pioraram. Soares passou a dar declarações tecendo críticas direcionadas ao governo do PSD, em especial a Cavaco Silva. Soares temia que a maioria conquistada por Cavaco Silva na Assembleia estava transformando o país em uma ditadura da maioria, sem espaço de diálogo entre os outros partidos representados no parlamento.

Ao longo da legislatura iniciada em 1991, a economia portuguesa que, na década de 80 havia crescido consideravelmente, começou a cair e o país entrou em uma recessão econômica, obrigando Cavaco Silva a impor medidas de austeridade que desagradaram a população portuguesa. O presidente, que neste momento travava uma disputa velada de poder com o primeiro-ministro, passou a utilizar seus poderes de veto para atrasar as medidas propostas pelo Governo. Soares continuou a aprovar as iniciativas de Cavaco Silva, porém, nas pautas mais importantes, mandava o texto para o Tribunal Constitucional a fim de que este verificasse a constitucionalidade das propostas. O ambiente de tensão entre Soares e Cavaco Silva permaneceu até o fim do mandato do primeiro-ministro.

Cavaco Silva foi perdendo ao longo do mandato a popularidade dentro de seu próprio partido, e decidiu não concorrer nas eleições legislativas de 1995. Soares ainda teria um ano a mais na presidência. As eleições legislativas de 1995 ocorreram no dia 1º de outubro, com vitória do PS, que conquistou 43,76% dos votos, o que correspondeu a 112 assentos na Assembleia da República. O PSD sem Cavaco Silva, ficou na segunda posição com 34,12% dos votos, o que lhe garantiu 88 cadeiras⁵⁶. No dia 28 de outubro de 1995, Antônio Manuel de Oliveira Guterres do PS assumiu o posto de

⁵⁵ <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=06&mes=10&ano=1991&eleicao=ar>

⁵⁶ <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=01&mes=10&ano=1995&eleicao=ar>

primeiro-ministro da Terceira República Portuguesa, dando fim ao governo Cavaco Silva e a maior coabitação da história.

Dentro dos quase 10 anos em que Soares e Cavaco Silva compartilharam poder no executivo português, podemos observar alguns pontos relevantes para a análise posterior. A primeira coabitação portuguesa passou por diferentes momentos no que diz respeito às tensões entre os principais atores envolvidos, principalmente na fase final, onde o presidente usou sem parcimônia suas prerrogativas presidenciais de veto às legislações propostas pelo primeiro-ministro.

No próximo e último capítulo discutirei as informações encontradas neste estudo de caso.

8. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Este trabalho debruçou-se sobre um universo muito interessante dentro dos estudos sobre instituições políticas: o semipresidencialismo e seu fenômeno mais particular, a coabitação. É importante ressaltar que o semipresidencialismo, apesar de ser um sistema de governo existente desde a segunda década do século XX, se tornou objeto de pesquisa dentro da ciência política, a partir de sua adoção pela França, em 1958.

De acordo com a bibliografia utilizada nesta pesquisa pudemos observar que, a coabitação era considerada um fator de instabilidade nos governos semipresidencialistas. Mas o que caracteriza diferentes contextos de coabitação com diferentes durações, chegando a quase uma década, como o caso da primeira coabitação Portuguesa? Com uma população de 85 casos seria impossível analisar todos com profundidade. Observar os elementos presentes e ausentes nos quatro contextos de coabitação selecionados, me levou a algumas conclusões que serão elencadas a partir de agora. (Ver Quadro 5)

A duração das coabitações variou muito ao longo da história. Apesar do medo que esta situação pode gerar para alguns especialistas, nestes quatro estudos de caso, a coabitação não demonstrou ser um problema real para a estabilidade democrática dos países, confirmando as afirmações de Elgie e Mcmenamin (2001) Kim (2014) e Fernandes e Magalhães (2016).

Pude observar que os quatro contextos de coabitação possuem pontos convergentes e divergentes entre si. O sistema semipresidencial de todos os casos analisados pode ser enquadrado na definição de subtipo premier-presidencialista (ELGIE, [s.d.]; SHUGART; CAREY, 1992).

Quando se trata da adoção do semipresidencialismo, observei que enquanto na França e na Bulgária a mudança se deu de maneira pacífica, na Romênia e em Portugal, a mudança de sistema de governo seguiu uma revolução. É claro, que em uma escala de violência, a adoção do semipresidencialismo na Romênia ocorreu de maneira bem mais violenta que em Portugal, culminando na execução do antigo governante do país. O histórico de governos comunistas é um fator em comum entre Romênia e Bulgária.

Quadro 5: Elementos presentes e ausentes nos contextos de coabitação

Dimensão	Romênia	Bulgária	França	Portugal
Duração	11 meses	43 meses	59 meses	115 meses
Escolha Constitucional	Muito Violenta	Não Violenta	Não Violenta	Pouco Violenta
Democracia	Parcialmente Livre	Parcialmente Livre	Livre	Livre
Instituições				
Subtipo SP	Premier-presidencialista	Premier-presidencialista	Premier-presidencialista	Premier-presidencialista
Dissolução Parlamento (PR)	Presente	Presente	Presente	Presente
Veto (PR)	Presente	Ausente	Presente	Presente
Eleição (PR)	Majoritário	Majoritário	Majoritário	Majoritário
Eleição (Legis)	Misto	RP - LF	Majoritário	RP - LF
Sistema Partidário	Multipartidário	Multipartidário	Multipartidário	Multipartidário
Eleições Sincronizadas	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Processo de coabitação				
Histórico Coabitações	Presente	Presente	Presente	Ausente
Corrupção	Presente		Presente	Ausente
Agenda de Conflito	Corrupção		Corrupção Relações Exteriores	Relações Exteriores
Popularidade PM	Decrescente	Decrescente	Decrescente	Decrescente
Manifestação Popular	Presente	Ausente	Ausente	Ausente
Renúncia PM	Presente	Ausente	Ausente	Ausente

O semipresidencialismo foi, durante o processo de redemocratização conhecido como Terceira Onda de Democratização (HUNTINGTON, 1991), iniciado em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, o sistema de governo mais adotado em democracias nascentes. Apenas a França era semipresidencialista antes de 1974, o sistema de governo foi adotado pela V República Francesa em 1958.

No que tange a consolidação da democracia nos casos analisados, posso afirmar que cada país desenvolveu suas instituições democráticas a seu tempo. Nos casos Romênia, Bulgária e Portugal as coabitações analisadas ocorreram após 13, 11 e 10 anos respectivamente, da adoção do semipresidencialismo como sistema de governo. A terceira coabitação francesa, ocorreu 39 anos depois do país se tornar semipresidencialista.

De acordo com os relatórios da Freedom House, França e Portugal eram democracias no momento da coabitação, enquanto Romênia e Bulgária eram considerados parcialmente livres. No momento em que ocorreu a terceira coabitação romena, o país se recuperava de escândalos envolvendo o ex-presidente, e logo em seguida foi atingido pelo escândalo de corrupção envolvendo o primeiro-ministro em exercício.

Ao observar as instituições dos países, resalto algumas semelhanças entre eles: todos os casos possuem um sistema multipartidário; eleições majoritárias para presidente e eleições não sincronizadas.

Em todos casos observados pude constatar que os presidentes têm assegurados pela constituição o poder de dissolver a Assembleia, porém somente Mario Soares, o fez durante o período de coabitação, em 1987. A Assembleia portuguesa atravessava um impasse político entre governo minoritário de Cavaco Silva, e votou por uma moção de censura. O presidente Soares dissolveu a Assembleia e convocou novas eleições nas quais o partido do primeiro-ministro Cavaco Silva saiu vencedor, mantendo assim o contexto de coabitação. Dentro dos quatro governos de coabitação estudados, houve pontos de conflito. Alguns se intensificaram mais que outros. A Bulgária foi o único caso, em que o presidente não interferiu no governo. Apesar de serem de partidos e ideologias totalmente diferentes, presidente e primeiro-ministro atravessaram o período de coabitação com maior tranquilidade se comparado aos outros três casos selecionados. Ainda assim, as medidas econômicas adotadas por seu governo desagradaram uma parte da população, o que levou sua popularidade cair.

Escândalos de corrupção marcaram os casos Romênia e França. A Romênia possui de acordo com a organização Transparência Internacional⁵⁷ altos índices de corrupção.

O primeiro-ministro romeno, Victor Ponta e muitos de seus aliados políticos foram alvo de investigações e posteriormente condenados. A popularidade do primeiro-ministro despencou enquanto a imagem do então presidente Klaus Iohannis se fortaleceu. Após manifestações populares nas ruas da capital do país, o primeiro-ministro renuncia ao cargo. Dentro dos quatro casos estudados para este trabalho, somente na Romênia, a coabitação se encerrou fora do período eleitoral.

A Terceira Coabitação Francesa também apresentou conflitos envolvendo os dois principais atores do executivo francês. Tanto Jacques Chirac, quanto Lionel Jospin foram alvo de investigações envolvendo denúncias de corrupção. De acordo com o relatório de 2002 da Freedom House e o site da Transparência Internacional, a França ocupava a 23ª colocação no ranking de corrupção, muito atrás de outros países europeus que ocupavam as primeiras colocações relacionadas a transparência do governo. Outro ponto de conflito entre Jospin e Chirac foi a agenda das Relações Exteriores. Pela constituição francesa, cabe ao presidente lidar com questões diplomáticas, e muitas vezes Jospin discordava abertamente das ações de Chirac, que rebatia publicamente. A relação entre ambos se tornava mais tensa, à medida que a popularidade do presidente crescia enquanto a do primeiro-ministro estava em queda.

A agenda das Relações Exteriores também foi o ponto de maior conflito entre o presidente Soares e o primeiro-ministro Cavaco Silva em Portugal. A constituição portuguesa não assegura com clareza o protagonismo do presidente nas questões envolvendo Relações Internacionais, porém, existe um certo entendimento de que esta função é responsabilidade do mesmo. O que aconteceu em Portugal, foi a concentração de todas as decisões, inclusive as relativas às Relações Exteriores nas mãos do primeiro-ministro. Cavaco Silva não deu espaço para Soares atuar na área, o que gerou grande tensão entre ambos. A relação entre eles, antes tranquila, passou

⁵⁷ <https://www.transparency.org/country/ROU>

a ser conflituosa. As críticas de Soares a respeito das políticas econômicas de Cavaco Silva se intensificaram, e o primeiro-ministro decresceu em popularidade.

Destaco por fim, que a partir dos resultados colhidos ao longo destes dois anos de trabalho e pesquisa, podemos partir para um novo desenho de pesquisa que busca encontrar causas de coabitações de longa duração, hipóteses que explicariam durações mais longas, ou mais curtas. Esta pesquisa indica que algumas das dimensões analisadas podem se transformar em variáveis que podem vir a explicar a duração das coabitações. Esta é a contribuição que eu deixo para aqueles que assim como eu, se encantaram por todas as nuances do semipresidencialismo e da coabitação.

REFERÊNCIAS

ALLPORT, Alan. **Modern World Leaders: Jacques Chirac**. New York: Chelsea House, 2007.

AMORIM NETO, Octávio. A reforma do sistema de governo: rumo ao parlamentarismo ou ao semipresidencialismo? In: SOARES, Glaucio Ary Dillon;; RENNÓ, Lucio R. (Org.). **Reforma política lições da história Recent**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMORIM NETO, Octávio; LOBO, Marina C. **O Semipresidencialismo nos países de língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

ARTER, David. Government in Finland: a “semi-presidential system”? **Parliamentary Affairs**, v. 38, n. 4, p. 472–495, 1985.

BRETT, Daniel. Fiddling while Rome Burns: Institutional Conflict and Party Politics in Romania since 2007. **Südosteuropa**, v. 63, n. 1, p. 47–74, 2015.

CARAMANI, Daniele. Introduction to Comparative Politics. **Comp. Polit.** Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 2–15.

CAVATORTA, Francesco; ELGIE, Robert. The Impact of Semi-Presidentialism on Governance in the Palestinian Authority. **Parliamentary Affairs**, v. 63, n. 1, p. 22–40, 2010.

DURAND, Claire; BLAIS, André; LAROCHELLE, Mylène. The polls in the 2002 french presidential election: an autopsy. **Public Opinion Quarterly**, v. 68, n. 4, p. 602–622, 2004.

DUVERGER, Maurice. A new political system model: semi-presidential government. **European Journal of Political Research**, v. 8, p. 165–187, 1980.

ELGIE, Robert. Duverger, Semi-presidentialism and the supposed French archetype. **West European Politics**, v. 32, n. 2, 2009. Disponível em: <http://doras.dcu.ie/4513/1/Elgie_WEP_2009_Duverger_and_semi-presidentialism.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. France: Stacking the Deck. In: GALLAGHER, Michael; MITCHELL, Paul (Org.). **Polit. Elect. Syst.** New York: Oxford University Press, 2005. p. 119–136.

_____. La cohabitation de longue durée: Studying the 1997-2002 experience. **Modern & Contemporary France**, v. 10, n. 3, p. 297–311, 2002.

_____. **Political Leadership: A Pragmatic Institutional Approach**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

_____. Semi- Presidentialism: An Increasingly Common Constitutional Choice. In: ELGIE, Robert; MOESTRUP, Sophia; WU, Yu-Shan (Org.). **Semi-Presidentialism Democr.** New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 1–20.

_____. Semi-presidentialism, Cohabitation and Collapse of Electoral Democracies, 1990-2008. **Government and Opposition**, v. 45, n. 1, p. 29–49, 2010.

_____. Semi-presidentialism: concepts, consequences and contesting explanations. **Political Studies Review**, v. 2, n. 3, p. 314–330, 2004.

_____. The perils of semi-presidentialism. Are they exaggerated? **Democratization**, v. 15, n. 1, p. 49–66, 2008. Disponível em: <http://doras.dcu.ie/4514/1/Elgie_Democratization_2008_Perils_of_semipresidentialism.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. **The Semi-presidential One**. Disponível em: <<http://www.semipresidentialism.com/>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

_____. Varieties of Semi-Presidentialism and Their Impact on Nascent Democracies. **Taiwan Journal of Democracy**, v. 3, n. 2, p. 53–71, 2007a. Disponível em: <<http://doras.dcu.ie/4515/2/053-072-Elgie.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. What is semi-presidentialism and where is it found? In: ELGIE, Robert; MOESTRUP, Sophia (Org.). **Semipresidentialism Outs. Eur. A Comp. study**. London: Routledge, 2007b.

ELGIE, Robert; MCMENAMIN, Iain. Explaining the Onset of Cohabitation under Semi-presidentialism. **Political Studies**, 2001. Disponível em: <http://doras.dcu.ie/20745/1/Explaining_the_onset_of_cohabitation_PS.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

FERNANDES, Jorge M.; MAGALHÃES, Pedro C. Government survival in semi-presidential regimes. **European Journal of Political Research**, v. 55, p. 61–80, 2016.
FRAIN, Maritheresa. Relações entre o Presidente e o primeiro-ministro em Portugal: 1985-1995. **Análise Social**, v. xxx, n. 133, p. 653–678, 1995.

Freedom in the World: 2001-2002. . Washington, D.C.: [s.n.], 2002.

Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties - 1985-1986. . Washington, D.C.: [s.n.], 1986.

GANEV, Georgy; DANIEL SMILOV; PRIMATAROVA, Antoinette. **Bulgaria**. . Washington, D.C.: [s.n.], 2012.

GERRING, John. Case Selection for Case-study Analysis: Qualitative and Quantitative Studies. In: BOX-STEFFENSMEIER, Janet M; BRADY, Henry E.; COLLIER, David (Org.). . **Oxford Handb. Polit. Methodol.** New York: Oxford University Press, 2008. p. 645–684.

_____. **Pesquisa de estudo de caso: Princípios e práticas**. Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. The case study: what it is and what it does. In: BOIX, Charles; STOKES, Susan C. (Org.). . **Oxford Handb. Comp. Polit.** New York: Oxford University Press,

2007. p. 90–122.

GHERGHINA, Sergiu; JIGLAU, George. Where does the mechanism collapse? Understanding the 2008 romanian electoral system. **Representation**, v. 48, n. 4, p. 445–459, 2008.

GHERGHINA, Sergiu; MISCOIU, Sergiu. The Failure of Cohabitation: Explaining the 2007 and 2012 Institutional Crises in Romania. **East European Politics and Societies and Cultures**, v. 27, n. 4, p. 668–684, 2013.

HUNTINGTON, J.P. Democracy's third wave. **Journal of Democracy**, p. 12–34, 1991.

KARASIMEONOV, Georgi. The Crisis of the First Post-communist Party System in Bulgaria. 2004, Uppsala, Sweden: [s.n.], 2004.

KIM, Young Hun. A Troubled Marriage? Divided Minority Government, Cohabitation, Presidential Powers, President-Parliamentarism and Semi-Presidentialism. **Government and Opposition**, v. 50, n. 4, p. 652–681, 2014.

LANSFORD, Tom. **Political Handbook of the World**. New York: Sage Publications, 2015.

LEUFFEN, Dirk. Does Cohabitation Matter? French European Policy-Making in the Context of Divided Government. **West European Politics**, v. 32, n. 6, p. 1140–1160, 2009.

LIJPHART, Arend. Introduction. **Parliamentary versus presidential government**, p. 1–27, 1992.

LINZ, Juan. Democracy: Presidential or Parliamentary Does it Make a Difference? In: LINZ, Juan; VALENZUELA, Arturo (Org.). **Fail. Pres. Democr.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

_____. The Perils of Presidentialism. **Journal of Democracy**, v. 1, n. 1, p. 51–69, 1990.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **Problems of Transition and Consolidation. Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

LOUREIRO, Raysa Dantas. **O fenômeno da coabitação em países semipresidencialistas**. . Vitória: [s.n.], 2018.

LYTVYN, Vitaliy. Isolation and taxonomy of semi-presidentialism with nominal presidents in central and Eastern European Countries of the eu: as exemplified by Bulgaria, Czechia, Slovakia and Slovenia . **Journal of the European Studies Faculty in WSGK Kutno**, v. 7, p. 7–17, 2017.

MADEJ, Małgorzata. Cohabitation: the parliamentary aspect of the French semipresidential system. **Polish Political Science**, v. 37, 2008.

METCALF, Lee Kendall. Measuring Presidential Power. **Comparative Political Studies**, v. 33, n. 5, p. 660–685, 2000.

MOESTRUP, Sophia. Semi-presidentialism in Niger Gridlock and democratic breakdown – learning from past mistakes. In: ELGIE, Robert; MOESTRUP, Sophia (Org.). . **Semi-presidentialism Outs. Eur. A Comp. study**. New York: Routledge, 2007. p. 105–120.

NATIONAL REPUBLICAN FOR INTERNATIONAL AFFAIRS; NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS. **The June 1990 elections in Bulgaria**. New York: National Democratic Institute for International Affairs and National Republican Institute for International Affairs, 1990.

O'NEIL, Patrick. Presidential Power in Post-Communist Europe: The Hungarian Case in Comparative Perspective. **Journal of Communist Studies**, v. 9, n. 3, p. 177–201, 1993.

PIERCE, Roy. The Executive Divided Against Itself: Cohabitation in France, 1986-1988. **Governance**, v. 4, n. 3, p. 270–294, 1991.

POND, Elizabeth. **Endgame in the Balkans: Regime Change, European Style**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2006.

POULARD, Jean V. The French Double Executive and the Experience of Cohabitation. **Political Science Quarterly**, v. 105, n. 2, p. 243–267, 1990.

PRINDLE, David F. Head of State and Head of Government in Comparative Perspective. **Presidential Studies Quarterly**, v. 21, n. 1, p. 55–71, 1991.

RAGIN, Charles; ZARET, David. Theory and Method in Comparative Research: Two Strategies. **Social Forces**, v. 61, n. 3, p. 731–754, 1983.

SARTORI, Giovanni. **Comparative Constitutional Engineering: An Inquiry into Structures, Incentives, and Outcomes**. London: McMillan, 1994.

SCHAIN, Martin A. Politics in France. In: POWELL, G. Bingham; DALTON, Russel J.; STRØM, Kaare (Org.). . **Comp. Polit. Today A world view**. [S.l.]: Pearson, 2014. p. 194–243.

SCHLEITER, Petra; MORGAN-JONES, Edward. Citizens, Presidents and Assemblies: The Study of Semi-Presidentialism beyond Duverger and Linz. **British Journal of Political Science**, v. 39, n. 04, p. 871–892, 2009.

SEDELIUS, Thomas; EKMAN, Joakim. Intra-executive Conflict and Cabinet Instability: Effects of Semi-presidentialism in Central and Eastern Europe. **Government and Opposition**, v. 45, n. 04, p. 505–530, 2010.

SHUGART, Matthew Soberg; CAREY, John M. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SHUGART, Matthew Soberg; SAMUELS, David. **Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior**. New York: Cambridge University Press, 2010.

SPIROVA, Maria. Political Parties in Bulgaria: Organizational Trends in Comparative Perspective. **Party Politics**, v. 11, n. 5, p. 601–622, 2005.

ȘTEFAN, Laura; SORIN IONIȚĂ; PÂRVU, Septimius. **Romania**. . Washington, D.C.: [s.n.], 2018.

STRØM, Kaare. Parliamentary Democracy and Delegation. In: STRØM, Kaare; MÜLLER, Wolfgang C.; BERGMAN, Torbjörn (Org.). . **Deleg. Account. Parliam. Democr.** New York: Oxford University Press, 2006. p. 55–108.

STRØM, Kaare; MÜLLER, WOLFGANG C. BERGMAN, Torbjörn. **Deleg. Account. Parliam. Democr.** New York: Oxford University Press, 2006a.

_____. Parliamentary Democracy: Promise and Problems. **Deleg. Account. Parliam. Democr.** [S.l: s.n.], 2006b. p. 3–32.

STRØM, Kaare; SWINDLE, Stephen. Strategic Parliamentary Dissolution. **American political science review**, v. 96, n. 03, p. 575–591, 2002.

TĂNASE, Tasențe. The electoral campaign through Social Media. Case Study – 2014 Presidential elections in RomaniaNo Title. **Sfera Politicii**, v. 1, n. 183, 2015.

THIÉBAULT, Jean-Louis. France: Delegation and Accountability in the Fifth Republic. In: STRØM, Kaare; MÜLLER, Wolfgang C.; BERGMAN, Torbjörn (Org.). . **Deleg. Account. Parliam. Democr.** New York: Oxford University Press, 2006. p. 325–346.

TODOROV, Antony. The failed party system institutionalization. In: LISI, Marco (Org.). . **Party Syst. Chang. Eur. Cris. State Democr.** London: Routledge, 2018.

UTLEY, Rachel E. **9/11 Ten Years After: Perspectives and Problems**. New York: Routledge, 2016.